

No. 15034

MULTILATERAL

International Coffee Agreement, 1976 (with annexes and official Russian translation approved by the Executive Board of the International Coffee Organization on 16 June 1977). Concluded at London on 3 December 1975

Authentic texts: English, French, Portuguese and Spanish.

Registered ex officio on 1 October 1976.

MULTILATÉRAL

Accord international de 1976 sur le café (avec annexes et traduction officielle en langue russe approuvée par le Comité exécutif de l'Organisation internationale du café le 16 juin 1977). Conclu à Londres le 3 décembre 1975

Textes authentiques : anglais, français, portugais et espagnol.

Enregistré d'office le 1^{er} octobre 1976.

[PORTUGUESE TEXT—TEXTE PORTUGAIS]

CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 1976

PREÂMBULO

Os Governos signatários deste Convênio,

Reconhecendo a excepcional importância do café para as economias de muitos países que dependem consideravelmente deste produto para suas receitas de exportação e, por conseguinte, para a continuação de seus programas de desenvolvimento econômico e social;

Considerando que uma estreita cooperação internacional no comércio de café fomentará a diversificação econômica e o desenvolvimento dos países produtores de café, reforçará as relações políticas e econômicas entre produtores e consumidores e contribuirá para aumentar o consumo de café;

Reconhecendo a conveniência de evitar entre a produção e o consumo desequilíbrio capaz de provocar acentuadas flutuações de preço, prejudiciais a produtores e consumidores;

Convencidos de que a adoção de certas medidas no plano internacional pode concorrer para corrigir os efeitos de tal desequilíbrio e para garantir receita adequada aos produtores por meio de preços remunerativos;

Reconhecendo as vantagens decorrentes da cooperação internacional que resultou da aplicação dos convênios internacionais do café de 1962 e de 1968,

Acordam o seguinte:

CAPÍTULO I. OBJETIVOS

Artigo 1º. OBJETIVOS

Os objetivos deste Convênio são:

- 1º. alcançar um equilíbrio razoável entre a oferta e a procura mundiais de café, em bases que assegurem, aos consumidores, o abastecimento adequado de café a preços equitativos e, aos produtores, mercados para o café a preços remunerativos, e que contribuam para um equilíbrio a longo prazo entre a produção e o consumo;
- 2º. evitar flutuações excessivas dos níveis mundiais de abastecimento, estoques e preços, que são prejudiciais tanto a produtores como a consumidores;
- 3º. contribuir para o desenvolvimento dos recursos produtivos e para elevar e manter os níveis de emprego e de renda nos países Membros, concorrendo, desse modo, para a obtenção de salários justos, padrões de vida mais elevados e melhores condições de trabalho;
- 4º. elevar o poder aquisitivo dos países exportadores de café, pela manutenção dos preços, em conformidade com os termos do parágrafo 1º deste artigo, e pelo incremento do consumo;
- 5º. fomentar e aumentar, por todos os meios possíveis, o consumo de café; e

6º. em termos gerais, reconhecendo a relação entre o comércio de café e a estabilidade econômica dos mercados de produtos industriais, incentivar a cooperação internacional no domínio dos problemas mundiais do café.

Artigo 2º. COMPROMISSOS GERAIS DOS MEMBROS

1º. Os Membros se comprometem a conduzir sua política comercial de maneira a que possam ser alcançados os objetivos enunciados no artigo 1º. Os Membros se comprometem, ademais, a alcançar esses objetivos por meio da rigorosa observância das obrigações e disposições deste Convênio.

2º. Os Membros reconhecem a necessidade de adotar políticas que mantenham os preços em níveis que assegurem remuneração adequada aos produtores, e procurem assegurar que os preços de café aos consumidores não prejudiquem o aumento desejável de consumo.

3º. Os Membros exportadores comprometem-se a não adotar nem manter quaisquer disposições governamentais que possam permitir a venda de café a países não-membros em condições comerciais mais favoráveis do que aquelas que estão preparados a oferecer, ao mesmo tempo, aos Membros importadores, tomadas em consideração as práticas comerciais correntes.

4º. O Conselho procederá à revisão periódica da observância das disposições do parágrafo 3º deste artigo, podendo requerer dos Membros o fornecimento das informações adequadas, nos termos do artigo 53.

5º. Os Membros reconhecem que os certificados de origem são uma fonte vital de informações sobre o comércio de café. Nos períodos em que as quotas estiverem suspensas, recaí sobre os Membros exportadores a responsabilidade pela correta utilização dos certificados de origem. Contudo, embora estejam desobrigados de exigir que esses certificados acompanhem as partidas de café quando as quotas não estiverem em vigor, os Membros importadores cooperarão plenamente com a Organização no recolhimento e na verificação dos certificados relativos a partidas recebidas de países exportadores Membros, a fim de assegurar a todos os países Membros acesso ao maior número de informações possível.

CAPÍTULO II. DEFINIÇÕES

Artigo 3º. DEFINIÇÕES

Para os fins deste Convênio:

1º. «Café» significa o grão e a cereja do cafeiro, seja em pergaminho, verde ou torrado, e inclui o café moído, o descafeinado, o líquido e o solúvel. Estes termos têm o seguinte significado:

- a) «café verde» significa todo café na forma de grão descascado antes de ser torrado;
- b) «café em cereja seca» significa o fruto seco do cafeiro; obtém-se o equivalente do café em cereja seca em café verde, multiplicando o peso líquido da cereja seca do café por 0,50;
- c) «café em pergaminho» significa o grão de café verde envolvido pelo pergaminho; obtém-se o equivalente do café em pergaminho em café verde, multiplicando o peso líquido do café em pergaminho por 0,80;

- d) «café torrado» significa o café verde torrado em qualquer grau e inclui o café moído; obtém-se o equivalente do café torrado em café verde, multiplicando o peso líquido do café torrado por 1,19;
- e) «café descafeínado» significa o café verde, torrado ou solúvel do qual se tenha extraído a cafeína; obtém-se o equivalente do café descafeínado em café verde, multiplicando o peso líquido do café verde, torrado ou solúvel descafeínado, respectivamente por 1,00, 1,19 ou 3,00;¹
- f) «café líquido» significa as partículas solúveis em água, obtidas do café torrado e apresentadas sob forma líquida; obtém-se o equivalente do café líquido em café verde, multiplicando o peso líquido das partículas desidratadas, contidas no café líquido, por 3,00;
- g) «café solúvel» significa as partículas desidratadas, solúveis em água, obtidas do café torrado; obtém-se o equivalente do café solúvel em café verde, multiplicando o peso líquido do café solúvel por 3,00.

2º. «Saca» significa 60 quilos, ou 132,276 libras, de café verde; «tonelada» significa uma tonelada métrica de 1.000 quilogramas, ou 2.204,6 libras; e «libra» significa 453,597 gramas.

3º. «Ano cafeeiro» significa o período de um ano, de 1º de outubro a 30 de setembro.

4º. «Organização», «Conselho» e «Junta» significam, respectivamente, a Organização Internacional do Café, o Conselho Internacional do Café e a Junta Executiva.

5º. «Membro» significa uma Parte Contratante, inclusive uma organização intergovernamental, mencionada no parágrafo 3º do artigo 4º; um ou mais territórios designados com respeito aos quais tenha sido feita uma declaração de participação separada, nos termos do artigo 5º; ou duas ou mais Partes Contratantes ou territórios designados, ou ambos, que participem da Organização como Grupo-Membro, nos termos dos artigos 6º ou 7º.

6º. «Membro exportador» ou «país exportador» significa, respectivamente, um Membro ou país que seja exportador líquido de café, isto é, cujas exportações excedam as importações.

7º. «Membro importador» ou «país importador» significa, respectivamente, um Membro ou país que seja importador líquido de café, isto é, cujas importações excedam as exportações.

8º. «Membro produtor» ou «país produtor» significa, respectivamente, um Membro ou país que produza café em quantidades comercialmente significativas.

9º. «Maioria distribuída simples» significa a maioria dos votos expressos pelos Membros exportadores presentes e votantes, e a maioria dos votos expressos pelos Membros importadores presentes e votantes, contados separadamente.

10. «Maioria distribuída de dois terços» significa a maioria de dois terços dos votos expressos pelos Membros exportadores presentes e votantes, e a maioria de dois terços dos votos expressos pelos Membros importadores presentes e votantes, contados separadamente.

¹ O fator de 3 será objeto de reexame e poderá ser modificado pelo Conselho à luz de decisões que venham a ser tomadas pelos competentes organismos internacionais.

11. «Entrada em vigor» significa, salvo disposição em contrário, a data em que este Convênio entrar em vigor, seja provisória ou definitivamente.

12. «Produção exportável» significa a produção total de café de um país exportador, em determinado ano cafeeiro ou ano-safra, menos o volume destinado ao consumo interno no mesmo ano.

13. «Disponibilidade para exportação» significa a produção exportável de um país exportador, em determinado ano cafeeiro, acrescida dos estoques acumulados em anos anteriores.

14. «Direito de exportação» significa o volume total de café que um Membro está autorizado a exportar, nos termos das várias disposições deste Convênio, excluídas as exportações que, nos termos do artigo 44, não são debitadas a quotas.

15. «Insuficiência» significa a diferença entre o direito de exportação anual de um Membro exportador, em determinado ano cafeeiro, e o volume de café exportado por esse Membro, com destino a mercados em regime de quota, durante esse ano cafeeiro.

CAPÍTULO III. MEMBROS

Artigo 4º. PARTICIPAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO

1º. Cada Parte Contratante, juntamente com os territórios aos quais se aplica este Convênio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 64, constituirá um único Membro da Organização, salvo disposição em contrário dos artigos 5º, 6º e 7º.

2º. Um Membro pode passar de uma categoria para outra, segundo condições que o Conselho estipule.

3º. Toda referência feita neste Convênio a um governo será interpretada como extensiva à Comunidade Económica Européia ou a qualquer organização intergovernamental que tenha competência comparável para negociar, concluir e aplicar convênios internacionais, em particular convênios sobre produtos de base.

4º. Tal organização intergovernamental não terá, ela própria, voto algum, mas, caso se vote sobre assuntos de sua competência, terá direito a votar coletivamente em nome de seus Estados Membros. Nesse caso, os Estados Membros da organização intergovernamental não poderão exercer individualmente seu direito de voto.

5º. O disposto no parágrafo 1º do artigo 16 não se aplicará a uma tal organização intergovernamental, que poderá, contudo, participar nos debates da Junta Executiva sobre assuntos de sua competência. Caso se vote sobre assuntos de sua competência, e não obstante as disposições do parágrafo 1º do artigo 19, os votos que os Estados Membros têm direito a emitir na Junta Executiva podem ser emitidos coletivamente por qualquer desses Estados.

Artigo 5º. PARTICIPAÇÃO SEPARADA COM RELAÇÃO A TERRITÓRIOS DESIGNADOS

Toda Parte Contratante que seja importadora líquida de café pode, em qualquer momento, mediante a notificação prevista no parágrafo 2º do artigo 64, declarar que participa na Organização separadamente de qualquer dos territórios por ela designados, que sejam exportadores líquidos de café e por cujas relações

internacionais essa Parte Contratante seja responsável. Em tal caso, o território metropolitano e os territórios não-designados constituirão um único Membro, e os territórios designados terão participação separada como Membros, seja individual ou coletivamente, conforme se indique na notificação.

Artigo 6º. PARTICIPAÇÃO INICIAL EM GRUPO

1º. Duas ou mais Partes Contratantes que sejam exportadoras líquidas de café podem, mediante notificação apropriada ao Conselho e ao Secretário-Geral das Nações Unidas, ao depositar os respectivos instrumentos de aprovação, ratificação, aceitação ou adesão, declarar que entram para a Organização como Grupo-Membro. O território, ao qual se aplique este Convênio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 64, pode fazer parte de tal grupo, se o governo do Estado responsável por suas relações internacionais houver feito notificação nesse sentido, nos termos do parágrafo 2º do artigo 64. Tais Partes Contratantes e territórios designados devem satisfazer as seguintes condições:

- a) declarar que estão dispostos a assumir, individual e coletivamente, a responsabilidade pelas obrigações do grupo;
- b) apresentar subseqüentemente ao Conselho prova satisfatória do seguinte:
 - i) de que o grupo tem a organização necessária para aplicar uma política cafeeira comum, e de que dispõem, juntamente com os outros integrantes do grupo, dos meios para cumprir as obrigações decorrentes deste Convênio; e
 - ii) ou de que foram reconhecidos como grupo num acordo internacional de café precedente; ou
 - iii) de que têm uma política comercial e econômica comum ou coordenada com respeito ao café e uma política monetária e financeira coordenada, bem como os órgãos necessários à sua execução, de modo que o Conselho se certifique de que o grupo está em condições de cumprir as obrigações coletivas contraídas.

2º. O Grupo-Membro constituirá um único Membro da Organização, devendo, porém, cada integrante do grupo ser tratado individualmente, como Membro, no que diz respeito aos assuntos decorrentes das seguintes disposições:

- a) artigos 11, 12 e 20 do capítulo IV;
- b) artigos 50 e 51 do capítulo VIII; e
- c) artigo 67 do capítulo X.

3º. As Partes Contratantes e territórios designados que ingressem como Grupo-Membro especificarão o governo ou a organização que os representará no Conselho em assuntos decorrentes deste Convênio, exceto os especificados no parágrafo 2º deste artigo.

4º. Os direitos de voto do Grupo-Membro serão os seguintes:

- a) o Grupo-Membro terá o mesmo número de votos básicos que um país Membro que ingresse na Organização a título individual. Estes votos básicos serão atribuídos ao governo ou à organização representante do grupo, que deles disporá;
- b) no caso de uma votação sobre qualquer assunto decorrente das disposições do parágrafo 2º deste artigo, os integrantes do grupo podem dispor separadamente

dos votos a eles atribuídos nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 13, como se cada um deles fosse individualmente Membro da Organização, exceto no que se refere aos votos básicos, que continuam atribuídos unicamente ao governo ou à organização que represente o grupo.

5º. Toda Parte Contratante ou território designado que faça parte de um Grupo-Membro pode, mediante notificação ao Conselho, retirar-se do grupo e tornar-se Membro a título individual. A retirada terá efeito a partir do momento em que o Conselho receber a notificação. Se um dos integrantes de um Grupo-Membro retirar-se desse Grupo, ou deixar de participar na Organização, os demais integrantes do grupo podem requerer ao Conselho que mantenha o grupo, o qual continuará a existir, a menos que o Conselho não aprove o requerimento. Se o Grupo-Membro fôr dissolvido, cada um dos seus integrantes tornar-se-á Membro a título individual. O Membro que tiver deixado de pertencer a um grupo não pode tornar a integrar-se em grupo algum durante a vigência deste Convênio.

Artigo 7º. PARTICIPAÇÃO SUBSEQÜENTE EM GRUPO

Dois ou mais Membros exportadores podem, a qualquer momento após este Convênio ter entrado em vigor, requerer ao Conselho autorização para se constituirem em Grupo-Membro. O Conselho aprovará o requerimento, se considerar que a declaração feita pelos Membros e as provas por eles apresentadas satisfazem os requisitos do parágrafo 1º do artigo 6º. Imediatamente após a aprovação, ficará o Grupo-Membro sujeito às disposições dos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º daquele artigo.

CAPÍTULO IV. ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º. SEDE E ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ

1º. A Organização Internacional do Café, estabelecida pelo Convênio de 1962, continua em existência a fim de executar as disposições deste Convênio e superintender o seu funcionamento.

2º. A Organização tem sede em Londres, a menos que o Conselho, por maioria distribuída de dois terços, decida de outro modo.

3º. A Organização exerce as suas funções por intermédio do Conselho Internacional do Café, da Junta Executiva, do Diretor-Executivo e de seus funcionários.

Artigo 9º. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DO CAFÉ

1º. A autoridade suprema da Organização é o Conselho Internacional do Café, que é composto por todos os Membros da Organização.

2º. Cada Membro designará, para o Conselho, um representante e, se assim o desejar, um ou mais suplentes, podendo igualmente designar um ou mais assessores do representante ou de seus suplentes.

Artigo 10. PODERES E FUNÇÕES DO CONSELHO

1º. O Conselho fica investido de todos os poderes que lhe são especificamente conferidos por este Convênio, e tem os poderes e desempenha as funções necessárias à execução das disposições deste Convênio.

2º. O Conselho, por maioria distribuída de dois terços, estabelecerá as normas e os regulamentos necessários à execução deste Convênio e com o mesmo compatíveis, inclusive o seu próprio regimento interno e os regulamentos financeiros e do pessoal da Organização. O Conselho pode estabelecer, em seu regimento, um processo que lhe permita, sem se reunir, decidir sobre questões específicas.

3º. O Conselho manterá em arquivo a documentação necessária ao desempenho das funções que lhe atribui este Convênio e toda a demais documentação que considere conveniente.

Artigo 11. ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DOS VICE-PRESIDENTES DO CONSELHO

1º. O Conselho elegerá, para cada ano cafeeiro, um Presidente e um primeiro, um segundo e um terceiro Vice-Presidentes.

2º. Como regra geral, tanto o Presidente como o primeiro Vice-Presidente serão eleitos seja dentre os representantes dos Membros exportadores, seja dentre os representantes dos Membros importadores, e o segundo e o terceiro Vice-Presidentes serão eleitos dentre os representantes da outra categoria de Membros. De ano para ano cafeeiro, esses cargos serão desempenhados alternadamente por Membros das duas categorias.

3º. Nem o Presidente nem nenhum dos Vice-Presidentes, no exercício da presidência, terá direito a voto. Nesse caso, o respectivo suplente exerce os direitos de voto do Membro.

Artigo 12. SESSÕES DO CONSELHO

Como regra geral, o Conselho reunir-se-á duas vezes por ano em sessão ordinária, podendo reunir-se em sessões extraordinárias, se assim o decidir. Podem igualmente celebrar-se sessões extraordinárias a pedido seja da Junta Executiva, seja de cinco Membros, seja de um ou vários Membros que disponham de, pelo menos, 200 votos. As sessões do Conselho serão convocadas com uma antecedência de, pelo menos, 30 dias, exceto em casos de emergência. Salvo decisão em contrário do Conselho, as sessões realizar-se-ão na sede da Organização.

Artigo 13. VOTOS

1º. Os Membros exportadores disporão conjuntamente de 1.000 votos e os Membros importadores disporão conjuntamente de 1.000 votos, distribuídos entre os Membros de cada uma das categorias — isto é, Membros exportadores e importadores, respectivamente — como estipulam os parágrafos seguintes deste artigo.

2º. Cada Membro disporá de 5 votos básicos, desde que o número total de votos básicos em cada uma das categorias não exceda 150. Caso haja mais de 30 Membros exportadores ou mais de 30 Membros importadores, o número de votos básicos de cada Membro dessa categoria será ajustado, de modo que o total de votos básicos em cada categoria não ultrapasse 150.

3º. Os Membros exportadores, que segundo o Anexo I têm uma quota inicial de exportação anual de 100.000 sacas ou mais, mas inferior a 400.000, terão, além dos votos básicos, os votos indicados na coluna 2 do Anexo I. O Membro

exportador que, nos termos do parágrafo 5º do artigo 31, optar por ter quota básica não será abrangido pelas disposições deste parágrafo.

4º. Observadas as disposições do artigo 32, serão os restantes votos dos Membros exportadores divididos entre os Membros que têm quota básica de maneira proporcional ao volume médio de suas respectivas exportações de café com destino a Membros importadores nos anos cafeeiros de 1968/69 a 1971/72 inclusive. Isso constituirá a base de votação desses Membros exportadores até 31 de dezembro de 1977. A partir de 1º de janeiro de 1978, os restantes votos dos Membros exportadores que têm quota básica serão calculados proporcionalmente ao volume médio de suas respectivas exportações de café com destino a Membros importadores, do seguinte modo:

<i>A partir de 1º de janeiro de:</i>	<i>Anos cafeeiros</i>
1978	1969/70, 1970/71, 1971/72, 1976/77
1979	1970/71, 1971/72, 1976/77, 1977/78
1980	1971/72, 1976/77, 1977/78, 1978/79
1981	1976/77, 1977/78, 1978/79, 1979/80
1982	1977/78, 1978/79, 1979/80, 1980/81

5º. Os votos restantes dos Membros importadores serão divididos entre estes Membros proporcionalmente ao volume médio de suas respectivas importações de café nos três anos civis precedentes.

6º. A distribuição dos votos será determinada pelo Conselho, nos termos deste artigo, no início de cada ano cafeeiro, permanecendo em vigor durante esse ano, exceto nos casos previstos nos parágrafos 4º e 7º deste artigo.

7º. Sempre que ocorrer qualquer modificação no número de Membros da Organização, ou os direitos de voto de um Membro forem suspensos ou restabelecidos, nos termos dos artigos 26, 42, 45 ou 58, o Conselho procederá à redistribuição dos votos, de acordo com o que dispõe este artigo.

8º. Nenhum Membro pode dispor de mais de 400 votos.

9º. Não se admite fração de voto.

Artigo 14. PROCEDIMENTO DE VOTAÇÃO NO CONSELHO

1º. Cada Membro disporá de todos os votos a que tem direito, mas não os poderá dividir. Qualquer Membro pode, no entanto, dispor de forma diferente dos votos que lhe são atribuídos nos termos do parágrafo 2º deste artigo.

2º. Todo Membro exportador pode autorizar outro Membro exportador, e todo Membro importador pode autorizar outro Membro importador a representar seus interesses e exercer seu direito de voto em qualquer reunião do Conselho. Não se aplicará, neste caso, a limitação prevista no parágrafo 8º do artigo 13.

Artigo 15. DECISÕES DO CONSELHO

1º. Salvo disposição em contrário, todas as decisões e todas as recomendações do Conselho são adotadas por maioria distribuída simples.

2º. As decisões do Conselho que, segundo este Convênio, exijam a maioria distribuída de dois terços, obedecerão ao seguinte procedimento:

a) se a moção não obtém a maioria distribuída de dois terços, em virtude de voto negativo de, no máximo, três Membros exportadores, ou de, no máximo, três

Membros importadores, ela é novamente submetida a votação dentro de 48 horas, se o Conselho assim o decidir por maioria dos Membros presentes e por maioria distribuída simples;

- b) se, novamente, a moção não obtém a maioria distribuída de dois terços de votos, em virtude do voto negativo de um ou dois Membros exportadores, ou de um ou dois Membros importadores, ela é novamente submetida a votação, dentro de 24 horas, desde que o Conselho assim o decida por maioria dos Membros presentes e por maioria distribuída simples;
- c) se a moção não obtém ainda a maioria distribuída de dois terços na terceira votação, em virtude do voto negativo de apenas um Membro exportador, ou de apenas um Membro importador, ela é considerada adotada;
- d) se o Conselho não submeter a moção a nova votação, ela é considerada rejeitada.

3º. Os Membros comprometem-se a aceitar como obrigatorias todas as decisões que o Conselho adote em virtude das disposições deste Convênio.

Artigo 16. COMPOSIÇÃO DA JUNTA

1º. A Junta Executiva será constituída por oito Membros exportadores e por oito Membros importadores, eleitos por cada ano cafeeiro nos termos do artigo 17. Os Membros podem ser reeleitos.

2º. Cada Membro da Junta designará um representante e, se assim o desejar, um ou mais suplentes, podendo igualmente designar um ou mais assessores do representante ou dos suplentes.

3º. A Junta Executiva terá um Presidente e um Vice-Presidente que são eleitos pelo Conselho para cada ano cafeeiro e que podem ser reeleitos. Nem o Presidente nem o Vice-Presidente no exercício da presidência têm direito de voto. Se um representante é eleito Presidente, ou se o Vice-presidente exerce a presidência, vota em seu lugar o respectivo suplente. Como regra geral, o Presidente e o Vice-Presidente para cada ano cafeeiro serão eleitos dentre os representantes da mesma categoria de Membros.

4º. A Junta reunir-se-á normalmente na sede da Organização, embora possa reunir-se em outro local.

Artigo 17. ELEIÇÃO DA JUNTA

1º. Os membros exportadores e importadores da Junta serão eleitos em sessão do Conselho pelos Membros exportadores e importadores da Organização, respectivamente. A eleição dentro de cada categoria obedecerá às disposições dos parágrafos seguintes deste artigo.

2º. Cada Membro votará por um só candidato, conferindo-lhe todos os votos de que dispõe nos termos do artigo 13. Um Membro pode conferir a outro candidato os votos de que disponha nos termos do parágrafo 2º do artigo 14.

3º. Os oito candidatos que receberem o maior número de votos são eleitos, mas nenhum candidato será eleito, no primeiro escrutínio, com menos de 75 votos.

4º. Se, de acordo com o disposto no parágrafo 3º deste artigo, menos de oito candidatos fôrem eleitos no primeiro escrutínio, proceder-se-á novos escrutínios,

dos quais só participarão os Membros que não houverem votado por nenhum dos candidatos eleitos. Em cada escrutínio, o mínimo de votos necessários para ser eleito diminui sucessivamente de cinco unidades, até que os oito candidatos tenham sido eleitos.

5º. O Membro que não houver votado por nenhum dos Membros eleitos atribuirá seus votos a um deles, respeitado o disposto nos parágrafos 6º e 7º deste artigo.

6º. Considera-se que um Membro dispõe dos votos que recebeu ao ser eleito bem como dos votos que lhe sejam atribuídos, não podendo, contudo, nenhum Membro eleito dispor de mais de 499 votos.

7º. Se os votos obtidos por um Membro eleito ultrapassarem 499, os Membros que nele votaram, ou que a ele atribuíram seus votos, providenciarão entre si para que um ou mais lhe retirem os votos e os confirmam ou transfiram a outro Membro eleito, de modo que nenhum dos eleitos receba mais de 499 votos.

Artigo 18. COMPETÊNCIA DA JUNTA

1º. A Junta é responsável perante o Conselho e funciona sob sua direção geral.

2º. O Conselho pode, por maioria distribuída de dois terços, delegar à Junta o exercício de qualquer ou de todos os seus poderes, com exceção dos seguintes:

- a) aprovação do orçamento administrativo e fixação das contribuições, nos termos do artigo 25;
- b) suspensão dos direitos de voto de um Membro, nos termos dos artigos 45 ou 58;
- c) dispensa das obrigações de um Membro, nos termos do artigo 56;
- d) decisões sobre litígios, nos termos do artigo 58;
- e) estabelecimento das condições para adesão, nos termos do artigo 62;
- f) decisão determinando a exclusão de um Membro, nos termos do artigo 66;
- g) decisão a respeito da renegociação, prorrogação ou terminação deste Convênio, nos termos do artigo 68; e
- h) recomendação aos Membros de emendas ao Convênio, nos termos do artigo 69.

3º. O Conselho pode, a qualquer momento, por maioria distribuída simples, revogar quaisquer poderes que tenha delegado à Junta.

Artigo 19. PROCEDIMENTO DE VOTAÇÃO NA JUNTA

1º. Cada Membro da Junta disporá dos votos por ele recebidos nos termos dos parágrafos 6º e 7º do artigo 17. Não será permitido o voto por procuração. Não será permitido aos membros da Junta dividir os seus votos.

2º. Toda decisão da Junta exigirá maioria igual à que seria necessária para ser tomada pelo Conselho.

Artigo 20. QUORUM PARA O CONSELHO E PARA A JUNTA

1º. O *quorum* para qualquer reunião do Conselho consistirá na presença da maioria dos Membros que detenham a maioria distribuída de dois terços do total dos votos. Se não houver *quorum* na hora marcada para a abertura de uma reunião do Conselho, pode o Presidente adiar a abertura da reunião para, no mínimo, três horas mais tarde. Caso não haja *quorum* à nova hora fixada, pode o Presidente adiar uma vez mais a abertura da reunião do Conselho por, no mínimo, três horas. Estes adiamentos podem repetir-se até haver *quorum* à hora marcada. A representação, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14, será considerada como presença.

2º. O *quorum* para qualquer reunião da Junta consistirá na presença da maioria dos membros que detenham a maioria distribuída de dois terços do total de votos.

Artigo 21. DIRETOR-EXECUTIVO E PESSOAL

1º. Com base em recomendação da Junta, o Conselho designará o Diretor-Executivo. As respectivas condições de emprego serão estabelecidas pelo Conselho e devem ser análogas às de funcionários de igual categoria em organizações intergovernamentais similares.

2º. O Diretor-Executivo é o principal funcionário administrativo da Organização, sendo responsável pelo cumprimento das funções que lhe competem na administração deste Convênio.

3º. O Diretor-Executivo nomeará os restantes funcionários de acordo com o regulamento estabelecido pelo Conselho.

4º. Nem o Diretor-Executivo nem nenhum funcionário deve ter interesses financeiros na indústria, no comércio ou no transporte do café.

5º. No exercício de suas funções, o Diretor-Executivo e os funcionários não solicitarão nem receberão instruções de nenhum Membro, nem de nenhuma autoridade estranha à Organização. Devem abster-se de atos incompatíveis com a sua condição de funcionários internacionais, responsáveis unicamente perante a Organização. Os Membros comprometem-se a respeitar o caráter exclusivamente internacional das responsabilidades do Diretor-Executivo e dos funcionários e a não tentar influenciá-los no desempenho de suas funções.

Artigo 22. COOPERAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

O Conselho pode tomar as providências que julgue aconselháveis para consultar e cooperar com as Nações Unidas, suas agências especializadas, e outras organizações intergovernamentais competentes. O Conselho pode convidar essas organizações e quaisquer outras que se ocupem de café a enviar observadores às suas reuniões.

CAPÍTULO V. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Artigo 23. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

1º. A Organização possui personalidade jurídica. Ela é dotada, em especial, da capacidade de firmar contratos, de adquirir e de dispor de bens móveis e imóveis e de demandar em juízo.

2º. A *status*, os privilégios e as imunidades da Organização, do Diretor-Executivo, do pessoal e peritos, bem como dos representantes de Membros que se encontrem no território do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte com a finalidade de exercer suas funções, continuarão sendo governados pelo acordo de sede celebrado, em 28 de maio de 1969; entre o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (a seguir chamado «governo do país-sede») e a Organização.

3º. O acordo mencionado no parágrafo 2º deste artigo será independente deste Convênio, podendo no entanto terminar:

- a) por acordo entre o governo do país-sede e a Organização;
- b) na eventualidade da sede da Organização ser transferida do território do governo do país-sede; ou
- c) na eventualidade da Organização deixar de existir.

4º. A Organização pode celebrar com outro ou outros Membros acordos, a serem aprovados pelo Conselho, relativos aos privilégios e imunidades que sejam indispensáveis ao funcionamento conveniente deste Convênio.

5º. Os governos dos países Membros, com exceção do país-sede, concederão à Organização as mesmas facilidades que são conferidas às agências especializadas das Nações Unidas em matéria de restrições monetárias e de câmbio, manutenção de contas bancárias e transferência de dinheiro.

CAPÍTULO VI. FINANÇAS

Artigo 24. FINANÇAS

1º. As despesas das delegações ao Conselho e dos representantes na Junta ou em qualquer das comissões do Conselho ou da Junta serão financiadas pelos respectivos governos.

2º. As demais despesas necessárias à administração do Convênio serão financiadas por contribuições anuais dos Membros, fixadas nos termos do artigo 25. O Conselho pode, todavia, exigir o pagamento de emolumentos por determinados serviços.

3º. O exercício financeiro da Organização coincidirá com o ano cafeeiro.

Artigo 25. APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E FIXAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES

1º. Durante o segundo semestre de cada exercício financeiro, o Conselho aprovará o orçamento administrativo da Organização para o exercício financeiro seguinte e fixará a contribuição de cada Membro para esse orçamento.

2º. A contribuição de cada Membro para o orçamento de cada exercício financeiro é proporcional à relação que existe, na data em que fôr aprovado o orçamento para aquele exercício financeiro, entre o número de seus votos e o total dos votos de todos os Membros. Se, todavia, no início do exercício financeiro para o qual foram fixadas as contribuições, houver alguma modificação na distribuição de votos entre os Membros, em virtude do disposto no parágrafo 6º do artigo 13, as contribuições correspondentes a esse exercício serão devidamente ajustadas. Para fixar as contribuições, o número de votos de cada Membro será determinado sem tomar em consideração a eventual suspensão dos direitos de voto de um Membro ou qualquer redistribuição de votos que dela possa resultar.

3º. A contribuição inicial de qualquer Membro, que entre para a Organização depois de o Convênio ter entrado em vigor, é fixada pelo Conselho com base no número de votos que lhe são atribuídos e em função do período restante do exercício financeiro em curso, permanecendo inalteradas as contribuições fixadas aos outros Membros, para esse exercício financeiro.

Artigo 26. PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

1º. As contribuições para o orçamento administrativo de cada exercício financeiro serão pagas em moeda livremente conversível e exigíveis no primeiro dia do respectivo exercício.

2º. Se um Membro não tiver pago integralmente a contribuição para o orçamento administrativo, dentro de seis meses a contar da data em que tal contribuição é exigível, ficam suspensos, até que tal contribuição seja paga, tanto os seus direitos de voto no Conselho como o direito de dispor dos seus votos na Junta. Todavia, a menos que o Conselho assim o decida por maioria distribuída de dois terços, tal Membro não fica privado de nenhum outro direito nem eximido de nenhuma das obrigações que lhe impõe este Convênio.

3º. Os Membros, cujos direitos de voto tenham sido suspensos nos termos do parágrafo 2º deste artigo ou nos termos dos artigos 42, 45 ou 58, permanecerão, entretanto, responsáveis pelo pagamento de suas respectivas contribuições.

Artigo 27. VERIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS CONTAS

O mais cedo possível após o encerramento de cada exercício financeiro, será apresentada ao Conselho, para aprovação e publicação, a prestação de contas das receitas e despesas da Organização referente a esse exercício, verificada por perito em contabilidade e independente da Organização.

CAPÍTULO VII. REGULAMENTAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Artigo 28. DISPOSIÇÕES GERAIS

1º. Todas as decisões do Conselho relativas às disposições deste Capítulo serão adotadas por maioria distribuída de dois terços.

2º. A palavra «anual» significa, neste capítulo, qualquer período de doze meses estabelecido pelo Conselho. Entretanto, o Conselho pode adotar providências para que as disposições deste capítulo sejam aplicadas por períodos de mais de doze meses.

Artigo 29. MERCADOS EM REGIME DE QUOTAS

Para os efeitos deste Convênio, o mercado mundial de café é dividido em mercados de países Membros, sujeitos ao regime de quotas, e mercados de países não-membros, isentos do regime de quotas.

Artigo 30. QUOTAS BÁSICAS

1º. Observadas as disposições dos artigos 31 e 32, cada Membro exportador terá direito a uma quota básica calculada de acordo com o disposto neste artigo.

2º. Se, nos termos do artigo 33, as quotas entrarem em vigor durante o ano cafeeiro de 1976/77, a quota básica, a ser utilizada para a distribuição da parcela fixa das quotas, será calculada com base no volume médio das exportações anuais de cada Membro exportador com destino a Membros importadores, nos anos cafeeiros de 1968/69 a 1971/72. Esta distribuição da parcela fixa permanecerá em vigor até que as quotas sejam suspensas pela primeira vez, nos termos do artigo 33.

3º. Caso as quotas não sejam estabelecidas no ano cafeeiro de 1976/77, mas entrem em vigor durante o ano cafeeiro de 1977/78, a quota básica, a ser utilizada para a distribuição da parcela fixa das quotas, será calculada tomando para cada Membro exportador a mais alta das seguintes quantidades:

- a) o volume de suas exportações com destino a Membros importadores durante 1976/77, calculado com base em informações obtidas dos certificados de origem; ou
- b) o número resultante da aplicação do método previsto no anterior parágrafo 2º deste artigo.

Esta distribuição da parcela fixa permanecerá em vigor até que as quotas sejam suspensas pela primeira vez, nos termos do artigo 33.

4º. Caso as quotas entrem em vigor pela primeira vez, ou sejam restabelecidas, durante o ano cafeeiro de 1978/79, ou em data posterior, a quota básica, a ser utilizada para a distribuição da parcela fixa das quotas, será calculada tomando para cada Membro exportador a mais alta das seguintes quantidades:

- a) a média do volume de suas exportações com destino a Membros importadores, nos anos cafeeiros de 1976/77 e de 1977/78, calculada com base em informações obtidas dos certificados de origem; ou
- b) o número resultante da aplicação do método previsto no parágrafo 2º deste artigo.

5º. Caso as quotas sejam estabelecidas nos termos do parágrafo 2º deste artigo, e, posteriormente, suspensas, o seu restabelecimento durante o ano cafeeiro de 1977/78 obedecerá às disposições do parágrafo 3º deste artigo e do parágrafo 1º do artigo 35. O restabelecimento de quotas durante o ano cafeeiro de 1978/79, ou em qualquer ano posterior, obedecerá às disposições do parágrafo 4º deste artigo e do parágrafo 1º do artigo 35.

Artigo 31. MEMBROS EXPORTADORES ISENTOS DE QUOTA BÁSICA

1º. Observadas as disposições dos parágrafos 4º e 5º deste artigo, não será atribuída quota básica aos Membros exportadores relacionados no Anexo 1. Observadas as disposições do artigo 33, caberá a esses Membros, no ano cafeeiro de 1976/77, a quota inicial de exportação anual indicada na coluna 1 daquele Anexo. Observadas as disposições do parágrafo 2º deste artigo e as do artigo 33, as quotas desses Membros em cada um dos anos cafeeiros subsequentes serão aumentadas:

- a) de 10 por cento da quota inicial de exportação anual, no caso dos Membros cuja quota inicial de exportação anual é inferior a 100.000 sacas; e
- b) de 5 por cento da quota inicial de exportação anual, no caso dos Membros cuja

quota inicial de exportação anual é de 100.000 sacas ou mais, mas inferior a 400.000 sacas.

Para os fins de fixação das quotas anuais dos referidos Membros, considerar-se-á que estes aumentos anuais tiveram efeito a partir da entrada em vigor deste Convênio, sempre que sejam estabelecidas ou restabelecidas as quotas, nos termos do artigo 33.

2º. Os Membros referidos no parágrafo 1º deste artigo notificarão ao Conselho, até 31 de julho de cada ano, o provável volume de café disponível para exportação no ano cafeeiro seguinte. O volume indicado pelo Membro exportador constituirá sua quota para o ano cafeeiro seguinte, desde que não ultrapasse o limite permitido pelo parágrafo 1º deste artigo.

3º. Quando a quota anual de um Membro exportador, a que tiverem sido atribuídas menos de 100.000 sacas de quota inicial de exportação anual, atingir ou ultrapassar o limite de 100.000 sacas mencionado no parágrafo 1º deste artigo, ficará esse Membro sujeito às disposições aplicáveis aos Membros exportadores cuja quota inicial de exportação anual é de 100.000 sacas ou mais, mas inferior a 400.000 sacas.

4º. Quando a quota anual de um Membro exportador, a que tiverem sido atribuídas menos de 400.000 sacas de quota inicial de exportação anual, atingir o limite de 400.000 sacas mencionado no parágrafo 1º deste artigo, ficará esse Membro sujeito às disposições do artigo 35, estabelecendo-lhe o Conselho a respectiva quota básica.

5º. Todo Membro exportador relacionado no Anexo I, que exportar 100.000 sacas ou mais, pode, a qualquer momento, solicitar ao Conselho que lhe estabeleça uma quota básica.

6º. Os Membros cujas quotas anuais sejam inferiores a 100.000 sacas não ficarão sujeitos às disposições dos artigos 36 e 37.

Artigo 32. DISPOSIÇÕES PARA O AJUSTAMENTO DE QUOTAS BÁSICAS

1º. O Conselho ajustará as quotas básicas resultantes da aplicação do disposto no artigo 30, sempre que se tornar Membro deste Convênio um país importador que não era membro nem do Convênio Internacional do Café de 1968 nem do Convênio Internacional do Café de 1968 Prorrogado.

2º. O ajustamento mencionado no parágrafo 1º deste artigo levará em conta ou a média das exportações de cada Membro exportador com destino ao país importador em apreço, no período de 1968 a 1972, ou a participação de cada Membro exportador na média das importações daquele país, durante o mesmo período.

3º. O Conselho aprovará os dados que devem servir de base para os cálculos necessários ao ajustamento das quotas básicas bem como os critérios a seguir para aplicar as disposições deste artigo.

Artigo 33. DISPOSIÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO, SUSPENSÃO E RESTABELECIMENTO DE QUOTAS

1º. A menos que o Conselho decida de outro modo, as quotas entrarão em vigor a qualquer momento da vigência deste Convênio:

- a) se o preço indicativo composto permanecer, em média, por 20 dias consecutivos de mercado, igual ou inferior ao limite máximo da faixa de preços, estabelecida pelo Conselho nos termos do artigo 38 e então em vigor;
- b) na falta de uma decisão do Conselho estabelecendo uma faixa de preços:
 - i) se a média dos preços indicativos dos cafés Outros Suaves e Robustas permanecer, em média, por 20 dias consecutivos de mercado, igual ou inferior à média desses preços no ano civil de 1975, segundo os registros conservados pela Organização durante a vigência do Convênio International do Café de 1968 Prorrogado; ou
 - ii) observadas as disposições do parágrafo 2º deste artigo, se o preço indicativo composto, calculado nos termos do artigo 38, permanecer, em média, por 20 dias consecutivos de mercado, 15 por cento ou mais abaixo da média do preço indicativo composto do ano cafeeiro precedente, durante o qual este Convênio esteve em vigor.

Não obstante as disposições precedentes deste parágrafo, as quotas não serão estabelecidas, ao entrar em vigor este Convênio, a não ser que a média dos preços indicativos dos cafés Outros Suaves e Robustas permaneça, em média, nos 20 dias consecutivos de mercado imediatamente anteriores àquela data, igual ou inferior à média desses preços no ano civil de 1975.

2º. Não obstante o disposto no inciso ii da alínea b do parágrafo 1º deste artigo, as quotas não entrarão em vigor, a menos que o Conselho decida de outro modo, se a média dos preços indicativos dos cafés Outros Suaves e Robustas permanecer, em média, por 20 dias consecutivos de mercado, 22,5 por cento ou mais acima da média desses preços no ano civil de 1975.

3º. Os preços indicados: no inciso i da alínea b do parágrafo 1º e no parágrafo 2º deste artigo serão revistos e poderão ser modificados pelo Conselho, antes de 30 de setembro de 1978 e antes de 30 de setembro de 1980.

4º. A menos que o Conselho decida de outro modo, as quotas serão suspensas:

- a) se o preço indicativo composto permanecer, em média, por 20 dias consecutivos de mercado, 15 por cento acima do limite máximo da faixa de preços, estabelecida pelo Conselho e então em vigor; ou
- b) na falta de uma decisão do Conselho estabelecendo uma faixa de preços, se o preço indicativo composto permanecer, em média, por 20 dias consecutivos de mercado, 15 por cento ou mais acima da média do preço indicativo composto do ano civil precedente.

5º. A menos que o Conselho decida de outro modo, as quotas serão restabelecidas, após a suspensão prevista nos termos do parágrafo 4º deste artigo, de acordo com as disposições dos seus parágrafos 1º, 2º e 6º.

6º. Sempre que satisfeitas as condições de preço pertinentes mencionadas no parágrafo 1º deste artigo, e observadas as disposições do parágrafo 2º deste artigo, as quotas entrarão em vigor o mais cedo possível e, o mais tardar, no trimestre que se seguir ao preenchimento das condições de preço pertinentes. As quotas serão fixadas para um período de quatro trimestres, ressalvados os casos em que este Convênio dispõe de outro modo. Se a quota anual global e as quotas trimestrais não tiverem sido previamente fixadas pelo Conselho, competirá ao Diretor-Executivo fixar uma quota, tomando como base o desaparecimento de

café nos mercados em regime de quota, calculado segundo os critérios enunciados no artigo 34. Essa quota será distribuída entre os Membros exportadores de acordo com as disposições dos artigos 31 e 35.

7º. O Conselho será convocado durante o primeiro trimestre, depois de terem entrado em vigor as quotas, a fim de estabelecer faixas de preços, de rever as quotas e, se necessário, modificá-las, para o período que o Conselho julgar aconselhável, desde que este período não seja superior a doze meses a contar da data em que as quotas entraram em vigor.

Artigo 34. FIXAÇÃO DA QUOTA ANUAL GLOBAL.

Observadas as disposições do artigo 33, estabelecerá o Conselho, em sua última sessão ordinária do ano cafeeiro, uma quota anual global, levando em conta, *inter alia*, os seguintes elementos:

- a) estimativa do consumo anual dos Membros importadores;
- b) a estimativa das importações efetuadas pelos Membros, procedentes de outros Membros importadores e de países não-membros;
- c) a estimativa da variação do volume dos estoques existentes em países Membros importadores e em portos livres;
- d) a observância das disposições do artigo 40 sobre insuficiências e sua distribuição; e
- e) para os efeitos de estabelecimento e restabelecimento de quotas, nos termos dos parágrafos 1º e 5º do artigo 33, as exportações efetuadas pelos Membros exportadores com destino a Membros importadores e a países não-membros, durante o período de doze meses que precede o estabelecimento de quotas.

Artigo 35. ATRIBUIÇÃO DAS QUOTAS ANUAIS

1º. A luz da decisão tomada nos termos do artigo 34, e depois de deduzido o volume de café necessário para dar cumprimento às disposições do artigo 31, as quotas anuais serão atribuídas, em uma parcela fixa e uma parcela variável, aos Membros exportadores com direito a quota básica. A parcela fixa corresponderá a 70 por cento da quota anual global, devidamente ajustada para cumprir as disposições do artigo 31, e será distribuída entre os Membros exportadores segundo os termos do artigo 30. A parcela variável corresponderá a 30 por cento da quota anual global, devidamente ajustada para cumprir as disposições do artigo 31. O Conselho pode modificar estas proporções, mas a parcela fixa jamais será inferior a 70 por cento. Observadas as disposições do parágrafo 2º deste artigo, a parcela variável será distribuída entre os Membros exportadores na proporção existente entre os estoques verificados de cada Membro exportador e o total dos estoques verificados de todos os Membros exportadores que têm quota básica, sob ressalva de que, a menos que o Conselho estabeleça um outro limite, nenhum Membro receberá um quinhão da parcela variável da quota superior a 40 por cento do volume total da parcela variável.

2º. Os estoques a serem tomados em consideração para os fins deste artigo serão os verificados, de acordo com as normas baixadas para efetuar a verificação dos estoques, no fim do ano-safra de cada Membro exportador imediatamente anterior à fixação das quotas.

Artigo 36. QUOTAS TRIMESTRAIS

1º. Imediatamente após a atribuição das quotas anuais nos termos do parágrafo 1º do artigo 35, e observadas as disposições do artigo 31, o Conselho atribuirá quotas trimestrais aos Membros exportadores com o propósito de assegurar o abastecimento ordenado de café ao mercado mundial, durante o período para o qual são fixadas quotas.

2º. Essas quotas deverão, na medida do possível, representar 25 por cento da quota anual de cada Membro. Não será permitido a nenhum Membro exportar mais de 30 por cento no primeiro trimestre, 60 por cento nos dois primeiros trimestres e 80 por cento nos três primeiros trimestres. Se, em dado trimestre, as exportações de qualquer Membro fôrem inferiores à sua quota para esse trimestre, o saldo será adicionado à sua quota para o trimestre seguinte.

3º. As disposições deste artigo aplicam-se também à execução do disposto no parágrafo 6º do artigo 33.

4º. Se, em virtude de circunstâncias excepcionais, um Membro exportador considerar que as limitações previstas no parágrafo 2º deste artigo poderão provavelmente causar sérios prejuízos à sua economia, o Conselho pode, a pedido desse Membro, tomar as medidas pertinentes, nos termos do artigo 56. O Membro interessado deve apresentar provas dos prejuízos e fornecer garantias adequadas quanto à manutenção da estabilidade dos preços. O Conselho, no entanto, em caso algum autorizará um Membro a exportar mais de 35 por cento de sua quota anual no primeiro trimestre, mais de 65 por cento nos dois primeiros trimestres e mais de 85 por cento nos três primeiros trimestres.

Artigo 37. AJUSTAMENTO DAS QUOTAS ANUAIS E TRIMESTRAIS

1º. Se as condições do mercado o exigirem, pode o Conselho modificar as quotas anuais e trimestrais atribuídas nos termos dos artigos 33, 35 e 36. Observadas as disposições do parágrafo 1º do artigo 35, e excetuado o disposto no artigo 31 e no parágrafo 3º do artigo 39, as quotas dos Membros exportadores serão modificadas em igual percentagem.

2º. Não obstante as disposições do parágrafo 1º deste artigo, pode o Conselho, se verificar que as condições do mercado assim o exigem, ajustar as quotas dos Membros exportadores para o trimestre em curso e para os restantes trimestres, sem, no entanto, modificar as quotas anuais.

Artigo 38. MEDIDAS RELATIVAS A PREÇOS

1º. O Conselho estabelecerá um sistema de preços indicativos que proporcione um preço indicativo composto diário.

2º. Com base em tal sistema, pode o Conselho estabelecer faixas de preços e diferenciais de preços para os principais tipos e/ou grupos de café, assim como uma faixa de preço composto.

3º. Ao estabelecer e ajustar quaisquer faixas de preços para os fins deste artigo, o Conselho tomará em consideração o nível e a tendência predominantes dos preços de café, inclusive as influências que sobre eles possam ser:

- os níveis e as tendências do consumo e da produção, assim como os estoques em países importadores e exportadores;
- mudanças no sistema monetário mundial;

- a tendência da inflação ou da deflação mundial; e
- quaisquer outros fatores que possam prejudicar a consecução dos objetivos deste Convênio.

O Diretor-Executivo fornecerá os dados necessários ao exame apropriado dos elementos citados.

4º. O Conselho baixará normas acerca dos efeitos do estabelecimento de quotas ou do seu ajustamento sobre os contratos celebrados antes de tal estabelecimento ou ajustamento.

Artigo 39. MEDIDAS ADICIONAIS PARA O AJUSTAMENTO DE QUOTAS

1. Caso as quotas se encontrem em vigor, o Conselho será convocado a fim de instituir um sistema de ajustamento *pro rata* das quotas em função das flutuações do preço indicativo composto, como previsto no artigo 38.

2º. O referido sistema compreenderá disposições acerca de faixas de preços, número de dias de mercado abrangidos pela contagem, e número e amplitude dos ajustamentos.

3º. O Conselho pode igualmente estabelecer um sistema para aplicar aumentos de quota em função de flutuações dos preços dos principais tipos e/ou grupos de café.

Artigo 40. INSUFICIÊNCIAS

1º. Todo Membro exportador declarará qualquer insuficiência que preveja em relação a seu respectivo direito de exportação, de forma a permitir a sua redistribuição, no mesmo ano cafeeiro, entre os Membros exportadores que estejam em condições e dispostos a exportar o volume das insuficiências. Setenta por cento do volume declarado nos termos deste parágrafo será oferecido, em primeiro lugar, para redistribuição entre outros Membros exportadores do mesmo tipo de café, proporcionalmente a suas respectivas quotas básicas, e trinta por cento será oferecido, em primeiro lugar, a Membros exportadores do outro tipo de café, também proporcionalmente a suas respectivas quotas básicas.

2º. Se um Membro declarar uma insuficiência nos primeiros seis meses de um ano cafeeiro, sua quota anual para o ano cafeeiro seguinte será aumentada de 30 por cento do volume declarado e não exportado. Este volume será deduzido do direito anual de exportação daqueles Membros exportadores que tiverem aceitado a redistribuição prevista no parágrafo 1º deste artigo, *pro rata* de sua respectiva participação naquela redistribuição.

Artigo 41. DIREITO DE EXPORTAÇÃO DE UM GRUPO-MEMBRO

Se dois ou mais Membros formarem um Grupo-Membro, nos termos dos artigos 6º e 7º, as quotas básicas ou, se fôr o caso, os direitos de exportação desses Membros serão adicionados, e o total resultante será considerado como quota básica ou direito de exportação únicos para os fins deste capítulo.

Artigo 42. OBSERVÂNCIA DAS QUOTAS

1º. Os Membros exportadores adotarão as medidas necessárias a assegurar a inteira observância de todas as disposições deste Convênio relativas a quotas. Além de quaisquer medidas que os próprios Membros possam adotar, o Conselho

pode exigir que esses Membros adotem medidas suplementares para o efetivo cumprimento do sistema de quotas previsto neste Convênio.

2º. Os Membros exportadores não ultrapassarão as quotas anuais e trimestrais que lhes forem atribuídas.

3º. Se um Membro exportador ultrapassar sua quota em qualquer trimestre, o Conselho deduzirá de uma ou várias de suas quotas seguintes uma quantidade igual a 110 por cento do excesso.

4º. Se um Membro exportador ultrapassar sua quota trimestral pela segunda vez, o Conselho aplicará nova dedução igual à prevista no parágrafo 3º deste artigo.

5º. Se um Membro exportador ultrapassar por três ou mais vezes sua quota trimestral, o Conselho aplicará a dedução prevista no parágrafo 3º deste artigo, e os direitos de voto do Membro ficarão suspensos até o momento em que o Conselho decidir se esse Membro deve ser excluído da Organização, nos termos do artigo 66.

6º. As deduções previstas nos parágrafos 3º, 4º e 5º deste artigo serão consideradas como insuficiências para os efeitos do parágrafo 1º do artigo 40.

7º. O Conselho aplicará o disposto nos parágrafos 1º a 5º deste artigo tão pronto disponha das informações necessárias.

Artigo 43. CERTIFICADOS DE ORIGEM E DE REEXPORTAÇÃO

1º. Toda exportação de café feita por um Membro será amparada por um certificado de origem válido. Os certificados de origem serão emitidos, de acordo com o regulamento estabelecido pelo Conselho, por uma agência qualificada, escolhida pelo Membro e aprovada pela Organização.

2º. Quando as quotas estiverem em vigor, toda reexportação de café feita por um Membro será amparada por um certificado de reexportação válido. Os certificados de reexportação serão emitidos, de acordo com o regulamento estabelecido pelo Conselho, por uma agência qualificada, escolhida pelo Membro e aprovada pela Organização, destinando-se a certificar que o café em apreço foi importado de acordo com as disposições deste Convênio.

3º. O regulamento mencionado neste artigo compreenderá disposições que permitam sua aplicação a grupos de Membros importadores que constituam uma união aduaneira.

4º. O Conselho pode baixar regulamentação que governe a impressão, validação, emissão e utilização de certificados, e adotar medidas para distribuir selos de exportação de café, que serão pagos à razão que o Conselho determine, e cuja afixação aos certificados de origem poderá constituir uma das formalidades a serem preenchidas para a validação destes. O Conselho pode tomar providências semelhantes para a validação de outros tipos de certificados e para a emissão, em condições a definir, de outros tipos de selos.

5º. Todo Membro comunicará à Organização a agência governamental ou não-governamental incumbida de desempenhar as funções especificadas nos parágrafos 1º e 2º deste artigo. A Organização aprovará especificamente as agências não-governamentais, depois de ter recebido do Membro em apreço provas satisfatórias de que a agência proposta está disposta e em condições de se desempenhar das obrigações que competem ao Membro, de acordo com as

normas e regulamentos estabelecidos nos termos deste Convênio. Havendo motivo justificado, o Conselho pode, a qualquer momento, declarar que deixa de considerar aceitável determinada agência não-governamental. Quer diretamente, quer por intermédio de uma organização mundial internacionalmente reconhecida, o Conselho tomará as providências necessárias para, a qualquer momento, poder assegurar-se de que os certificados de todos os tipos estão sendo corretamente emitidos e utilizados, e para apurar as quantidades de café exportadas por cada Membro.

6º. A agência não-governamental, aprovada como agência certificadora nos termos do parágrafo 5º deste artigo, conservará, por um período não inferior a quatro anos, registros dos certificados emitidos e da correspondente documentação justificativa. Para ser aprovada como agência certificadora, nos termos do parágrafo 5º deste artigo, deve a agência não-governamental concordar previamente em permitir à Organização examinar tais registros.

7º. Se as quotas estiverem em vigor, os Membros, observadas as disposições do artigo 44 e as dos parágrafos 1º e 2º do artigo 45, proibirão a importação de toda partida de café que não esteja acompanhada de certificado válido, emitido de conformidade com o regulamento baixado pelo Conselho.

8º. Pequenas quantidades de café, na forma que o Conselho determinar, e o café para consumo direto a bordo de navios, aviões e outros meios de transporte internacional, ficarão isentos das disposições dos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Artigo 44. EXPORTAÇÕES NÃO DEBITADAS À QUOTAS

1º. De conformidade com o disposto no artigo 29, as exportações com destino a países não-membros deste Convênio não serão debitadas às quotas. O Conselho pode baixar normas para regular, *inter alia*, a condução e fiscalização deste comércio, a maneira de proceder e as penalidades a impor no caso de desvios e de reexportações de países não-membros para países Membros, e a documentação necessária para amparar as exportações destinadas a países Membros e não-membros.

2º. As exportações de café em grão, como matéria prima para tratamento industrial com outros fins que não o consumo humano como bebida ou alimento, não serão debitadas às quotas, desde que o Conselho considere, à luz das informações prestadas pelo Membro exportador, que o café em grão será de fato usado para aqueles fins.

3º. O Conselho pode, a pedido de um Membro exportador, decidir que não são debitáveis à quota desse Membro as exportações de café feitas para fins humanitários ou quaisquer outros propósitos não comerciais.

Artigo 45. REGULAMENTAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

1º. A fim de evitar que países não-membros aumentem suas exportações a expensas de Membros exportadores, cada Membro limitará, sempre que as quotas estiverem em vigor, as suas importações anuais de café procedentes de países não-membros, que não eram Membros de Convênio Internacional do Café de 1968, a um volume igual à média anual das importações de café procedentes de países não-membros efetuadas ou nos anos civis de 1971 a 1974 inclusive, ou nos anos civis de 1972 a 1974 inclusive.

2º. Sempre que as quotas estiverem em vigor, os Membros limitarão igualmente as suas importações anuais de café procedentes de todo país não-membro, que era Membro do Convênio Internacional do Café de 1968 ou do Convênio Internacional do Café de 1968 Prorrogado, a um volume que não exceda uma percentagem da média anual das importações procedentes desse país não-membro, nos anos cafeeiros de 1968/69 a 1971/72. Essa percentagem corresponderá à proporção existente entre a parcela fixa e a quota anual global, de conformidade com as disposições do parágrafo 1º do artigo 35, no momento em que as quotas entram em vigor.

3º. O Conselho pode suspender ou modificar essas limitações quantitativas, caso o considere necessário para os objetivos deste Convênio.

4º. As obrigações estabelecidas nos parágrafos anteriores deste artigo não derrogam quaisquer outras obrigações bilaterais ou multilaterais com elas em conflito, assumidas pelos Membros importadores com países não-membros antes da entrada em vigor deste Convênio, desde que os Membros importadores que tenham assumido tais obrigações conflitantes as cumpram de tal modo que se torne mínimo o conflito com as obrigações estabelecidas nos parágrafos anteriores. Logo que possível, esses Membros tomarão medidas para harmonizar suas obrigações com as disposições dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, e informarão o Conselho dos pormenores dessas obrigações bem como das medidas tomadas para atenuar ou eliminar o conflito.

5º. Se um Membro importador não cumprir as disposições deste artigo, o Conselho pode suspender os seus direitos de voto no Conselho e o direito de dispor de seus votos na Junta.

CAPÍTULO VIII. OUTRAS DISPOSIÇÕES DE ORDEM ECONÔMICA

Artigo 46. MEDIDAS RELATIVAS AO CAFÉ INDUSTRIALIZADO

1º. Os Membros reconhecem a necessidade que têm os países em desenvolvimento de ampliar as bases de suas economias, por meio, *inter alia* da industrialização e da exportação de artigos manufaturados, inclusive a industrialização do café e a exportação de café industrializado.

2º. A este respeito, os Membros evitarão a adoção de medidas governamentais que possam causar a desorganização do setor cafeíro de outros Membros.

3º. Caso um Membro considere que as disposições do parágrafo 2º deste artigo não estão sendo observadas, deve consultar os outros Membros interessados, tomando devidamente em conta o disposto no artigo 57. Os Membros em apreço tudo farão para chegar a um entendimento amigável de caráter bilateral. Se estas consultas não conduzirem a uma solução satisfatória para as Partes em questão, qualquer delas pode submeter a matéria à consideração do Conselho, nos termos do artigo 58.

4º. Nenhuma disposição deste Convênio prejudica o direito de qualquer Membro de tomar medidas para prevenir ou remediar a desorganização de seu setor cafeíro causada pela importação de café industrializado.

Artigo 47. PROMOÇÃO

1º. Os Membros comprometem-se a fomentar o consumo de café por todos os meios possíveis. Estabelecer-se-á, para esse fim, um Fundo de Promoção

destinado a incentivar o consumo nos países importadores, por todos os meios apropriados, e sem distinção de origem, tipo ou marca de café, e a alcançar e manter o mais alto grau de qualidade e pureza da bebida.

2º. O Fundo de Promoção será administrado por um comitê. A participação no Fundo ficará circunscrita aos Membros que para ele contribuam financeiramente.

3º. O Fundo será financiado, nos anos cafeeiros de 1976/77 e 1977/78, mediante uma contribuição obrigatória lançada sobre os selos de exportação de café ou equivalentes autorizações de exportação, e paga pelos Membros exportadores a partir de 1º de outubro de 1976. Essa contribuição será: de 5 centavos de dólar dos E.U.A., por saca, no caso dos Membros relacionados no Anexo 1, cuja quota inicial de exportação anual é inferior a 100.000 sacas; de 10 centavos de dólar dos E.U.A., por saca, no caso dos Membros relacionados no Anexo 1, cuja quota inicial de exportação anual é de 100.000 sacas ou mais, mas inferior a 400.000 sacas; e de 25 centavos de dólar dos E.U.A., por saca, no caso de todos os demais Membros exportadores. O Fundo pode igualmente ser financiado mediante contribuições voluntárias de outros Membros, em condições a serem aprovadas pelo comitê.

4º. Se fôrem necessários recursos adicionais para cumprir os compromissos assumidos nos termos do parágrafo 7º deste artigo, pode o comitê decidir, a qualquer momento, continuar a cobrar a contribuição obrigatória no terceiro ano cafeeiro e seguintes. O comitê pode, ainda, decidir receber contribuições de outros Membros, nas condições por ele aprovadas.

5º. Os recursos do Fundo serão empregados, principalmente, para financiar campanhas de promoção em países Membros importadores.

6º. O Fundo pode patrocinar estudos e pesquisas relacionadas com o consumo de café.

7º. Os Membros importadores e as associações comerciais de países Membros importadores reconhecidas pelo comitê podem apresentar propostas de campanhas para a promoção do consumo de café. O Fundo pode prover recursos para financiar até 50 por cento do custo das campanhas. Uma vez que se tenha chegado a acordo quanto a uma campanha, não será alterada a percentagem da contribuição dada pelo comitê para a campanha. As campanhas podem estender-se por mais de um ano dentro do prazo máximo de cinco anos.

8º. A contribuição mencionada no parágrafo 3º deste artigo será paga contra os selos de exportação de café ou equivalentes autorizações de exportação. O regulamento para a aplicação do sistema de certificados de origem, previsto nos termos do artigo 43, disporá sobre o pagamento da contribuição mencionada no parágrafo 3º deste artigo.

9º. A contribuição mencionada nos parágrafos 3º e 4º deste artigo será paga em dólares dos E.U.A. ao Diretor-Executivo, que depositará os respectivos recursos numa conta especial designada Conta do Fundo de Promoção.

10. Competirá ao comitê controlar todos os recursos existentes no Fundo de Promoção. O mais cedo possível após o encerramento do exercício financeiro, será submetida à aprovação do comitê a prestação de contas do Fundo de Promoção verificada por perito em contabilidade o independente da Organização. Depois de aprovada pelo comitê, a prestação de contas será encaminhada ao Conselho, apenas a título informativo.

11. O Diretor-Executivo será o presidente do comitê e informará, periodicamente, o Conselho das atividades do comitê.

12. As despesas administrativas necessárias para dar cumprimento às disposições deste artigo e as relacionadas com as atividades de promoção serão debitadas ao Fundo de Promoção.

13. O comitê estabelecerá os seus próprios estatutos.

Artigo 48. REMOÇÃO DE OBSTÁCULOS AO CONSUMO

1º. Os Membros reconhecem a importância vital de conseguir-se, o quanto antes, o maior aumento possível do consumo de café, principalmente por meio da eliminação gradual dos obstáculos que podem entravar esse aumento.

2º. Os Membros reconhecem que certas medidas atualmente em vigor podem, em maior ou menor grau, entravar o aumento do consumo do café, em particular:

- a) certos regimes de importação aplicáveis ao café, inclusive tarifas preferenciais ou de outra natureza, quotas, operações de monopólios governamentais e de agências oficiais de compra, e outros regulamentos administrativos e práticas comerciais;
- b) certos regimes de exportação, no que diz respeito a subsídios diretos ou indiretos, e outros regulamentos administrativos e práticas comerciais; e
- c) certas condições de comercialização interna e certas disposições legais e administrativas internas que podem prejudicar o consumo.

3º. Tendo presente os objetivos acima mencionados e as disposições do parágrafo 4º deste artigo, os Membros esforçar-se-ão por proceder à redução das tarifas aplicáveis ao café, ou por tomar outras medidas destinadas a eliminar os obstáculos ao aumento do consumo.

4º. Levando em consideração seus interesses mútuos, os Membros se comprometem a buscar os meios necessários para que os obstáculos ao desenvolvimento do comércio e do consumo, mencionados no parágrafo 2º deste artigo, possam ser progressivamente reduzidos e, finalmente, sempre que possível, eliminados, ou para que os efeitos desses obstáculos sejam consideravelmente atenuados.

5º. Levando em consideração os compromissos assumidos nos termos do parágrafo 4º deste artigo, os Membros comunicarão anualmente ao Conselho todas as medidas adotadas no sentido de dar cumprimento às disposições deste artigo.

6º. O Diretor-Executivo preparará periodicamente um estudo sobre os obstáculos ao consumo para submeter à apreciação do Conselho.

7º. Para atingir os objetivos deste artigo, o Conselho pode formular recomendações aos Membros, que informarão o Conselho, o mais cedo possível, das medidas que hajam adotado para implementar essas recomendações.

Artigo 49. MISTURAS E SUBSTITUTOS

1º. Os Membros não manterão em vigor quaisquer regulamentos que exijam a mistura, o tratamento ou a utilização de outros produtos com o café, para revenda comercial como café. Os Membros esforçar-se-ão por proibir a venda e a

propaganda, sob o nome de café, de produtos que contenham menos do equivalente a noventa por cento de café verde como matéria-prima básica.

2º. O Conselho pode solicitar a qualquer Membro a adoção das medidas necessárias para assegurar a observância das disposições deste artigo.

3º. O Diretor-Executivo submeterá ao Conselho um relatório periódico sobre a observância das disposições deste artigo.

Artigo 50. POLÍTICA DE PRODUÇÃO

1º. A fim de facilitar a consecução dos objetivos estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 1º, os Membros exportadores comprometem-se a envidar os seus melhores esforços para adotar e implementar uma política de produção.

2º. O Conselho pode estabelecer procedimentos para coordenar as políticas de produção mencionadas no parágrafo 1º deste artigo. Esses procedimentos podem abranger medidas apropriadas de diversificação ou tendentes a estimulá-la, assim como os meios pelos quais os Membros possam obter assistência técnica e financeira.

3º. O Conselho pode fixar aos Membros exportadores uma contribuição que permita à Organização levar a efeito os estudos técnicos apropriados, com o fim de ajudar os Membros exportadores a adotar as medidas necessárias à aplicação de uma política adequada de produção. Essa contribuição, a ser paga em moeda conversível, não excederá 2 centavos de dólar dos E.U.A., por saca de café exportado com destino a Membros importadores.

Artigo 51. POLÍTICA DE ESTOQUES

1º. Para complementar as disposições do capítulo VII e do artigo 50, o Conselho estabelecerá, por maioria distribuída de dois terços, as diretrizes a seguir com relação aos estoques de café nos países Membros produtores.

2º. O Conselho adotará medidas para apurar anualmente o volume dos estoques de café em poder de cada Membro exportador, nos termos do artigo 35. Os Membros interessados facilitarão a realização dessa verificação anual.

3º. Os Membros produtores assegurarão a existência, em seus respectivos países, de instalações apropriadas ao armazenamento adequado dos estoques de café.

4º. O Conselho realizará um estudo sobre a viabilidade de contribuir para os objetivos deste Convênio por meio de um estoque internacional.

Artigo 52. CONSULTAS E COOPERAÇÃO COM O COMÉRCIO

1º. A Organização manterá estreita ligação com as organizações não-governamentais que se ocupam do comércio internacional do café e com peritos em assuntos cafeeiros.

2º. Os Membros exercerão as suas atividades abrangidas pelas disposições deste Convênio em harmonia com as práticas comerciais correntes, e abster-se-ão de práticas de venda de caráter discriminatório. No exercício dessas atividades, esforçar-se-ão por levar em devida conta os interesses legítimos do comércio cafeeiro.

Artigo 53. INFORMAÇÕES

1º. A Organização servirá de centro para a compilação, o intercâmbio e a publicação de:

- a) informações estatísticas relativas à produção, aos preços, às exportações e importações, à distribuição e ao consumo de café no mundo; e
- b) na medida em que o julgar conveniente, informações técnicas sobre o cultivo, o tratamento e a utilização do café.

2º. O Conselho pode solicitar aos Membros as informações sobre café que considere necessárias às suas atividades, inclusive relatórios estatísticos periódicos sobre produção e suas tendências, exportações e importações, distribuição, consumo, estoques, preços e impostos, mas não publicará nenhuma informação que permita identificar atividades de pessoas ou empresas que produzam, industrializem ou comercializem café. Os Membros prestarão as informações solicitadas da maneira mais minuciosa e precisa possível.

3º. Se um Membro deixa de prestar, ou encontra dificuldades em prestar, dentro de um prazo razoável, informações estatísticas ou outras, solicitadas pelo Conselho e necessárias ao bom funcionamento da Organização, o Conselho pode solicitar ao Membro em apreço que explique as rezões da não observância. Se considerar necessário prestar assistência técnica na matéria, o Conselho pode tomar as medidas pertinentes.

4º. Além das medidas previstas no parágrafo 3º deste artigo, pode o Diretor-Executivo suspender a distribuição de selos ou de outras autorizações equivalentes de exportação, prevista no artigo 43, depois de prévia notificação, e a menos que o Conselho decida de outro modo.

Artigo 54. ESTUDOS

1º. O Conselho pode promover estudos relativos à economia da produção e da distribuição do café, ao impacto de medidas governamentais nos países produtores e consumidores sobre a produção e o consumo de café, às oportunidades para o aumento do consumo de café, tanto para usos tradicionais como para novos usos, e aos efeitos do funcionamento deste Convênio sobre países produtores e consumidores de café, inclusive no que se refere a seus termos de troca.

2º. A Organização pode estudar as possibilidades práticas de estabelecer padrões mínimos de qualidade para o café exportado por Membros produtores.

Artigo 55. FUNDO ESPECIAL

1º. Será criado um Fundo Especial que permita à Organização adotar e financiar as medidas adicionais necessárias a garantir a efetiva aplicação das disposições pertinentes deste Convênio, a partir de sua entrada em vigor ou o mais próximo possível dessa data.

2º. Os pagamentos ao Fundo consistirão numa contribuição de 2 centavos de dólar dos E.U.A., por cada saca de café exportado com destino a Membros importadores, a ser paga pelos Membros exportadores, a partir da entrada em vigor deste Convênio, a menos que o Conselho decida reduzir ou suspender a contribuição.

3º. A contribuição mencionada no parágrafo 2º deste artigo será paga ao Diretor-Executivo, em dólares dos E.U.A., contra a entrega de selos de exportação de café ou equivalentes autorizações de exportação. O regulamento a que obedecerá a aplicação do sistema de certificados de origem, previsto nos termos do artigo 43, disporá sobre as modalidades de pagamento desta contribuição.

4º. Mediante aprovação do Conselho, o Diretor-Executivo autorizará a utilização de recursos do Fundo para satisfazer os custos da introdução do sistema de certificados de origem, previsto no artigo 43, das despesas de verificação dos estoques, prevista no parágrafo 2º do artigo 51, e dos gastos com o aperfeiçoamento do sistema usado para coligir e transmitir os dados estatísticos mencionados no artigo 53.

5º. Na medida do possível, e embora separadamente do orçamento administrativo, o Fundo será gerido e administrado de maneira semelhante à do orçamento administrativo, e ficará sujeito a auditoria anual independente, da mesma forma que o artigo 27 dispõe para as contas da Organização.

Artigo 56. DISPENSA DE OBRIGAÇÕES

1º. O Conselho pode, por maioria distribuída de dois terços, dispensar um Membro de uma obrigação, em virtude de circunstâncias excepcionais ou de emergência, razões de força maior, obrigações constitucionais ou obrigações internacionais decorrentes da Carta das Nações Unidas com respeito a territórios administrados sob o regime de tutela.

2º. Ao conceder dispensa a um Membro, o Conselho indicará explicitamente os termos, as condições e o prazo de duração dessa dispensa.

3º. O Conselho não considerará pedidos de dispensa de obrigações relativas a quotas, fundamentados na existência, num país Membro, em um ou mais anos, de produção exportável superior às exportações permitidas, ou que sejam consequência do não cumprimento por parte do Membro das disposições dos artigos 50 e 51.

CAPÍTULO IX. CONSULTAS, LITÍGIOS E RECLAMAÇÕES

Artigo 57. CONSULTAS

Todo Membro acolherá favoravelmente as diligências que possam ser feitas por outro Membro sobre toda matéria relacionada com este Convênio, e proporcionará oportunidades adequadas para a realização de consultas a elas relativas. No decurso de tais consultas, a pedido de qualquer das partes, e com o assentimento da outra, o Diretor-Executivo constituirá uma comissão independente, que utilizará seus bons ofícios para conciliar as partes. As despesas com a comissão não serão imputadas à Organização. Se uma das partes não concordar que o Diretor-Executivo constitua a comissão, ou se as consultas não conduzirem a uma solução, a matéria pode ser encaminhada ao Conselho, nos termos do artigo 58. Se as consultas conduzirem a uma solução, será apresentado relatório ao Diretor-Executivo, que o distribuirá a todos os Membros.

Artigo 58. LITÍGIOS E RECLAMAÇÕES

1º. Todo litígio relativo à interpretação ou aplicação deste Convênio, que não seja resolvido por meio de negociações, será, a pedido de qualquer um dos Membros litigantes, submetido a decisão do Conselho.

2º. Sempre que um litígio fôr encaminhado ao Conselho, nos termos do parágrafo 1º deste artigo, a maioria dos Membros, ou os Membros que disponham de, pelo menos, um terço do número total dos votos, podem solicitar que o Conselho, depois de debater o caso e antes de tomar uma decisão, obtenha o parecer da comissão consultiva, mencionada no parágrafo 3º deste artigo, sobre as questões em litígio.

3º. a) A menos que o Conselho decida unanimemente de outro modo, integram a comissão consultiva:

- i) duas pessoas designadas pelos Membros exportadores, uma delas com grande experiência em assuntos do tipo a que se refere o litígio, e a outra com autoridade e experiência jurídica;
- ii) duas pessoas com idênticas qualificações, designadas pelos Membros importadores; e
- iii) um presidente escolhido, por unanimidade, pelas quatro pessoas designadas segundo os incisos i e ii ou, em caso de desacordo, pelo Presidente do Conselho.

b) Cidadãos de países cujos governos são Parte Contratante do Convênio podem integrar a comissão consultiva.

c) As pessoas designadas para a comissão consultiva atuam a título pessoal e não recebem instruções de nenhum governo.

d) As despesas da comissão consultiva são pagas pela Organização.

4º. O parecer fundamentado da comissão consultiva é submetido ao Conselho, que decide o litígio depois de ponderadas todas as informações pertinentes.

5º. Dentro do prazo de seis meses a contar da data em que o litígio é submetido à sua apreciação, deve o Conselho emitir seu parecer sobre o litígio.

6º. Toda reclamação quanto a falta de cumprimento, por parte de um Membro, das obrigações decorrentes deste Convênio, é, a pedido do Membro que apresentar a reclamação, submetida a decisão do Conselho.

7º. Só por maioria distribuída simples pode ser atribuída a um Membro a falta de cumprimento das obrigações decorrentes deste Convênio. Qualquer conclusão que demonstre ter o Membro faltado ao cumprimento das obrigações decorrentes deste Convênio especificará igualmente a natureza da infração.

8º. Se considerar que um Membro faltou ao cumprimento das obrigações decorrentes deste Convênio, pode o Conselho, sem prejuízo das demais medidas coercitivas previstas em outros artigos deste Convênio, suspender, por maioria distribuída de dois terços, os direitos de voto desse Membro no Conselho, bem como o direito de dispor de seus votos na Junta, até que o Membro cumpra suas obrigações, podendo ainda o Conselho decidir, nos termos do artigo 66, excluir esse Membro da Organização.

9º. Todo Membro pode solicitar a opinião prévia da Junta Executiva em qualquer questão que seja objeto de litígio ou reclamação, antes de ser a matéria debatida pelo Conselho.

CAPÍTULO X. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 59. ASSINATURA

De 31 de janeiro de 1976 a 31 de julho de 1976, ficará este Convênio aberto, na sede das Nações Unidas, à assinatura das Partes Contratantes do Convênio Internacional do Café de 1968 Prorrogado por Protocolo, e dos governos que tenham sido convidados a participar das sessões do Conselho Internacional do Café convocadas com o objeto de negociar o Convênio Internacional do Café de 1976.

Artigo 60. RATIFICAÇÃO, ACEITAÇÃO, APROVAÇÃO

1º. Este Convênio fica sujeito à ratificação, aceitação ou aprovação dos governos signatários, de acordo com os seus respectivos processos constitucionais.

2º. Excetuado o disposto no artigo 61, os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados com o Secretário-Geral das Nações Unidas até 30 de setembro de 1976. O Conselho pode, contudo, conceder prorrogações de prazo a governos signatários que se vejam impossibilitados de efetuar o referido depósito até aquela data.

Artigo 61. ENTRADA EM VIGOR

1º. Este Convênio entra definitivamente em vigor no dia 1º de outubro de 1976, se, nessa data, os governos de, pelo menos, vinte Membros exportadores com, no mínimo, 80 por cento dos votos dos Membros exportadores e, pelo menos, dez Membros importadores com, no mínimo, 80 por cento dos votos dos Membros importadores, segundo o fixado no Anexo 2, tiveram depositado os seus instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação. Alternativamente, o Convênio entra definitivamente em vigor a qualquer momento depois do dia 1º de outubro de 1976, desde que se encontre provisoriamente em vigor, nos termos do parágrafo 2º deste artigo, e sejam observadas essas percentagens pelo depósito de instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação.

2º. Este Convênio pode entrar provisoriamente em vigor no dia 1º de outubro de 1976. Para esse fim, considera-se ter o mesmo efeito de um instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação, a notificação feita por um governo signatário ou por qualquer das Partes Contratantes do Convênio Internacional do Café de 1968 Prorrogado por Protocolo, recebida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas até 30 de setembro de 1976, de que se compromete a aplicar provisoriamente este Convênio e a procurar obter a sua ratificação, aceitação ou aprovação o mais rapidamente possível, de acordo com os seus respectivos processos constitucionais. O governo que se comprometer a aplicar provisoriamente este Convênio até efetuar o depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação passa a ser provisoriamente considerado Parte do Convênio até 31 de dezembro de 1976 inclusive, a menos que, antes dessa data, deposite o competente instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação. O Conselho pode conceder uma prorrogação do prazo dentro do qual um governo que esteja aplicando o Convênio provisoriamente pode efetuar o depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.

3º. Se, no dia 1º de outubro de 1976, este Convênio não tiver entrado em vigor, definitiva ou provisoriamente, nos termos dos parágrafos 1º ou 2º deste

artigo, os governos que tiveram depositado os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, ou que tiverem efetuado notificações comprometendo-se a aplicar provisoriamente este Convênio e a obter a sua ratificação, aceitação ou aprovação, podem, por acordo mútuo, decidir que este Convênio passa a vigorar entre eles. De igual modo, caso este Convênio tenha entrado em vigor provisoriamente, mas não definitivamente, em 31 de dezembro de 1976, os governos que tiverem depositado os seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, ou efetuado as notificações mencionadas no parágrafo 2º deste artigo, podem, por acordo mútuo, decidir que, entre eles, este Convênio continua a vigorar provisoriamente ou passa a vigorar definitivamente.

Artigo 62. ADESÃO

1º. O governo de qualquer Estado Membro das Nações Unidas ou de qualquer de suas agências especializadas pode, antes ou depois da entrada em vigor deste Convênio, a ele aderir, nas condições que o Conselho venha a estabelecer.

2º. Os instrumentos de adesão serão depositados com o Secretário-Geral das Nações Unidas. A adesão vigorará a partir do depósito do respectivo instrumento.

Artigo 63. RESERVAS

Nenhuma das disposições deste Convênio está sujeita a reservas.

Artigo 64. APLICAÇÃO DESTE CONVÊNIO A TERRITÓRIOS DESIGNADOS

1º. Todo governo pode, por ocasião da assinatura ou do depósito do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, ou em qualquer data posterior, notificar ao Secretário-Geral das Nações Unidas que este Convênio se aplica a quaisquer territórios por cujas relações internacionais é responsável. Este Convênio aplicar-se-á aos referidos territórios a partir da data dessa notificação.

2º. Toda Parte Contratante que deseje exercer os direitos que lhe cabem, nos termos do artigo 5º, com respeito a qualquer dos territórios por cujas relações internacionais é responsável, ou que autorizar um desses territórios a participar de um Grupo-Membro constituído nos termos dos artigos 6º ou 7º, pode fazê-lo mediante notificação nesse sentido ao Secretário-Geral das Nações Unidas, por ocasião do depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, ou em qualquer data posterior.

3º. Toda Parte Contratante que tenha feito declaração nos termos do parágrafo 1º deste artigo pode, a qualquer momento posterior, mediante notificação ao Secretário-Geral das Nações Unidas, declarar que este Convênio deixa de se aplicar ao território indicado na notificação. A partir da data dessa notificação, este Convênio deixa de se aplicar a tal território.

4º. Quando um território ao qual seja aplicado este Convênio, nos termos do parágrafo 1º deste artigo, tornar-se independente, o governo do novo Estado pode, dentro de noventa dias após a independência, declarar, mediante notificação ao Secretário-Geral das Nações Unidas, que assume os direitos e obrigações de uma Parte Contratante deste Convênio. A partir da data da notificação, esse governo se torna Parte Contratante deste Convênio. O Conselho pode conceder uma prorrogação do prazo dentro do qual essa notificação pode ser feita.

Artigo 65. RETIRADA VOLUNTÁRIA

Toda Parte Contratante pode retirar-se deste Convênio a qualquer momento, mediante notificação, por escrito, ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A retirada se torna efetiva noventa dias após o recebimento da notificação.

Artigo 66. EXCLUSÃO

O Conselho pode, por maioria distribuída de dois terços, excluir um Membro da Organização, caso decida que esse Membro infringiu as obrigações decorrentes deste Convênio e que tal infração prejudica seriamente o funcionamento do Convênio. O Conselho notificará imediatamente essa decisão ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Noventa dias após a decisão do Conselho, o Membro deixa de pertencer à Organização e, se fôr Parte Contratante, deixa de participar deste Convênio.

*Artigo 67. LIQUIDAÇÃO DE CONTAS COM MEMBROS QUE SE RETIREM
OU SEJAM EXCLUÍDOS*

1º. O Conselho estabelecerá a liquidação de contas com todo Membro que se retire ou seja excluído. A Organização retém quaisquer importâncias já pagas pelo Membro em apreço, que fica obrigado a pagar quaisquer importâncias que deva à Organização na data em que tal retirada ou exclusão se tornar efetiva; todavia, no caso de uma Parte Contratante que não possa aceitar uma emenda e, conseqüentemente, deixe de participar deste Convênio, nos termos do parágrafo 2º do artigo 69, o Conselho pode estabelecer a liquidação de contas que considere equitativa.

2º. O Membro que deixou de participar deste Convênio não terá direito a qualquer parcela resultante da liquidação da Organização ou de outros haveres desta, nem será responsável pelo pagamento de qualquer parte do deficit que possa existir quando da expiração deste Convênio.

Artigo 68. VIGÊNCIA E TERMO

1º. Este Convênio permanecerá em vigor por um período de seis anos, até 30 de setembro de 1982, a menos que seja prorrogado, nos termos do parágrafo 3º deste artigo, ou terminado, nos termos do parágrafo 4º deste artigo.

2º. Durante o terceiro ano de vigência deste Convênio, vale dizer, no ano cafeeiro terminado em 30 de setembro de 1979, devem as Partes Contratantes notificar ao Secretário-Geral das Nações Unidas sua intenção de continuar participando deste Convênio durante os restantes três anos de sua duração. Toda Parte Contratante que, até 30 de setembro de 1979, não tiver notificado sua intenção de continuar participando deste Convênio durante os restantes três anos de sua duração, e todo território que seja Membro ou integrante de um Grupo-Membro, e em cujo nome não tenha sido feita tal notificação até aquela data, deixa, a partir de 1º de outubro de 1979, de participar deste Convênio.

3º. A qualquer momento depois de 30 de setembro de 1980, por maioria de 58 por cento dos Membros que representem, pelo menos, a maioria distribuída de 70 por cento da totalidade dos votos, pode o Conselho decidir que este Convênio seja renegociado ou que seja prorrogado, com ou sem modificações, pelo prazo que determine. Toda Parte Contratante que, até a data de entrada em vigor desse Convênio renegociado ou prorrogado, não tiver notificado ao Secretário-Geral das Nações Unidas sua aceitação do Convênio renegociado ou prorrogado, e todo

território que seja Membro ou integrante de um Grupo-Membro, e em cujo nome não tiver sido feita tal notificação até aquela data, deixará, a partir de então, de participar desse Convênio.

4º. O Conselho pode, a qualquer momento, e pela maioria dos Membros que representem, pelo menos, a maioria distribuída de dois terços, terminar este Convênio e, se assim o decidir, fixará a data de entrada em vigor desta decisão.

5º. Não obstante haver terminado este Convênio, o Conselho continuará em existência, pelo tempo que fôr necessário para liquidar a Organização, fechar as suas contas e dispor de seus haveres. Durante esse período, o Conselho terá os poderes e as funções que para esse fim sejam necessários.

Artigo 69. EMENDA

1º. O Conselho pode, por maioria distribuída de dois terços, recomendar às Partes Contratantes uma emenda deste Convênio. A emenda entra em vigor cem dias após haver o Secretário-Geral das Nações Unidas recebido notificações de aceitação de Partes Contratantes que representem, pelo menos, 75 por cento dos países exportadores com, no mínimo, 85 por cento dos votos dos Membros exportadores, e de Partes Contratantes que representem, pelo menos, 75 por cento dos países importadores com, no mínimo, 80 por cento dos votos dos Membros importadores. O Conselho fixará às Partes Contratantes o prazo para que notifiquem ao Secretário-Geral das Nações Unidas a sua aceitação da emenda. Se, ao expirar o prazo, não tiverem sido registradas as percentagens necessárias para a entrada em vigor da emenda, esta é considerada como retirada.

2º. Toda Parte Contratante que não tenha feito, dentro do prazo fixado pelo Conselho, a notificação de aceitação da emenda, e todo território que seja Membro ou integrante de um Grupo-Membro, e em cujo nome tal notificação não tenha sido feita até aquela data, deixa, a partir da data em que a referida emenda entrar em vigor, de participar deste Convênio.

Artigo 70. DISPOSIÇÕES SUPLEMENTARES E TRANSITÓRIAS

1º. O presente Convênio é continuação do Convênio Internacional do Café de 1968 Prorrogado por Protocolo.

2º. A fim de facilitar a continuação ininterrupta do Convênio Internacional do Café de 1968 Prorrogado por Protocolo:

- permanecem em vigor, a menos que modificados por disposições deste Convênio, todos os atos praticados pela Organização ou em seu nome, ou por qualquer de seus órgãos, com base no Convênio Internacional do Café de 1968 Prorrogado por Protocolo, que estejam em vigor em 30 de setembro de 1976, e cujos termos não prevejam a expiração nesta data;
- todas as decisões que o Conselho deva tomar, durante o ano cafeeiro de 1975/76, para aplicação no ano cafeeiro de 1976/77, serão tomadas na última sessão ordinária que o Conselho realizar no ano cafeeiro de 1975/76 e aplicadas, em base provisória, como se este Convênio já estivesse em vigor.

Artigo 71. TEXTOS AUTÊNTICOS DO CONVÊNIO

Os textos deste Convênio em espanhol, francês, inglês e português são igualmente autênticos. O Secretário-Geral das Nações Unidas será depositário dos respectivos originais.

EM FÉ DO QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos governos, firmaram este Convênio nas datas que aparecem ao lado de suas assinaturas.

ANEXO 1

MÉMBROS EXPORTADORES CUJAS EXPORTAÇÕES COM DESTINO A MÉMBROS IMPORTADORES SÃO INFERIORES A 400.000 SACAS

Membro exportador	Quota inicial de exportação anual (milhares de sacas)	Número de votos adicionais aos votos básicos	Membro exportador	Quota inicial de exportação anual (milhares de sacas)	Número de votos adicionais aos votos básicos
	(1)	(2)		(1)	(2)
Menos de 100.000 sacas					
Gabão	25	0	Libéria	100	2
Jamaica	25	0	Guiné	127	2
Congo	25	0	Serra Leoa	180	3
Panamá	41	0	República Centro-Africana	205	3
Daomé	33	0	Togo	225	4
Bolívia	73	0	Ruanda	300	5
Gana	66	0	Venezuela	325	5
Trindade e Tobago	69	0	Burúndi	360	6
Nigéria	70	0	Haiti	360	6
Paraguai	70	0			
Timor	82	0			
	SUB-TOTAL	579		SUB-TOTAL	2.182
				TOTAL	2.761

ANEXO 2

DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS

	Exportadores	Importadores		Exportadores	Importadores
TOTAL	1.000	1.000			
Austrália	—	12	Etiópia	28	—
Bélgica *	—	29	Finnlândia	—	22
Bolívia	4	—	França	—	87
Brasil	336	—	Gabão	4	—
Burúndi	8	—	Gana	4	—
Camarões	20	—	Guatemala	33	—
Canadá	—	32	Guiné	6	—
Chipre	—	5	Haiti	12	—
Colômbia	114	—	Honduras	11	—
Congo	4	—	Índia	11	—
Costa do Marfim	49	—	Indonésia	26	—
Costa Rica	22	—	Irlanda	—	6
Daomé	4	—	Iugoslávia	—	18
Dinamarca	—	23	Jamaica	4	—
El Salvador	35	—	Japão	—	37
Equador	16	—	Libéria	4	—
Espanha	—	29	Madagáscar	18	—
Estados Unidos da América	—	392	México	32	—

	<i>Exportadores</i>	<i>Importadores</i>		<i>Exportadores</i>	<i>Importadores</i>
Noruega	—	16	República Federal da Alemanha	—	104
Nova Zelândia	—	7	Ruanda	6	—
Países Baixos	—	47	Serra Leoa	6	—
Panamá	4	—	Suécia	—	37
Papua-Nova Guiné	4	—	Suíça	—	24
Paraguai	4	—	Tanzânia	15	—
Peru	16	—	Tcheco-Eslováquia	—	10
Portugal	—	12	Timor	4	—
Quênia	17	—	Togo	7	—
Reino Unido	—	51	Trindade-e-Tobago	4	—
República Centro- Africana	7	—	Uganda	42	—
República Domini- cana	12	—	Venezuela	9	—
			Zaire	21	—

* Inclui o Luxemburgo.

[SPANISH TEXT—TEXTE ESPAGNOL]

CONVENIO INTERNACIONAL DEL CAFÉ DE 1976

PREÁMBULO

Los Gobiernos signatarios de este Convenio,

Reconociendo la importancia excepcional del café para la economía de muchos países que dependen en gran medida de este producto para obtener divisas y continuar así sus programas de desarrollo económico y social;

Considerando que una estrecha cooperación internacional en materia de comercio de café fomentará la diversificación económica y el desarrollo de los países productores, mejorará las relaciones políticas y económicas entre países productores y consumidores y contribuirá a aumentar el consumo de café;

Reconociendo la conveniencia de evitar el desequilibrio entre la producción y el consumo, que puede ocasionar marcadas fluctuaciones de precios, perjudiciales tanto para los productores como para los consumidores;

Creyendo que con medidas de carácter internacional se puede ayudar a corregir tal desequilibrio, así como también a asegurar a los productores, mediante precios remunerativos, un adecuado nivel de ingresos;

Teniendo en cuenta las ventajas que se derivaron de la cooperación internacional por virtud de los Convenios Internacionales del Café de 1962 y 1968;

Convienen lo que sigue:

CAPÍTULO I. OBJETIVOS

Artículo 1. OBJETIVOS

Los objetivos de este Convenio son:

- 1) establecer un razonable equilibrio entre la oferta y la demanda mundiales de café, sobre bases que aseguren a los consumidores un adecuado abastecimiento de café a precios equitativos, y a los productores mercados para su café a precios remuneradores, y que propicien un equilibrio a largo plazo entre la producción y el consumo;
- 2) evitar fluctuaciones excesivas de los niveles mundiales de suministros, existencias y precios, que son perjudiciales tanto para los productores como para los consumidores;
- 3) contribuir al desarrollo de los recursos productivos y al aumento y mantenimiento de los niveles de empleo e ingreso en los países Miembros, para ayudar así a lograr salarios justos, un nivel de vida más elevado y mejores condiciones de trabajo;
- 4) ampliar el poder de compra de los países exportadores de café, manteniendo los precios en consonancia con lo dispuesto en el ordinal 1 de este Artículo y aumentando el consumo;
- 5) promover y acrecer, por todos los medios posibles, el consumo de café;

- 6) en general, estimular la colaboración internacional respecto de los problemas mundiales del café, habida cuenta de la relación que existe entre el comercio cafetero y la estabilidad económica de los mercados para los productos industriales.

Artículo 2. OBLIGACIONES GENERALES DE LOS MIEMBROS

1) Los Miembros se comprometen a desarrollar su política comercial de forma tal que los objetivos enunciados en el Artículo 1 puedan ser logrados. Se comprometen, además, a lograr esos objetivos mediante la rigurosa observancia de las obligaciones y las disposiciones de este Convenio.

2) Los Miembros reconocen la necesidad de adoptar políticas que mantengan los precios a niveles tales que aseguren una remuneración adecuada a los productores, procurando al mismo tiempo asegurar que los precios del café para los consumidores no perjudiquen el deseable aumento del consumo.

3) Los Miembros exportadores se comprometen a no adoptar ni mantener ninguna medida gubernamental que permita vender café a países no miembros en condiciones comercialmente más favorables que las que estarían dispuestos a ofrecer al mismo tiempo a Miembros importadores, habida cuenta de las prácticas comerciales normales.

4) El Consejo examinará periódicamente la observancia de las disposiciones del ordinal 3 del presente Artículo y podrá requerir a los Miembros para que proporcionen la información adecuada, de conformidad con el Artículo 53.

5) Los Miembros reconocen que los certificados de origen son una fuente indispensable de información sobre el comercio del café. En aquellos períodos en que estén suspendidas las cuotas, los Miembros exportadores asumirán la responsabilidad de la debida utilización de los certificados de origen. Sin embargo, con el fin de asegurar que todos los Miembros puedan disponer de la máxima información, los Miembros importadores, sobre quienes no pesa obligación alguna de exigir que las partidas de café vayan acompañadas de certificados cuando las cuotas no se encuentren en vigor, colaborarán sin reservas con la Organización Internacional del Café en lo que respecta a la recogida y comprobación de certificados referentes a embarques de café procedentes de países Miembros exportadores.

CAPÍTULO II. DEFINICIONES

Artículo 3. DEFINICIONES

Para los fines del Convenio:

1) “Café” significa el grano y la cereza del cafeto, ya sea en pergamino, verde o tostado, e incluye el café molido, descafeinado, líquido y soluble. Estos términos significan:

- a) “café verde”: todo café en forma de grano pelado, antes de tostarse;
- b) “café en cereza seca”: el fruto seco del cafeto. Para encontrar el equivalente de la cereza seca en café verde, multiplíquese el peso neto de la cereza seca por 0,50;
- c) “café pergamino”: el grano de café verde contenido dentro de la cáscara. Para encontrar el equivalente del café pergamino en café verde, multiplíquese el peso neto del café pergamino por 0,80;

- d) “café tostado”: café verde tostado en cualquier grado, e incluye el café molido. Para encontrar el equivalente del café tostado en café verde, multiplíquese el peso neto del café tostado por 1,19;
- e) “café descafeinado”: café verde, tostado o soluble del cual se ha extraído la cafeína. Para encontrar el equivalente del café descafeinado en café verde, multiplíquese el peso neto del café descafeinado verde, tostado o soluble por 1,00, 1,19 ó 3,00¹ respectivamente;
- f) “café líquido”: las partículas sólidas, solubles en agua, obtenidas del café tostado y puestas en forma líquida. Para encontrar el equivalente del café líquido en café verde, multiplíquese por 3,00 el peso neto de las partículas sólidas, secas, contenidas en el café líquido¹;
- g) “café soluble”: las partículas sólidas, secas, solubles en agua, obtenidas del café tostado. Para encontrar el equivalente de café soluble en café verde, multiplíquese el peso neto del café soluble por 3,00¹.
- 2) “Saco”: 60 kilogramos o 132,276 libras de café verde; “tonelada” significa una tonelada métrica de 1.000 kilogramos o 2.204,6 libras, y “libra” significa 453,597 gramos.
- 3) “Año cafetero”: el período de un año desde el 1 de octubre hasta el 30 de septiembre.
- 4) “Organización”, “Consejo” y “Junta” significan, respectivamente, la Organización Internacional del Café, el Consejo Internacional del Café y la Junta Ejecutiva.
- 5) “Miembro”: una Parte Contratante, incluso una organización intergubernamental según lo mencionado en el ordinal 3 del Artículo 4; un territorio o territorios designados que hayan sido declarados Miembros separados en virtud del Artículo 5; o dos o más Partes Contratantes o territorios designados, o unos y otros, que participen en la Organización como grupo Miembro en virtud de los Artículos 6 ó 7.
- 6) “Miembro exportador” o “país exportador”: Miembro o país, respectivamente, que sea exportador neto de café, es decir, cuyas exportaciones excedan de sus importaciones.
- 7) “Miembro importador” o “país importador”: Miembro o país, respectivamente, que sea importador neto de café, es decir, cuyas importaciones excedan de sus exportaciones.
- 8) “Miembro productor” o “país productor”: Miembro o país, respectivamente, que produzca café en cantidades comercialmente significativas.
- 9) “Mayoría simple distribuida”: una mayoría de los votos depositados por los Miembros exportadores presentes y votantes y una mayoría de los votos depositados por los Miembros importadores presentes y votantes, contados por separado.
- 10) “Mayoría distribuida de dos tercios”: una mayoría de dos tercios de los votos depositados por los Miembros exportadores presentes y votantes y una mayoría de dos tercios de los votos depositados por los Miembros importadores presentes y votantes, contados por separado.

¹ El coeficiente 3,00 será nuevamente examinado, y tal vez modificado, por el Consejo, a la vista de lo que decidan las autoridades internacionales competentes.

11) "Entrada en vigor": salvo disposición contraria, la fecha en que el presente Convenio entre en vigor, bien sea provisional o definitivamente.

12) "Producción exportable": la producción total de café de un país exportador en un determinado año cafetero o de cosecha, menos el volumen destinado al consumo interno en ese mismo año.

13) "Disponibilidad para la exportación": la producción exportable de un país exportador en un año cafetero determinado, más las existencias acumuladas en años anteriores.

14) "Cupo de exportación": la cantidad total de café que un Miembro está autorizado a exportar en virtud de las diversas disposiciones de este Convenio, con excepción de las exportaciones que, de conformidad con las disposiciones del Artículo 44, no son imputadas a las cuotas.

15) "Déficit": la diferencia entre el cupo de exportación anual de un Miembro exportador en un determinado año cafetero y la cantidad de café que el mismo Miembro haya exportado a mercados en régimen de cuota en ese año cafetero.

CAPÍTULO III. MIEMBROS

Artículo 4. MIEMBROS DE LA ORGANIZACIÓN

1) Toda Parte Contratante, junto con los territorios a los que se extienda este Convenio en virtud de las disposiciones del ordinal 1 del Artículo 64, constituirá un solo Miembro de la Organización, a excepción de lo dispuesto en los Artículos 5, 6 y 7.

2) Un Miembro podrá modificar la categoría de su afiliación ateniéndose a las condiciones que el Consejo estipule.

3) Toda referencia que se haga en el presente Convenio a la palabra Gobierno será interpretada en el sentido de que incluye una referencia a la Comunidad Económica Europea o a una organización intergubernamental con competencia comparable en lo que respecta a la negociación, celebración y aplicación de convenios internacionales, en particular de convenios sobre productos básicos.

4) Una organización intergubernamental de tal naturaleza no tendrá voto alguno, pero, en caso de que se vote sobre cuestiones de su competencia, estará facultada para depositar colectivamente los votos de sus Estados miembros. En ese caso, los Estados miembros de esa organización intergubernamental no estarán facultados para ejercer individualmente su derecho de voto.

5) Lo dispuesto en el ordinal 1 de Artículo 16 no se aplicará a una organización intergubernamental de tal naturaleza, pero ésta podrá participar en los debates de la Junta Ejecutiva sobre cuestiones de su competencia. En caso de que se vote sobre cuestiones de su competencia, y sin perjuicio de las disposiciones del ordinal 1 del Artículo 19, los votos que sus Estados miembros estén facultados para depositar en la Junta Ejecutiva podrán ser depositados colectivamente por cualquiera de esos Estados miembros.

Artículo 5. AFILIACIÓN SEPARADA PARA LOS TERRITORIOS DESIGNADOS

Toda Parte Contratante que sea importadora neta de café podrá declarar en cualquier momento, mediante apropiada notificación de conformidad con las

disposiciones del ordinal 2 del Artículo 64, que participa en la Organización separadamente de aquellos territorios cuyas relaciones internacionales tenga a su cargo que sean exportadores netos de café y que ella designe. En tal caso, el territorio metropolitano y los territorios no designados constituirán un solo Miembro, y los territorios designados serán considerados Miembros distintos, individual o colectivamente, según se indique en la notificación.

Artículo 6. AFILIACIÓN INICIAL POR GRUPOS

1) Dos o más Partes Contratantes que sean exportadoras netas de café pueden, mediante apropiada notificación al Consejo y al Secretario General de las Naciones Unidas, en el momento en que depositen sus respectivos instrumentos de aprobación, ratificación, aceptación o adhesión, declarar que ingresan en la Organización como grupo Miembro. Todo territorio al que se extienda este Convenio en virtud de las disposiciones del ordinal 1 del Artículo 64 podrá formar parte de dicho grupo Miembro si el Gobierno del Estado encargado de sus relaciones internacionales ha hecho la apropiada notificación al efecto, de conformidad con las disposiciones del ordinal 2 del Artículo 64. Tales Partes Contratantes y los territorios designados deben llenar las condiciones siguientes:

- a) declarar su deseo de asumir individual y colectivamente la responsabilidad en cuanto a las obligaciones del grupo;
- b) acreditar luego satisfactoriamente ante el Consejo:
 - i) que el grupo cuenta con la organización necesaria para aplicar una política cafetera común, y que tienen los medios para cumplir, junto con los otros países integrantes del grupo, las obligaciones que les impone este Convenio; y o bien que
 - ii) han sido reconocidos como grupo en un convenio internacional anterior sobre el café; o bien que
 - iii) tienen una política comercial y económica común o coordinada relativa al café, y una política monetaria y financiera coordinada, así como los órganos necesarios para su aplicación, de forma que el Consejo adquiera la seguridad de que el grupo Miembro puede cumplir las previstas obligaciones de grupo.

2) El grupo Miembro constituirá un solo Miembro de la Organización, con la salvedad de que cada país integrante será considerado como un Miembro individual para las cuestiones que se planteen en relación a las siguientes disposiciones:

- a) Artículos 11, 12 y 20 del Capítulo IV;
- b) Artículos 50 y 51 del Capítulo VIII; y
- c) Artículo 67 del Capítulo X.

3) Las Partes Contratantes y los territorios designados que ingresen como un solo grupo Miembro indicarán el gobierno u organización que los representará en el Consejo para los efectos de este Convenio, a excepción de los enumerados en el ordinal 2 del presente Artículo.

- 4) Los derechos de voto del grupo Miembro serán los siguientes:
 - a) el grupo Miembro tendrá el mismo número de votos básicos que un país Miembro individual que ingrese en la Organización en tal calidad. Estos votos

- básicos se asignarán al gobierno u organización que represente al grupo, y serán depositados por ese gobierno u organización; y
- b) en el caso de una votación sobre cualquier asunto que se plantee en lo relativo a las disposiciones enumeradas en el ordinal 2 del presente Artículo, los componentes del grupo Miembro podrán depositar separadamente los votos asignados a ellos en virtud de las disposiciones de los ordinales 3 y 4 del Artículo 13, como si cada uno de ellos fuese un Miembro individual de la Organización, salvo los votos básicos que seguirán correspondiendo únicamente al gobierno u organización que represente al grupo.

5) Cualquier Parte Contratante o territorio designado que participe en un grupo Miembro podrá, mediante notificación al Consejo, retirarse de ese grupo y convertirse en Miembro separado. Tal retiro tendrá efecto cuando el Consejo reciba la notificación. En caso de que un integrante de un grupo Miembro se retire del grupo o deje de participar en la Organización, los demás integrantes del grupo podrán solicitar del Consejo que se mantenga el grupo y éste continuará existiendo, a menos que el Consejo deniegue la solicitud. Si el grupo Miembro se disolviere, cada una de las Partes que integraban el grupo se convertirá en Miembro separado. Un Miembro que haya dejado de pertenecer a un grupo Miembro no podrá formar parte de nuevo de un grupo mientras esté en vigor este Convenio.

Artículo 7. FORMACIÓN POSTERIOR DE GRUPOS

Dos o más Miembros exportadores podrán solicitar al Consejo, en cualquier momento después de la entrada en vigor de este Convenio, la formación de un grupo Miembro. El Consejo aprobará tal solicitud si comprueba que los Miembros han hecho la correspondiente declaración y han suministrado prueba satisfactoria, de conformidad con los requisitos del ordinal 1 del Artículo 6. Una vez aprobado, el grupo Miembro estará sujeto a las disposiciones de los párrafos 2, 3, 4 y 5 de dicho Artículo.

CAPÍTULO IV. ORGANIZACIÓN Y ADMINISTRACIÓN

Artículo 8. SEDE Y ESTRUCTURA DE LA ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL CAFÉ

1) La Organización Internacional del Café, establecida en virtud del Convenio de 1962, continuará existiendo a fin de administrar las disposiciones de este Convenio y fiscalizar su aplicación.

2) La Organización tendrá su sede en Londres, a menos que el Consejo, por mayoría distribuida de dos tercios decida otra cosa.

3) La Organización ejercerá sus funciones por intermedio del Consejo Internacional del Café, la Junta Ejecutiva, el Director Ejecutivo y el personal.

Artículo 9. COMPOSICIÓN DEL CONSEJO INTERNACIONAL DEL CAFÉ

1) La autoridad suprema de la Organización es el Consejo Internacional del Café, que está integrado por todos los Miembros de la Organización.

2) Cada Miembro nombrará un representante en el Consejo y, si así lo deseare, uno o más suplentes. Cada Miembro podrá además designar uno o más asesores de su representante o suplentes.

Artículo 10. PODERES Y FUNCIONES DEL CONSEJO

- 1) El Consejo está dotado de todos los poderes que emanan específicamente de este Convenio, y tiene las facultades y desempeña las funciones necesarias para cumplir las disposiciones del mismo.
- 2) El Consejo podrá, por mayoría distribuida de dos tercios, establecer las normas y reglamentos requeridos para aplicar las disposiciones de este Convenio, incluido su propio reglamento y los reglamentos financiero y del personal de la Organización. Tales normas y reglamentos deben ser compatibles con las disposiciones de este Convenio. El Consejo podrá incluir en su reglamento una disposición que le permita decidir sobre cuestiones determinadas sin necesidad de reunirse en sesión.

3) Además, el Consejo mantendrá la documentación necesaria para desempeñar sus funciones conforme a este Convenio, así como cualquier otra documentación que considere conveniente.

Artículo 11. ELECCIÓN DEL PRESIDENTE Y DE LOS VICEPRESIDENTES DEL CONSEJO

- 1) El Consejo elegirá un Presidente y Vicepresidentes primero, segundo y tercero, para cada año cafetero.
- 2) Por regla general, el Presidente y el primer Vicepresidente serán elegidos entre los representantes de los Miembros exportadores o entre los representantes de los Miembros importadores, y los Vicepresidentes segundo y tercero serán elegidos entre los representantes de la otra categoría de Miembros. Estos cargos se alternarán cada año cafetero entre las dos categorías de Miembros.
- 3) Ni el Presidente, ni los Vicepresidentes que actúen como Presidente, tendrán derecho de voto. En tal caso, quien los supla ejercerá el derecho de voto del correspondiente Miembro.

Artículo 12. PERÍODOS DE SESIONES DEL CONSEJO

Por regla general, el Consejo tendrá dos períodos ordinarios de sesiones cada año. También podrá tener períodos extraordinarios de sesiones, si así lo decidiere. Asimismo, se reunirá en sesiones extraordinarias a solicitud de la Junta Ejecutiva, o de cinco Miembros cualesquiera, o de un Miembro o Miembros que representen por lo menos 200 votos. La convocatoria de los períodos de sesiones tendrá que notificarse con 30 días de anticipación como mínimo, salvo en casos de emergencia. A menos que el Consejo decida otra cosa, los períodos de sesiones se celebrarán en la sede de la Organización.

Artículo 13. VOTOS

- 1) Los Miembros exportadores tendrán un total de 1.000 votos y los Miembros importadores tendrán también un total de 1.000 votos, distribuidos entre cada categoría de Miembros —es decir, Miembros exportadores y Miembros importadores respectivamente— según se estipula en los ordinales siguientes del presente Artículo.
- 2) Cada Miembro tendrá cinco votos básicos, siempre que el total de tales votos no exceda de 150 para cada categoría de Miembros. Si hubiere más de treinta Miembros exportadores o más de treinta Miembros importadores, el

número de votos básicos de cada Miembro dentro de una y otra categoría se ajustará, con el objeto de que el total de votos básicos para cada categoría de Miembros no supere el máximo de 150.

3) Los Miembros exportadores enumerados en el Anexo I como titulares de una cuota inicial de exportación anual igual o superior a 100.000 sacos de café, pero inferior a 400.000 sacos, tendrán, además de los votos básicos, el número de votos que se les atribuye en la columna 2 del Anexo I. Si alguno de los Miembros exportadores a que se refiere el presente ordinal opta por una cuota básica con arreglo a lo dispuesto en el ordinal 5 del Artículo 31, dejarán de aplicarse a tal Miembro las disposiciones del presente ordinal.

4) Con sujeción a las disposiciones del Artículo 32 los votos restantes de los Miembros exportadores se distribuirán entre los Miembros que tengan una cuota básica, en proporción al volumen promedio de sus respectivas exportaciones de café a los Miembros importadores en los años cafeteros de 1968/69 a 1971/72 inclusive. Para esta clase de Miembros exportadores, ésa será la base de votación hasta el 31 de diciembre de 1977. Con efecto a partir del 1 de enero de 1978, los votos restantes de los Miembros exportadores que tengan cuotas básicas se calcularán en proporción al volumen promedio de sus respectivas exportaciones de café a los Miembros importadores según a continuación se indica.

Con efecto a partir del 1 de enero de

Años cafeteros

	1969/70	1970/71	1971/72	1976/77
1978				
1979	1970/71	1971/72	1976/77	1977/78
1980	1971/72	1976/77	1977/78	1978/79
1981	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80
1982	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81

5) Los votos restantes de los Miembros importadores se distribuirán entre ellos en proporción al volumen promedio de sus respectivas importaciones de café durante los tres años civiles anteriores.

6) El Consejo efectuará la distribución de los votos, de conformidad con las disposiciones del presente Artículo, al comienzo de cada año cafetero y esa distribución permanecerá en vigor durante ese año, a reserva de lo dispuesto en los ordinales 4 y 7 del presente Artículo.

7) El Consejo dispondrá lo necesario para la redistribución de los votos de conformidad con lo dispuesto en el presente Artículo, cada vez que varíe la afiliación a la Organización, o se suspenda el derecho de voto de algún Miembro o se restablezca tal derecho, en virtud de las disposiciones de los Artículos 26, 42, 45 ó 58.

8) Ningún Miembro podrá tener más de 400 votos.

9) Los votos no son fraccionables.

Artículo 14. PROCEDIMIENTO DE VOTACIÓN DEL CONSEJO

1) Cada Miembro tendrá derecho a utilizar el número de votos que posea, pero no podrá dividirlos. El Miembro podrá, sin embargo, utilizar en forma diferente los votos que posea en virtud de lo dispuesto en el ordinal 2 del presente Artículo.

2) Todo Miembro exportador podrá autorizar a otro Miembro exportador, y todo Miembro importador podrá autorizar a otro Miembro importador, para que

represente sus intereses y ejerza su derecho de voto en cualquier reunión del Consejo. No se aplicará en este caso la limitación prevista en el ordinal 8 del Artículo 13.

Artículo 15. DECISIONES DEL CONSEJO

1) Salvo disposición en contrario de este Convenio, el Consejo adoptará todas sus decisiones y formulará todas sus recomendaciones por mayoría simple distribuida.

2) Con respecto a cualquier decisión del Consejo que, en virtud de las disposiciones de este Convenio, requiera una mayoría distribuida de dos tercios, se aplicará el siguiente procedimiento:

- a) si no se logra una mayoría distribuida de dos tercios debido al voto negativo de tres o menos Miembros exportadores o de tres o menos Miembros importadores, la propuesta volverá a ponerse a votación en un plazo de 48 horas, si el Consejo así lo decide por mayoría de los Miembros presentes y por mayoría simple distribuida;
- b) si en la segunda votación no se logra tampoco una mayoría distribuida de dos tercios debido al voto negativo de dos o menos Miembros exportadores o de dos o menos Miembros importadores la propuesta volverá a ponerse a votación en un plazo de 24 horas, si el Consejo así lo decide por mayoría de los Miembros presentes y por mayoría simple distribuida;
- c) si no se logra una mayoría distribuida de dos tercios en la tercera votación debido al voto negativo de un Miembro exportador o importador, se considerará aprobada la propuesta;
- d) si el Consejo no somete la propuesta a una nueva votación, ésta se considerará rechazada.

3) Los Miembros se comprometen a aceptar como obligatoria toda decisión que el Consejo adopte en virtud de las disposiciones de este Convenio.

Artículo 16. COMPOSICIÓN DE LA JUNTA EJECUTIVA

1) La Junta Ejecutiva se compondrá de ocho Miembros exportadores y ocho Miembros importadores, elegidos para cada año cafetero de conformidad con las disposiciones del Artículo 17. Los Miembros podrán ser reelegidos.

2) Cada Miembro de la Junta designará un representante y, si así lo deseare, uno o más suplentes. Cada Miembro podrá, además, designar uno o más asesores de su representante o suplentes.

3) La Junta Ejecutiva tendrá un Presidente y un Vicepresidente, elegidos por el Consejo para cada año cafetero y que podrán ser reelegidos. El Presidente no tendrá derecho a voto, como tampoco lo tendrá el Vicepresidente cuando desempeñe las funciones de Presidente. Si un representante es nombrado Presidente, o si el Vicepresidente desempeña las funciones de Presidente, votará en su lugar el correspondiente suplente. Por regla general, el Presidente y el Vicepresidente elegidos para cada año cafetero serán escogidos entre los representantes de la misma categoría de Miembros.

4) La Junta Ejecutiva se reunirá usualmente en la sede de la Organización, pero podrá reunirse en cualquier otro lugar.

Artículo 17. ELECCIÓN DE LA JUNTA EJECUTIVA

1) Los Miembros exportadores e importadores que integren la Junta serán elegidos en el Consejo por los Miembros exportadores e importadores de la Organización, respectivamente. La elección dentro de cada categoría se efectuará con arreglo a lo dispuesto en los siguientes ordinales del presente Artículo.

2) Cada Miembro depositará a favor de un solo candidato todos los votos a que tenga derecho según las disposiciones del Artículo 13. Un Miembro podrá depositar por otro candidato los votos que posea en virtud de las disposiciones del ordinal 2 del Artículo 14.

3) Los ocho candidatos que reciban el mayor número de votos resultarán elegidos; sin embargo, ningún candidato que reciba menos de 75 votos será elegido en la primera votación.

4) En el caso de que, con arreglo a las disposiciones del ordinal 3 del presente Artículo, resulten elegidos menos de ocho candidatos en la primera votación, se efectuarán nuevas votaciones en las que sólo tendrán derecho a votar los Miembros que no hubieren votado por ninguno de los candidatos elegidos. En cada nueva votación el número mínimo de votos requerido disminuirá sucesivamente en cinco unidades, hasta que resulten elegidos los ocho candidatos.

5) Todo Miembro que no hubiere votado por uno de los Miembros elegidos, traspasará sus votos a uno de ellos, con sujeción a las disposiciones de los ordinales 6 y 7 del presente Artículo.

6) Se considerará que un Miembro ha recibido el número de votos depositados a su favor en el momento de su elección y, además, el número de votos que se le traspasen, pero ningún Miembro elegido podrá obtener más de 499 votos en total.

7) Si se registra que uno de los Miembros electos obtuvo más de 499 votos, los Miembros que hubieren votado o traspasado sus votos a favor de dicho Miembro electo se pondrán de acuerdo para que uno o varios le retiren sus votos y los traspasen o redistribuyan a favor de otro Miembro electo, de manera que ninguno de ellos reciba más de 499 votos fijados como máximo.

Artículo 18. COMPETENCIA DE LA JUNTA EJECUTIVA

1) La Junta será responsable ante el Consejo y actuará bajo la dirección general de éste.

2) El Consejo podrá delegar en la Junta, por mayoría distribuida de dos tercios, el ejercicio de la totalidad o parte de sus poderes, salvo los que se enumeran a continuación:

- a) la aprobación del presupuesto administrativo y la determinación de las contribuciones con arreglo a lo dispuesto en el Artículo 25;
- b) la suspensión de los derechos de voto de un Miembro, prevista en los Artículos 45 ó 58;
- c) la exoneración de las obligaciones de un Miembro, de acuerdo con las disposiciones del Artículo 56;
- d) la decisión de controversias, según lo previsto en el Artículo 58;

- e) el establecimiento de las condiciones de adhesión, con arreglo a lo dispuesto en el Artículo 62;
- f) la decisión de exigir la exclusión de un Miembro, en base a las disposiciones del Artículo 66;
- g) la decisión acerca de la renegociación, prórroga o terminación del Convenio, según lo previsto en el Artículo 68, y
- h) la recomendación de enmiendas a los Miembros, según lo previsto en el Artículo 69.

3) El Consejo podrá revocar en todo momento, por mayoría simple distribuida, cualesquiera de los poderes que hubiere delegado en la Junta.

Artículo 19. PROCEDIMIENTO DE VOTACIÓN DE LA JUNTA EJECUTIVA

1) Cada miembro de la Junta Ejecutiva tendrá derecho a depositar el número de votos que haya recibido en virtud de lo dispuesto en los ordinados 6 y 7 del Artículo 17. No se permitirá votar por delegación. Ningún miembro de la Junta tendrá derecho a dividir sus votos.

2) Las decisiones de la Junta serán adoptadas por la misma mayoría que se requiera en caso de adoptarlas el Consejo.

Artículo 20. QUÓRUM PARA LAS REUNIONES DEL CONSEJO Y DE LA JUNTA

1) El quórum para cualquier reunión del Consejo lo constituirá la presencia de una mayoría de los Miembros que representen una mayoría distribuida de dos tercios del total de los votos. Si en la hora fijada para iniciar una reunión del Consejo no hubiere quórum, el Presidente del Consejo podrá aplazar el comienzo de la reunión por tres horas como mínimo. Si tampoco hubiere quórum, el Presidente podrá aplazar otra vez el comienzo de la reunión por tres horas como mínimo. Este procedimiento podrá repetirse hasta que exista quórum en la hora fijada. La representación conforme a lo dispuesto en el ordinal 2 del Artículo 14 se considerará como presencia.

2) Para las reuniones de la Junta, el quórum estará constituido por la presencia de una mayoría de los Miembros que representen una mayoría distribuida de dos tercios del total de los votos.

Artículo 21. EL DIRECTOR EJECUTIVO Y EL PERSONAL

1) El Consejo nombrará al Director Ejecutivo por recomendación de la Junta. El Consejo establecerá las condiciones de empleo del Director Ejecutivo, que serán análogas a las que rigen para funcionarios de igual categoría en organizaciones intergubernamentales similares.

2) El Director Ejecutivo será el jefe de los servicios administrativos de la Organización y asumirá la responsabilidad por el desempeño de cualesquiera funciones que le incumban en la administración de este Convenio.

3) El Director Ejecutivo nombrará a los funcionarios de conformidad con el reglamento establecido por el Consejo.

4) Ni el Director Ejecutivo ni los funcionarios podrán tener intereses financieros en la industria, el comercio o el transporte del café.

5) En el ejercicio de sus funciones, el Director Ejecutivo y el personal no solicitarán ni recibirán instrucciones de ningún Miembro ni de ninguna autoridad ajena a la Organización. Se abstendrán de actuar en forma que sea incompatible con su condición de funcionarios internacionales responsables únicamente ante la Organización. Cada uno de los Miembros se compromete a respetar el carácter exclusivamente internacional de las funciones del Director Ejecutivo y del personal, y a no tratar de influir sobre ellos en el desempeño de tales funciones.

Artículo 22. COLABORACIÓN CON OTRAS ORGANIZACIONES

El Consejo podrá adoptar todas las disposiciones convenientes para la consulta y colaboración con las Naciones Unidas y sus organismos especializados, así como con otras organizaciones intergubernamentales competentes. El Consejo podrá invitar a estas organizaciones, así como a cualquiera de las que se ocupan del café, a que envíen observadores a sus reuniones.

CAPÍTULO V. PRIVILEGIOS E INMUNIDADES

Artículo 23. PRIVILEGIOS E INMUNIDADES

1) La Organización tendrá personalidad jurídica. Gozará, en especial, de la capacidad para contratar, adquirir y enajenar bienes muebles e inmuebles y para incoar procedimientos judiciales.

2) La situación jurídica, privilegios e inmunidades de la Organización, de su Director Ejecutivo, de su personal y de sus expertos, así como de los representantes de los Miembros en tanto que se encuentren en el territorio del Reino Unido de la Gran Bretaña e Irlanda del Norte con el fin de desempeñar sus funciones, seguirán viniendo regidos por el Acuerdo sobre la Sede concertado con fecha 28 de mayo de 1969 entre el Gobierno del Reino Unido de la Gran Bretaña e Irlanda del Norte (llamado en lo sucesivo "el Gobierno huésped") y la Organización.

3) El Acuerdo sobre la Sede mencionado en el ordinal 2 del presente Artículo será independiente de este Convenio. Terminará, no obstante:

- a) por acuerdo entre el Gobierno huésped y la Organización;
- b) en el caso de que la sede de la Organización deje de estar en el territorio del Gobierno huésped; o
- c) en el caso de que la Organización deje de existir.

4) La Organización podrá concertar con uno o más Miembros otros convenios, que requerirán la aprobación del Consejo, referentes a los privilegios e inmunidades que puedan ser necesarios para el buen funcionamiento de este Convenio.

5) Los Gobiernos de los países Miembros, con excepción del Gobierno huésped, concederán a la Organización las mismas facilidades que se otorguen a los organismos especializados de las Naciones Unidas, en lo relativo a restricciones monetarias o de cambios, mantenimiento de cuentas bancarias y transferencias de sumas de dinero.

CAPITULO VI. DISPOSICIONES FINANCIERAS

Artículo 24. FINANZAS

1) Los gastos de las delegaciones ante el Consejo, y de los representantes ante la Junta, o ante cualquiera de las comisiones del Consejo y de la Junta, serán atendidos por sus respectivos gobiernos.

2) Los demás gastos necesarios para la administración de este Convenio se atenderán mediante contribuciones anuales de los Miembros, determinadas de conformidad con las disposiciones del Artículo 25. Sin embargo, el Consejo podrá exigir el pago de ciertos servicios.

3) El ejercicio económico de la Organización coincidirá con el año cafetero.

Artículo 25. DETERMINACIÓN DEL PRESUPUESTO Y DE LAS CONTRIBUCIONES

1) Durante el segundo semestre de cada ejercicio económico, el Consejo aprobará el presupuesto administrativo de la Organización para el ejercicio siguiente y fijará la contribución de cada Miembro a dicho presupuesto.

2) La contribución de cada Miembro al presupuesto para cada ejercicio económico será proporcional a la relación que exista, en el momento de aprobarse el presupuesto correspondiente a ese ejercicio, entre el número de sus votos y la totalidad de los votos de todos los Miembros. Sin embargo, si se modifica la distribución de votos entre los Miembros, de conformidad con las disposiciones del ordinal 6 del Artículo 13, al comienzo del ejercicio para el que se fijen las contribuciones, se ajustarán las contribuciones para ese ejercicio en la forma que corresponda. Al determinar las contribuciones, los votos de cada uno de los Miembros se calcularán sin tener en cuenta la suspensión de los derechos de voto de cualquiera de los Miembros ni la posible redistribución de votos que resulte de ello.

3) La contribución inicial de todo Miembro que ingrese en la Organización después de la entrada en vigor de este Convenio será determinada por el Consejo en función del número de votos que le corresponda y del período no transcurrido del ejercicio económico en curso, pero en ningún caso se modificarán las contribuciones fijadas a los demás Miembros para el ejercicio económico de que se trate.

Artículo 26. PAGO DE LAS CONTRIBUCIONES

1) Las contribuciones al presupuesto administrativo de cada ejercicio económico se abonarán en moneda libremente convertible, y serán exigibles el primer día de ese ejercicio.

2) Si algún Miembro no paga su contribución completa al presupuesto administrativo en el término de seis meses a partir de la fecha en que ésta sea exigible, se suspenderán su derecho de voto en el Consejo y el derecho a que sean depositados sus votos en la Junta, hasta que haya abonado dicha contribución. Sin embargo, a menos que el Consejo lo decida por mayoría distribuida de dos tercios, no se privará a dicho Miembro de ninguno de sus demás derechos ni se le eximirá de ninguna de las obligaciones que le impone este Convenio.

3) Ningún Miembro cuyos derechos de voto hayan sido suspendidos, sea en virtud de las disposiciones del ordinal 2 del presente Artículo o en virtud de las

disposiciones de los Artículos 42, 45, ó 58, quedará relevado por ello del pago de su contribución.

Artículo 27. CERTIFICACIÓN Y PUBLICACIÓN DE CUENTAS

Tan pronto como sea posible después del cierre de cada ejercicio económico se presentará al Consejo, para su aprobación y publicación, un estado de cuentas, certificado por auditores externos, de los ingresos y gastos de la Organización durante ese ejercicio económico.

CAPÍTULO VII. REGULACIÓN DE LAS EXPORTACIONES Y DE LAS IMPORTACIONES

Artículo 28. DISPOSICIONES GENERALES

1) Toda decisión del Consejo en virtud de las disposiciones del presente Capítulo será adoptada por mayoría distribuida de dos tercios.

2) Se entenderá que la palabra "anual" se refiere, en el presente Capítulo, a cualquier período de doce meses que el Consejo establezca. Empero, el Consejo podrá adoptar procedimientos con arreglo a los cuales las disposiciones del presente Capítulo se apliquen a un período de más de doce meses.

Artículo 29. MERCADOS EN RÉGIMEN DE CUOTA

Para los efectos de este Convenio, el mercado cafetero mundial quedará dividido en mercados de países Miembros, que estarán sujetos al régimen de cuotas, y mercados de países no miembros, que no estarán sujetos a tal régimen.

Artículo 30. CUOTAS BÁSICAS

1) Cada Miembro exportador tendrá derecho, con sujeción a las disposiciones de los Artículos 31 y 32, a una cuota básica calculada de conformidad con lo dispuesto en el presente Artículo.

2) Si, en virtud de lo dispuesto en el Artículo 33, las cuotas entraren en vigor durante el año cafetero 1976/77, la cuota básica que haya de utilizarse para la distribución de la parte fija de las cuotas se calculará sobre la base del volumen promedio de las exportaciones anuales efectuadas por cada Miembro exportador con destino a Miembros importadores en los años cafeteros de 1968/69 a 1971/72. Esa distribución de la parte fija permanecerá en vigor hasta que las cuotas sean suspendidas por primera vez en virtud de las disposiciones del Artículo 33.

3) Si no se establecieren cuotas en el año cafetero 1976/77, pero entraren en vigor durante el año cafetero 1977/78, la cuota básica que haya de utilizarse para la distribución de la parte fija de las cuotas será calculada tomando para cada Miembro exportador la mayor de las dos cantidades siguientes:

- a) el volumen de sus exportaciones a países Miembros importadores durante el año cafetero 1976/77, calculado a base de la información obtenida de los certificados de origen; o
- b) la cifra resultante de aplicar el procedimiento indicado en el ordinal 2 del presente Artículo.

Esa distribución de la parte fija permanecerá en vigor hasta que las cuotas sean suspendidas por primera vez en virtud de las disposiciones del Artículo 33.

4) Si las cuotas entraren en vigor por primera vez, o fueren reestablecidas, durante el año cafetero 1978/79 o en cualquier fecha posterior, la cuota básica que haya de utilizarse para distribuir la parte fija de las cuotas será calculada tomando para cada Miembro exportador la mayor de las dos cantidades siguientes:

- a) el volumen promedio de sus exportaciones a países Miembros importadores en los años cafeteros 1976/77 y 1977/78, calculado a base de la información obtenida de los certificados de origen; o
- b) la cifra resultante de aplicar el procedimiento indicado en el ordinal 2 del presente Artículo.

5) Si se establecieren las cuotas con arreglo a lo dispuesto en el ordinal 2 del presente Artículo y fueren luego suspendidas, su restablecimiento durante el año cafetero 1977/78 se regirá por lo dispuesto en el ordinal 3 del presente Artículo y en el ordinal 1 del Artículo 35. El restablecimiento de las cuotas durante el año cafetero 1978/79, o en cualquier fecha posterior, se regirá por lo dispuesto en el ordinal 4 del presente Artículo y en el ordinal 1 del Artículo 35.

Artículo 31. MIEMBROS EXPORTADORES EXENTOS DE CUOTAS BÁSICAS

1) Con sujeción a lo dispuesto en los ordinarios 4 y 5 del presente Artículo, no se asignará cuota básica a los Miembros exportadores enumerados en el Anexo I. Dichos Miembros tendrán en el año cafetero 1976/77, con sujeción a las disposiciones del Artículo 33, las cuotas iniciales de exportación anual que se indican en la columna 1 de dicho Anexo. Con sujeción a lo dispuesto en el ordinal 2 del presente Artículo y en el Artículo 33, la cuota de los referidos Miembros para cada uno de los años cafeteros siguientes experimentará un incremento de:

- a) un 10 por ciento de la cuota inicial de exportación anual, en el caso de los Miembros cuya cuota inicial de exportación anual sea inferior a 100.000 sacos; y
- b) un 5 por ciento de la cuota inicial de exportación anual, en el caso de los Miembros cuya cuota inicial de exportación anual sea igual o superior a 100.000 sacos pero inferior a 400.000 sacos.

Para los efectos de fijar las cuotas anuales de los Miembros de que se trate cuando se establezcan o restablezcan las cuotas en virtud de lo dispuesto en el Artículo 33, esos incrementos anuales se considerarán como efectivos desde la entrada en vigor de este Convenio.

2) A más tardar el 31 de julio de cada año, cada uno de los Miembros exportadores a que se refiere el ordinal 1 del presente Artículo notificará al Consejo la cantidad de café que es probable vaya a tener disponible para su exportación durante el año cafetero siguiente. La cuota para el año cafetero siguiente será la cantidad así indicada por el Miembro exportador, siempre que tal cantidad no exceda del límite permisible definido en el ordinal 1 del presente Artículo.

3) Cuando la cuota anual de un Miembro exportador cuya cuota inicial de exportación anual sea inferior a 100.000 sacos alcance o rebase el máximo de 100.000 sacos señalado en el ordinal 1 del presente Artículo, el Miembro de que se trate quedará sujeto en lo sucesivo a las disposiciones aplicables a los Miembros exportadores cuya cuota inicial de exportación anual sea igual o superior a 100.000 sacos pero inferior a 400.000 sacos.

4) Cuando la cuota anual de un Miembro exportador cuya cuota inicial de exportación anual sea inferior a 400.000 sacos alcance el máximo de 400.000 sacos señalado en el ordinal 1 del presente Artículo, el Miembro de que se trate quedará sujeto en lo sucesivo a las disposiciones del Artículo 35, y el Consejo le asignará una cuota básica.

5) Todo Miembro exportador incluido en el Anexo 1 que exporte 100.000 sacos o más podrá, en cualquier momento, pedir al Consejo que le sea asignada una cuota básica.

6) Los Miembros cuya cuota anual sea inferior a 100.000 sacos no estarán sujetos a las disposiciones de los Artículos 36 y 37.

Artículo 32. DISPOSICIONES PARA EL AJUSTE DE LAS CUOTAS BÁSICAS

1) Cuando se adhiera a este Convenio un país importador que no haya sido miembro del Convenio Internacional del Café de 1968 ni del Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado, el Consejo procederá a ajustar las cuotas básicas resultantes de la aplicación de las disposiciones del Artículo 30.

2) El ajuste mencionado en el ordinal 1 del presente Artículo se efectuará teniendo en cuenta el promedio de las exportaciones de los diferentes Miembros exportadores al país importador de que se trate durante el período de 1968 a 1972, o la parte proporcional de los diferentes Miembros exportadores en el promedio de las importaciones de dicho país durante el mismo período.

3) El Consejo aprobará los datos que hayan de utilizarse como base para los cálculos necesarios a los efectos de ajuste de las cuotas básicas, así como también los criterios que hayan de seguirse a efectos de aplicar las disposiciones del presente Artículo.

Artículo 33. DISPOSICIONES PARA EL ESTABLECIMIENTO, SUSPENSIÓN Y RESTABLECIMIENTO DE CUOTAS

1) A menos que el Consejo decida otra cosa, las cuotas entrarán en vigor en cualquier momento de la duración de este Convenio si:

a) el precio indicativo compuesto durante 20 días de mercado consecutivos es, por término medio, igual o inferior al límite máximo del margen de precios entonces en vigor establecido por el Consejo con arreglo a lo dispuesto en el Artículo 38;

b) a falta de una decisión del Consejo estableciendo un margen de precios,

i) el promedio de los precios indicativos de los cafés Otros Suaves y Robustas durante 20 días de mercado consecutivos es, por término medio, igual o inferior al promedio de dichos precios durante el año civil 1975 según los registros mantenidos por la Organización durante la vigencia del Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado; o

ii) con sujeción a las disposiciones del ordinal 2 del presente Artículo, el precio indicativo compuesto calculado con arreglo a las disposiciones del Artículo 38 es por término medio, durante 20 días de mercado consecutivos, inferior en un 15 por ciento o más al promedio del precio indicativo compuesto correspondiente al precedente año cafetero durante el cual haya estado en vigor este Convenio.

Pese a las precedentes disposiciones de este ordinal, las cuotas no operarán al entrar en vigor este Convenio a menos que el promedio de los precios indicativos de los cafés Otros Suaves y Robustas durante los 20 días de mercado consecutivos inmediatamente anteriores a dicha fecha sea, por término medio, igual o inferior al promedio de dichos precios en el año civil 1975.

2) No obstante las disposiciones del subnumeral ii) del numeral b) del ordinal 1 del presente Artículo, las cuotas no tendrán efecto, a menos que el Consejo decida otra cosa, si, durante 20 días de mercado consecutivos, el promedio de los precios indicativos de los cafés Otros Suaves y Robustas es, por término medio, superior en un 22,5 por ciento o más al promedio de dichos precios en el año civil de 1975.

3) Los precios especificados en el subnumeral i) del numeral b) del ordinal 1 y en el ordinal 2 del presente Artículo serán examinados, y podrán ser revisados por el Consejo antes del 30 de septiembre de 1978 y antes del 30 de septiembre de 1980.

4) A menos que el Consejo decida otra cosa, las cuotas serán suspendidas:

- a) si el precio indicativo compuesto durante 20 días de mercado consecutivos es, por término medio, superior en un 15 por ciento al límite máximo del margen de precios establecido por el Consejo y entonces en vigor; o
- b) si, no habiendo decidido el Consejo establecer un margen de precios, el precio indicativo compuesto durante 20 días de mercado consecutivos es, por término medio, superior en un 15 por ciento o más al precio indicativo compuesto promedio registrado durante el precedente año civil.

5) A menos que el Consejo decida otra cosa, las cuotas serán restablecidas, después de haber sido suspendidas en virtud de lo dispuesto en el ordinal 4 del presente Artículo, con arreglo a las disposiciones de los ordinarios 1, 2 y 6.

6) Siempre que se cumplan las pertinentes condiciones de precios especificadas en el ordinal 1 del presente Artículo, y con sujeción a lo dispuesto en el ordinal 2 del mismo, las cuotas entrarán en vigor a la mayor brevedad posible, y a más tardar en el trimestre siguiente al cumplimiento de las citadas condiciones de precios. Salvo estipulación de este Convenio en otro sentido, las cuotas se fijarán para un período de cuatro trimestres. Si el Consejo no hubiere establecido previamente la cuota global anual y las cuotas trimestrales, el Director Ejecutivo fijará una cuota, basándose para ello en la cuantía de la desaparición de café en mercados en régimen de cuota, según estimación efectuada con arreglo a los criterios establecidos en el Artículo 34, y la asignación de tal cuota a los Miembros exportadores se efectuará de conformidad con las disposiciones de los Artículos 31 y 35.

7) El Consejo será convocado en el primer trimestre siguiente a la entrada en vigor de las cuotas, con el fin de fijar márgenes de precios y examinar y, si fuere preciso, revisar las cuotas para el período que el Consejo estime conveniente, siempre que dicho período no exceda de doce meses a contar desde la fecha en que comience la vigencia de las cuotas.

Artículo 34. FIJACIÓN DE LA CUOTA ANUAL GLOBAL

Con sujeción a lo dispuesto en el Artículo 33, el Consejo fijará, en su último período ordinario de sesiones de cada año cafetero, una cuota anual global, tomando en consideración, *inter alia*, los factores siguientes:

- a) la estimación del consumo anual de los Miembros importadores;
- b) la estimación de las importaciones efectuadas por los Miembros y procedentes de otros Miembros importadores y de países no miembros;
- c) la estimación de las variaciones del nivel de los inventarios en los países Miembros importadores y en los puertos francos;
- d) la observancia de las disposiciones del Artículo 40 respecto de los déficits y su redistribución; y
- e) para la implantación y restablecimiento de cuotas con arreglo a lo dispuesto en los ordinales 1 y 5 del Artículo 33, las exportaciones de los Miembros exportadores a Miembros importadores y a países no miembros durante el período de doce meses precedente al establecimiento de las cuotas.

Artículo 35. ASIGNACIÓN DE CUOTAS ANUALES

1) Habida cuenta de la decisión que se adopte en virtud de lo dispuesto en el Artículo 34 y una vez deducida la cantidad de café necesaria para cumplir lo dispuesto en el Artículo 31, se asignarán cuotas anuales, con una parte fija y otra variable, a los Miembros exportadores que tengan derecho a una cuota básica. La parte fija corresponderá al 70 por ciento de la cuota global anual ajustada en observancia de lo dispuesto en el Artículo 31 y se distribuirá entre los Miembros exportadores con arreglo a las disposiciones del Artículo 30. La parte variable corresponderá al 30 por ciento de la cuota global anual ajustada en observancia de lo dispuesto en el Artículo 31. Las citadas proporciones podrán ser modificadas por el Consejo, pero la parte fija no será nunca inferior al 70 por ciento. Con sujeción a las disposiciones del ordinal 2 del presente Artículo, la parte variable se distribuirá entre los Miembros exportadores en la misma proporción que exista entre las existencias verificadas de cada Miembro exportador y la totalidad de las existencias verificadas de todos los Miembros exportadores que tengan cuota básica, a condición de que, a no ser que el Consejo establezca otro límite, ningún Miembro recibirá un porcentaje de la parte variable de la cuota que exceda del 40 por ciento del total de dicha parte variable.

2) Las existencias de cada Miembro exportador que se tendrán en cuenta para los efectos del presente Artículo serán las verificadas, con arreglo al pertinente reglamento de verificación de existencias, al final del año de cosecha inmediatamente anterior a la fijación de cuotas.

Artículo 36. CUOTAS TRIMESTRALES

1) Inmediatamente después de la asignación de cuotas anuales en virtud de las disposiciones del ordinal 1 del Artículo 35, y con sujeción a lo dispuesto en el Artículo 31, el Consejo asignará cuotas trimestrales a cada Miembro exportador, con el fin de asegurar la salida ordenada del café al mercado mundial durante el período para el cual se fijen cuotas.

2) Esas cuotas deberán ser, en lo posible, el 25 por ciento de la cuota anual de cada Miembro. No se permitirá a ningún Miembro exportar más del 30 por ciento en el primer trimestre, más del 60 por ciento en los dos primeros trimestres ni más del 80 por ciento en los tres primeros trimestres. Si las exportaciones efectuadas por cualquier Miembro en un determinado trimestre son inferiores a su cuota para ese trimestre, el saldo se añadirá a su cuota del trimestre siguiente.

3) Las disposiciones del presente Artículo se aplicarán también para la puesta en práctica del ordinal 6 del Artículo 33.

4) Cuando por circunstancias excepcionales, un Miembro exportador considere probable que las limitaciones establecidas en el ordinal 2 del presente Artículo causen serios perjuicios a su economía, el Consejo podrá, a solicitud de ese Miembro, adoptar las medidas pertinentes de conformidad con las disposiciones del Artículo 56. El Miembro interesado deberá demostrar los perjuicios sufridos y proporcionar garantías adecuadas en lo relativo al mantenimiento de la estabilidad de los precios. Sin embargo, el Consejo no podrá en ningún caso autorizar a un Miembro a exportar más del 35 por ciento de su cuota anual en el primer trimestre, más del 65 por ciento en los dos primeros trimestres ni más del 85 por ciento en los tres primeros trimestres.

Artículo 37. AJUSTE DE LAS CUOTAS ANUALES Y TRIMESTRALES

1) Si las condiciones del mercado así lo requieren, el Consejo podrá modificar las cuotas anuales y trimestrales asignadas en virtud de las disposiciones de los Artículos 33, 35 y 36. Con sujeción a las disposiciones del ordinal 1 del Artículo 35 y exceptuando lo estipulado en el Artículo 31 y en el ordinal 3 del Artículo 39, las cuotas de cada Miembro exportador serán modificadas en un porcentaje que será igual para todos.

2) No obstante lo dispuesto en el ordinal 1 del presente Artículo, el Consejo podrá, si juzga que la situación del mercado así lo exige, hacer ajustes entre las cuotas de los Miembros exportadores para los trimestres corriente y restantes, sin alterar por ello las cuotas anuales.

Artículo 38. MEDIDAS RELATIVAS A PRECIOS

1) El Consejo establecerá un sistema de precios indicativos, en el que figurará un precio indicativo compuesto diario.

2) En base al referido sistema, el Consejo podrá establecer márgenes y diferenciales de precios para los principales tipos y/o grupos de café, así como también un margen del precio compuesto.

3) Al establecer y ajustar cualquier margen de precios para los efectos del presente Artículo, el Consejo tomará en consideración el nivel y tendencia vigentes de los precios del café, incluida la influencia que en dichos nivel y tendencia ejerzan los factores siguientes:

- los niveles y tendencias del consumo y de la producción, así como también de las existencias en países importadores y exportadores;
- las modificaciones del sistema monetario mundial;
- la tendencia de la inflación o deflación mundiales; y
- cualesquier otros factores que pudieran afectar al logro de los objetivos especificados en este Convenio.

El Director Ejecutivo facilitará los datos necesarios para hacer posible que el Consejo dé la debida consideración a los referidos elementos.

4) El Consejo dictará normas acerca de los efectos del establecimiento o ajuste de cuotas en los contratos concertados con anterioridad a tal establecimiento o ajuste.

Artículo 39. MEDIDAS ADICIONALES PARA EL AJUSTE DE LAS CUOTAS

1) Si las cuotas están en vigor, será convocado el Consejo con el fin de establecer un sistema de ajuste a prorrata de las cuotas en función de la evolución del precio indicativo compuesto, conforme a lo estipulado en el Artículo 38.

2) Figurarán en el referido sistema disposiciones relativas a márgenes de precios, número de días de mercado que durarán los cómputos y número y magnitud de los ajustes.

3) El Consejo podrá establecer también un sistema de incremento de las cuotas en función de la evolución de los precios de los principales tipos y/o grupos de café.

Artículo 40. DÉFICIT

1) Todo Miembro exportador declarará todo déficit que prevea con relación a su cupo de exportación, a fin de permitir su redistribución durante el mismo año cafetero entre aquellos Miembros exportadores que tengan capacidad y disposición de exportar la cuantía de los déficit. El setenta por ciento de la cantidad declarada con arreglo a las disposiciones del presente ordinal será ofrecido, en primer lugar, para su redistribución entre otros Miembros exportadores del mismo tipo de café, en proporción a sus cuotas básicas, y el treinta por ciento será ofrecido, en primer lugar, a los Miembros exportadores del otro tipo de café, también en proporción a sus cuotas básicas.

2) Si un Miembro declarase un déficit dentro de los seis primeros meses de un año cafetero, la cuota anual de dicho Miembro para el año cafetero siguiente será incrementada en un treinta por ciento del volumen declarado y no exportado. Esa cuantía será deducida de los cupos de exportación anual de los Miembros exportadores que hubieren aceptado la redistribución con arreglo a lo previsto en el ordinal 1 del presente Artículo, a prorrata de su participación en la citada redistribución.

Artículo 41. CUPO DE EXPORTACIÓN DE UN GRUPO MIEMBRO

En el caso de que dos o más Miembros formen un grupo Miembro de acuerdo con las disposiciones de los Artículos 6 y 7, se sumarán las cuotas básicas o, en su caso, los cupos de exportación de esos Miembros y el total resultante será considerado, para los efectos de las disposiciones del presente Capítulo, como una sola cuota básica o un solo cupo de exportación.

Artículo 42. OBSERVANCIA DE LAS CUOTAS

1) Los Miembros exportadores adoptarán las medidas necesarias para asegurar el pleno cumplimiento de todas las disposiciones de este Convenio relativas a cuotas. Aparte de cualesquiera medidas que los propios Miembros puedan adoptar, el Consejo podrá exigir a dichos Miembros que tomen medidas complementarias para la eficaz puesta en práctica del sistema de cuotas previsto en este Convenio.

2) Ningún Miembro exportador podrá sobrepasar las cuotas anuales o trimestrales que se le hubieren asignado.

3) Si un Miembro exportador se excede de su cuota en un determinado trimestre, el Consejo deducirá de una o varias de sus cuotas siguientes una cantidad igual al 110 por ciento de dicho exceso.

4) Si un Miembro exportador se excede por segunda vez de su cuota trimestral, el Consejo aplicará la misma deducción prevista en el ordinal 3 del presente Artículo.

5) Si un Miembro exportador se excede por tercera vez o más veces, de su cuota trimestral, el Consejo aplicará la misma deducción prevista en el ordinal 3 del presente Artículo y se suspenderán los derechos de voto del Miembro hasta el momento en que el Consejo decida si se le excluye de la Organización, de conformidad con las disposiciones del Artículo 66.

6) Las deducciones previstas en los ordinales 3, 4 y 5 del presente Artículo se considerarán como déficits a los efectos del ordinal 1 del Artículo 40.

7) El Consejo aplicará las disposiciones de los ordinales 1 al 5 del presente Artículo tan pronto como se disponga de la información necesaria.

Artículo 43. CERTIFICADOS DE ORIGEN Y DE REEXPORTACIÓN

1) Toda exportación de café efectuada por un Miembro deberá estar amparada por un certificado de origen válido. Los certificados de origen serán expedidos, de conformidad con las normas que el Consejo establezca, por un organismo competente que será escogido por el Miembro de que se trate y aprobado por la Organización.

2) Si las cuotas se encuentran en vigor, toda reexportación de café efectuada por un Miembro deberá estar amparada por un certificado de reexportación válido. Los certificados de reexportación serán expedidos, de conformidad con las normas que el Consejo establezca, por un organismo competente que será escogido por el Miembro de que se trate y aprobado por la Organización, y se hará constar en ellos que el café en cuestión fue importado de conformidad con las disposiciones de este Convenio.

3) Entre las normas a que se hace referencia en el presente Artículo figurarán disposiciones que permitan su aplicación a grupos de Miembros importadores que constituyan una unión aduanera.

4) El Consejo podrá dictar normas referentes a la impresión, validación, expedición y utilización de los certificados, y podrá adoptar medidas para emitir estampillas de exportación de café contra el pago de unos derechos que serán determinados por el Consejo. La adhesión de dichas estampillas a los certificados de origen podrá constituir uno de los medios de validación de los mismos. El Consejo podrá tomar medidas análogas por lo que se refiere a la validación de otros tipos de certificado y a la expedición, en las condiciones que se determinen, de otros tipos de estampillas.

5) Todo Miembro comunicará a la Organización el nombre del organismo, gubernamental o no gubernamental, que desempeñará las funciones descritas en los ordinales 1 y 2 del presente Artículo. La Organización aprobará específicamente los organismos no gubernamentales, una vez que el Miembro interesado le haya suministrado pruebas suficientes de la capacidad y voluntad de tales organismos para desempeñar el cometido que le corresponde al Miembro de conformidad con las normas y reglamentos establecidos en virtud de las disposiciones de este Convenio. El Consejo podrá declarar en cualquier momento, por motivo justificado, que deja de considerar aceptable a determinado organismo no gubernamental. De manera directa o por conducto de una organización de ámbito mundial internacionalmente reconocida, el Consejo tomará las medidas necesarias para que tenga certeza, en todo momento, de que

los certificados en todas sus formas se expiden y utilizan correctamente, y pueda comprobar las cantidades de café que ha exportado cada Miembro.

6) Todo organismo no gubernamental aprobado como organismo certificante de conformidad con las disposiciones del ordinal 5 del presente Artículo, mantendrá registro de los certificados expedidos y de los documentos que justifiquen su expedición, durante un período no inferior a cuatro años. Para obtener su aprobación como organismo certificante en virtud de las disposiciones del ordinal 5 del presente Artículo, el organismo no gubernamental habrá de comprometerse previamente a poner tal registro a disposición de la Organización para su examen.

7) Si las cuotas se encuentran en vigor, los Miembros, con sujeción a lo dispuesto en el Artículo 44 y en los ordinarios 1 y 2 del Artículo 45, prohibirán la importación de toda partida de café que no vaya acompañada de un certificado válido, del tipo pertinente, expedido de conformidad con las normas establecidas por el Consejo.

8) Las pequeñas cantidades de café en las formas que el Consejo pudiere determinar, o el café para consumo directo en barcos, aviones y otros medios de transporte internacional, quedarán exentos de las disposiciones de los ordinarios 1 y 2 del presente Artículo.

Artículo 44. EXPORTACIONES NO IMPUTADAS A LAS CUOTAS

1) Conforme a lo dispuesto en el Artículo 29, no serán imputadas a las cuotas las exportaciones a países no miembros de este Convenio. El Consejo podrá dictar normas referentes, *inter alia*, al comportamiento y supervisión de las transacciones de este comercio, al tratamiento y sanciones que merezcan las desviaciones y reexportaciones a países Miembros de café destinado a países no miembros, y a la documentación exigida para amparar las exportaciones a países Miembros y a países no miembros.

2) Las exportaciones de café en grano como materia prima para procesos industriales con fines diferentes del consumo humano como bebida o alimento no serán imputadas a las cuotas, siempre que el Miembro exportador pruebe a satisfacción del Consejo que el café en grano se utilizará realmente para tales fines.

3) El Consejo podrá decidir, a petición de un Miembro exportador, que no se imputen a su cuota las exportaciones de café efectuadas por ese Miembro para fines humanitarios u otros fines no comerciales.

Artículo 45. REGULACIÓN DE LAS IMPORTACIONES

1) Para evitar que los países no miembros aumenten sus exportaciones a expensas de los Miembros exportadores, cada Miembro limitará, cuando estén en vigor las cuotas, sus importaciones anuales de café procedente de países no miembros que no hubieren sido tampoco Miembros del Convenio Internacional del Café de 1968 a una cantidad igual al promedio anual de sus importaciones de café procedente de países no miembros desde el año civil de 1971 al año civil de 1974 inclusive, o desde el año civil de 1972 hasta el año civil de 1974, también inclusive.

2) Siempre que estén en vigor las cuotas, los Miembros limitarán también sus importaciones anuales de café procedente de cada uno de los países no miembros

que haya sido Miembro del Convenio Internacional del Café de 1968 o del Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado a una cantidad que no exceda de un porcentaje de las importaciones anuales promedio procedentes del respectivo país no miembro durante los años cafeteros de 1968/69 a 1971/72 que corresponda a la proporción existente, cuando las cuotas entren en vigor, entre la parte fija y la cuota global anual, con arreglo a lo dispuesto en el ordinal 1 del Artículo 35.

3) El Consejo podrá suspender o alterar esas limitaciones cuantitativas si así lo cree necesario para los objetivos de este Convenio.

4) Las obligaciones establecidas en los ordinarios anteriores del presente Artículo se entenderán sin perjuicio de las obligaciones en conflicto, bilaterales o multilaterales, que los Miembros importadores hayan contraído con países no miembros antes de la entrada en vigor de este Convenio, siempre que todo Miembro importador que haya asumido esas obligaciones en conflicto las cumpla de forma tal que disminuya en la medida de lo posible cualquier conflicto con las obligaciones establecidas en los ordinarios anteriores. Dicho Miembro adoptará cuanto antes medidas para conciliar sus obligaciones con las disposiciones de los ordinarios 1 y 2 del presente Artículo y deberá informar detalladamente al Consejo sobre las obligaciones en conflicto, así como sobre las medidas que haya tomado para atenuar o eliminar el conflicto existente.

5) Si un Miembro importador no cumple las disposiciones del presente Artículo, el Consejo podrá suspender su derecho de voto en el Consejo y su derecho a que se depositen sus votos en la Junta.

CAPÍTULO VIII. OTRAS DISPOSICIONES ECONÓMICAS

Artículo 46. MEDIDAS RELATIVAS AL CAFÉ ELABORADO

1) Los Miembros reconocen la necesidad de que los países en desarrollo amplíen la base de sus economías mediante, *inter alia*, la industrialización y exportación de productos manufacturados, incluida la elaboración del café y la exportación del café elaborado.

2) A ese respecto, los Miembros evitarán la adopción de medidas gubernamentales que puedan trastornar el sector cafetero de otros Miembros.

3) Si un Miembro considera que no están siendo observadas las disposiciones del ordinal 2 del presente Artículo, debe celebrar consultas con los otros Miembros interesados, teniendo debidamente en cuenta las disposiciones del Artículo 57. Los Miembros interesados harán todo lo posible por llegar a una solución amistosa de carácter bilateral. Si tales consultas no conducen a una solución satisfactoria para las partes, cualquiera de ellas podrá someter el asunto al Consejo para su consideración con arreglo a las disposiciones del Artículo 58.

4) Nada de lo estipulado en este Convenio podrá invocarse en perjuicio del derecho, que asiste a todo Miembro, de adoptar medidas para evitar que su sector cafetero se vea trastornado por importaciones de café elaborado, o para poner remedio a tal trastorno.

Artículo 47. PROMOCIÓN

1) Los Miembros se comprometen a fomentar por todos los medios posibles el consumo de café. Para la consecución de ese propósito se creará un Fondo de

Promoción que tendrá como objetivo el promover, por todos los medios adecuados, el consumo en países importadores, sin distinción de origen, tipo o marca de café, y el conseguir y mantener la más alta calidad y pureza de la bebida.

2) El Fondo de Promoción estará administrado por un comité. La afiliación al Fondo quedará limitada a los Miembros que contribuyan financieramente al mismo.

3) El Fondo será financiado durante los años cafeteros 1976/77 y 1977/78 mediante un gravamen obligatorio sobre las estampillas de exportación de café o las autorizaciones de exportación equivalentes, el cual será abonado por los Miembros exportadores con efecto a partir del 1 de octubre de 1976. Dicho gravamen será de 5 centavos de dólar de los EE.UU. por saco para los Miembros enumerados en el Anexo 1 que tengan cuotas iniciales de exportación anual inferiores a 100.000 sacos; de 10 centavos de dólar de los EE.UU. por saco para los Miembros enumerados en el Anexo 1 que tengan cuotas iniciales de exportación anual iguales o superiores a 100.000 sacos e inferiores a 400.000 sacos; y de 25 centavos de dólar de los EE.UU. por saco para los restantes Miembros exportadores. El Fondo podrá también ser financiado mediante contribuciones voluntarias de los otros Miembros, en las condiciones que apruebe el comité.

4) El comité podrá decidir en cualquier momento seguir recaudando un gravamen obligatorio en el tercer año cafetero y los años cafeteros siguientes, si fueren necesarios recursos adicionales para cumplir compromisos contraídos en virtud de lo establecido en el ordinal 7 del presente Artículo. El comité podrá asimismo tomar la decisión de percibir contribuciones de otros Miembros en las condiciones que apruebe.

5) Los recursos del Fondo se utilizarán primordialmente para financiar campañas de promoción en los países Miembros importadores.

6) El Fondo podrá patrocinar investigaciones y estudios relacionados con el consumo de café.

7) Los Miembros importadores o las asociaciones del comercio del ramo de países Miembros importadores a las que el comité dé su aceptación podrán presentar propuestas de campañas de promoción del café. El Fondo podrá facilitar recursos para financiar como máximo el 50 por ciento del costo de tales campañas. Una vez aprobada una campaña, no sufrirá modificación el porcentaje de contribución del comité a la misma. La duración de las campañas podrá exceder de un año, pero no pasar de cinco.

8) El gravamen mencionado en el ordinal 3 del presente Artículo se pagará contra entrega de estampillas de exportación de café o autorizaciones de exportación equivalentes. El reglamento para la aplicación de un sistema de certificados de origen en virtud de lo dispuesto en el Artículo 43 contendrá disposiciones relativas al pago del gravamen señalado en el ordinal 3 del presente Artículo.

9) El gravamen señalado en los ordinales 3 y 4 del presente Artículo se abonará, en dólares de los EE.UU., al Director Ejecutivo, quien depositará los recursos obtenidos del mismo en una cuenta especial, que se denominará Cuenta del Fondo de Promoción.

10) El comité fiscalizará todos los recursos del Fondo de Promoción. Una vez finalizado cada ejercicio económico se presentará a la aprobación del comité,

a la mayor brevedad posible, un estado de cuentas certificado por auditores independientes, relativo a los ingresos y gastos del Fondo de Promoción durante el ejercicio económico correspondiente. Las cuentas certificadas por auditores serán remitidas al Consejo, para su información exclusivamente, una vez aprobadas por el comité.

11) El Director Ejecutivo será presidente del comité e informará periódicamente al Consejo acerca de las actividades de éste.

12) Los gastos administrativos necesarios para llevar a efecto las disposiciones del presente Artículo y los referentes a actividades de promoción serán sufragados con cargo al Fondo de Promoción.

13) El comité dictará sus propios estatutos.

Artículo 48. ELIMINACIÓN DE OBSTÁCULOS AL CONSUMO

1) Los Miembros reconocen la importancia vital de lograr cuanto antes el mayor aumento posible del consumo de café, en especial reduciendo progresivamente cualesquiera obstáculos que puedan oponerse a ese aumento.

2) Los Miembros reconocen que hay disposiciones actualmente en vigor que pueden, en mayor o menor medida, oponerse al aumento del consumo del café y en particular:

- a) los regímenes de importación aplicables al café, entre los que cabe incluir los aranceles preferenciales o de otra índole, las cuotas, las operaciones de los monopolios estatales y de las entidades oficiales de compra, y otras normas administrativas y prácticas comerciales;
- b) los regímenes de exportación, en lo relativo a los subsidios directos o indirectos, y otras normas administrativas y prácticas comerciales; y
- c) las condiciones internas de comercialización y las disposiciones legales y administrativas internas que puedan afectar al consumo.

3) Habida cuenta de los objetivos mencionados y de las disposiciones del ordinal 4 del presente Artículo, los Miembros se esforzarán por reducir los aranceles aplicables al café, o bien por adoptar otras medidas encaminadas a eliminar los obstáculos al aumento del consumo.

4) Tomando en consideración sus intereses comunes, los Miembros se comprometen a buscar medios de reducir progresivamente y, siempre que sea posible, llegar a eliminar los obstáculos mencionados en el ordinal 2 del presente Artículo que se oponen al aumento del comercio y del consumo o de atenuar considerablemente los efectos de los referidos obstáculos.

5) Habida cuenta de los compromisos contraídos en virtud de lo estipulado en el ordinal 4 del presente Artículo, los Miembros informarán anualmente al Consejo acerca de las medidas adoptadas con el objeto de poner en práctica las disposiciones del presente Artículo.

6) El Director Ejecutivo elaborará periódicamente una reseña de los obstáculos al consumo y la someterá a la consideración del Consejo.

7) Con el fin de coadyuvar a los objetivos del presente Artículo, el Consejo podrá formular recomendaciones a los Miembros y éstos rendirán informe al Consejo, a la mayor brevedad posible, acerca de las medidas adoptadas con miras a poner en práctica dichas recomendaciones.

Artículo 49. MEZCLAS Y SUCEDÁNEOS

1) Los Miembros no mantendrán en vigor ninguna disposición que exija la mezcla, elaboración o utilización de otros productos con café para su venta en el comercio con el nombre de café. Los Miembros se esforzarán por prohibir la publicidad y la venta con el nombre de café, de productos que contengan como materia prima básica menos del equivalente de 90 por ciento de café verde.

2) El Consejo podrá requerir a cualquiera de los Miembros para que tome las medidas necesarias con el fin de asegurar la observancia de las disposiciones del presente Artículo.

3) El Director Ejecutivo presentará periódicamente al Consejo un informe sobre la observancia de las disposiciones del presente Artículo.

Artículo 50. POLÍTICA DE PRODUCCIÓN

1) A fin de facilitar el logro del objetivo indicado en el ordinal 1 del Artículo 1, los Miembros exportadores se comprometen a hacer cuanto esté a su alcance para adoptar y poner en práctica una política de producción.

2) El Consejo podrá establecer procedimientos de coordinación de las políticas de producción a que se hace referencia en el ordinal 1 del presente Artículo. Dichos procedimientos podrán abarcar medidas adecuadas de diversificación, o tendentes al fomento de ésta, así como medios para que los Miembros puedan obtener asistencia técnica y financiera.

3) El Consejo podrá establecer una contribución, pagadera por los Miembros exportadores, que se utilizará para hacer posible que la Organización lleve a cabo los adecuados estudios técnicos con el fin de prestar asistencia a los Miembros exportadores para que adopten las medidas necesarias para seguir una política de producción adecuada. La referida contribución no podrá ser superior a 2 centavos de dólar de los EE.UU. por saco exportado a países Miembros importadores y será pagadera en moneda convertible.

Artículo 51. POLÍTICA RELATIVA A LAS EXISTENCIAS

1) Con el objeto de complementar las disposiciones del Capítulo VII y del Artículo 50 el Consejo establecerá, por mayoría distribuida de dos tercios, una política relativa a las existencias de café en los países Miembros productores.

2) El Consejo adoptará medidas para comprobar anualmente el volumen de las existencias de café en poder de cada Miembro exportador, de conformidad con las disposiciones del Artículo 35. Los Miembros interesados darán facilidades para esa verificación anual.

3) Los Miembros productores se asegurarán de que en sus respectivos países existan instalaciones adecuadas para el debido almacenamiento de las existencias de café.

4) El Consejo emprenderá un estudio de la viabilidad de coadyuvar a los objetivos de este Convenio mediante un arreglo de las existencias internacionales.

Artículo 52. CONSULTAS Y COLABORACIÓN CON EL COMERCIO

1) La Organización mantendrá estrecha relación con las organizaciones no gubernamentales apropiadas que se ocupan del comercio internacional del café y con los expertos en cuestiones de café.

2) Los Miembros desarrollarán sus actividades en el ámbito de este Convenio de forma que esté en consonancia con los conductos comerciales establecidos, y se abstendrán de toda práctica de ventas discriminatoria. En el desarrollo de esas actividades, procurarán tener debidamente en cuenta los legítimos intereses del comercio cafetero.

Artículo 53. INFORMACIÓN

1) La Organización actuará como centro para la recopilación, intercambio y publicación de:

- a) información estadística sobre la producción, los precios, las exportaciones e importaciones, la distribución y el consumo de café en el mundo; y
- b) en la medida que lo considere adecuado, información técnica sobre el cultivo, la elaboración y la utilización del café.

2) El Consejo podrá pedir a los Miembros que le proporcionen la información que considere necesaria para sus operaciones, incluidos informes estadísticos regulares sobre producción, tendencias de la producción, exportaciones e importaciones, distribución, consumo, existencias y precios del café, así como también sobre el régimen fiscal aplicable al café, pero no se publicará ninguna información que pudiera servir para identificar las operaciones de personas o compañías que produzcan, elaboren o comercialicen el café. Los Miembros proporcionarán la información solicitada en la forma más detallada y precisa que sea posible.

3) Si un Miembro dejare de suministrar, o tuviere dificultades para suministrar, dentro de un plazo razonable, datos estadísticos u otra información que necesite el Consejo para el buen funcionamiento de la Organización, el Consejo podrá exigirle que exponga las razones de la falta de cumplimiento. Si se comprobare que necesita asistencia técnica en la cuestión el Consejo podrá adoptar cualquier medida que se requiera al respecto.

4) Además de las medidas previstas en el ordinal 3 del presente Artículo, el Director Ejecutivo podrá, previa la debida notificación y a menos que el Consejo decida otra cosa, retener estampillas u otras autorizaciones de exportación equivalentes, conforme a lo estipulado en el Artículo 43.

Artículo 54. ESTUDIOS

1) El Consejo podrá estimular la preparación de estudios acerca de la economía de la producción y distribución del café, del efecto de las medidas gubernamentales de los países productores y consumidores sobre la producción y consumo del café, de las oportunidades para la ampliación del consumo de café en su uso tradicional y en nuevos usos posibles, así como acerca de las consecuencias del funcionamiento de este Convenio para los países productores y consumidores de café y en particular para su relación de intercambio.

2) La Organización podrá estudiar la posibilidad de establecer normas mínimas para las exportaciones de café de los Miembros productores.

Artículo 55. FONDO ESPECIAL

1) Se constituirá un Fondo especial destinado a permitir que la Organización adopte y financie las medidas adicionales necesarias para hacer que las

pertinentes disposiciones de este Convenio puedan ponerse en práctica con efecto a partir de la entrada en vigor del mismo o lo más cerca posible de esa fecha.

2) Los ingresos del Fondo consistirán en un gravamen de 2 centavos de dólar de los EE.UU. por saco de café exportado a países Miembros importadores, gravamen que será pagadero por los Miembros exportadores con efecto a partir de la entrada en vigor de este Convenio, a menos que el Consejo decida disminuir o suspender tal gravamen.

3) El gravamen mencionado en el ordinal 2 del presente Artículo, que habrá de pagarse en dólares de los EE.UU., será abonado al Director Ejecutivo, contra entrega de estampillas de exportación de café o autorizaciones de exportación equivalentes. En el reglamento para la aplicación de un sistema de certificados de origen en virtud de las disposiciones del Artículo 43 figurarán disposiciones acerca del pago de ese gravamen.

4) Sujeto a la aprobación del Consejo, el Director Ejecutivo estará autorizado a utilizar los recursos del Fondo para sufragar los costos de establecimiento del sistema de certificados de origen mencionado en el Artículo 43, los gastos a que dé lugar la verificación de existencias exigida por las disposiciones del ordinal 2 del Artículo 51, y los gastos de perfeccionamiento del sistema de recopilación y transmisión de datos estadísticos a que se hace referencia en el Artículo 53.

5) En la medida de lo posible, la administración y gestión del Fondo se llevarán a cabo de manera análoga a las del Presupuesto Administrativo, aunque aparte de las de éste, y el Fondo se someterá a auditoría independiente anual conforme a lo requerido para las cuentas de la Organización por las disposiciones del Artículo 27.

Artículo 56. EXONERACIÓN DE OBLIGACIONES

1) El Consejo, por mayoría distribuida de dos tercios, podrá exonerar a un Miembro de una obligación, por circunstancias excepcionales o de emergencia, por fuerza mayor, o por deberes constitucionales u obligaciones internacionales contraídas en virtud de la Carta de las Naciones Unidas con respecto a territorios que administre en virtud del Régimen de Administración Fiduciaria.

2) El Consejo, al conceder una exoneración a un Miembro, manifestará explícitamente los términos y condiciones bajo los cuales dicho Miembro quedará relevado de tal obligación, así como el período correspondiente.

3) El Consejo no considerará solicitud alguna de exoneración de obligaciones relativas a cuota que se formule en base al hecho de que, durante uno o más años, el país Miembro haya tenido una producción exportable superior a sus exportaciones permitidas, o que sea consecuencia del incumplimiento por parte de dicho Miembro de las disposiciones de los Artículos 50 y 51.

CAPÍTULO IX. CONSULTAS, CONTROVERSIAS Y RECLAMACIONES

Artículo 57. CONSULTAS

Todo Miembro acogerá favorablemente la celebración de consultas, y proporcionará oportunidad adecuada para ellas, en lo relativo a las gestiones que pudiere hacer otro Miembro acerca de cualquier asunto atinente a este Convenio. En el curso de tales consultas, a petición de cualquiera de las partes y previo

consentimiento de la otra, el Director Ejecutivo constituirá una comisión independiente que interpondrá sus buenos oficios con el objeto de conciliar las partes. Los costos de la comisión no serán imputados a la Organización. Si una de las partes no acepta que el Director Ejecutivo constituya una comisión o si la consulta no conduce a una solución, el asunto podrá ser remitido al Consejo de conformidad con lo dispuesto en el Artículo 58. Si la consulta conduce a una solución, se informará de ella al Director Ejecutivo, quien hará llegar el informe a todos los Miembros.

Artículo 58. CONTROVERSIAS Y RECLAMACIONES

1) Toda controversia relativa a la interpretación o aplicación de este Convenio que no se resuelva mediante negociaciones será sometida al Consejo para su decisión, a petición de cualquier Miembro que sea parte de la controversia.

2) En cualquier caso en que una controversia haya sido remitida al Consejo en virtud de lo dispuesto en el ordinal 1 del presente Artículo, una mayoría de los Miembros, o Miembros que tengan por lo menos un tercio del total de votos, podrán pedir al Consejo, después de debatido el asunto, que, antes de adoptar su decisión, solicite la opinión del grupo consultivo mencionado en el ordinal 3 del presente Artículo acerca de las cuestiones controvertidas.

3) a) A menos que el Consejo decida otra cosa por unanimidad, el grupo estará formado por:

- i) dos personas designadas por los Miembros exportadores, una de ellas con amplia experiencia en asuntos análogos al controvertido, y la otra con prestigio y experiencia en cuestiones jurídicas;
- ii) dos personas de condiciones similares a las señaladas anteriormente, designadas por los Miembros importadores; y
- iii) un presidente elegido por unanimidad por las cuatro personas designadas en virtud de los subnumerales i) y ii), o, en caso de desacuerdo, por el Presidente del Consejo.

b) Para integrar el grupo consultivo podrán ser designados ciudadanos de los países cuyos gobiernos sean Partes Contratantes de este Convenio.

c) Las personas designadas para formar el grupo consultivo actuarán a título personal y sin sujeción a instrucciones de ningún gobierno.

d) Los gastos del grupo consultivo serán costeados por la Organización.

4) La opinión del grupo consultivo y las razones en que ésta se fundamente serán sometidas al Consejo, el cual decidirá sobre la controversia después de examinar toda la información pertinente.

5) El Consejo dictará su decisión dentro de los seis meses siguientes a la fecha en que haya sido sometida la controversia a su consideración.

6) Toda reclamación contra un Miembro por falta de cumplimiento de las obligaciones que le impone este Convenio será remitida al Consejo, a petición del Miembro reclamante, para que aquél decida la cuestión.

7) Para declarar que un Miembro ha incumplido las obligaciones que impone este Convenio se requerirá una mayoría simple distribuida. En cualquier

declaración que se haga de que un Miembro ha incumplido las obligaciones que le impone este Convenio, deberá especificarse la índole de la infracción.

8) Si el Consejo llegare a la conclusión de que un Miembro ha incumplido las obligaciones que le impone este Convenio, podrá, sin perjuicio de las medidas coercitivas previstas en otros artículos de este Convenio, privar a dicho Miembro, por mayoría distribuida de dos tercios, de su derecho de voto en el Consejo y de su derecho a que se depositen sus votos en la Junta hasta que cumpla sus obligaciones, o decidir excluir de la Organización a dicho Miembro en virtud de lo dispuesto en el Artículo 66.

9) Todo Miembro podrá solicitar la opinión previa de la Junta Ejecutiva acerca de cualquier asunto objeto de controversia o reclamación, antes de que dicho asunto se trate en el Consejo.

CAPÍTULO X. DISPOSICIONES FINALES

Artículo 59. FIRMA

Este Convenio estará abierto en la Sede de las Naciones Unidas a partir del 31 de enero de 1976 y hasta el 31 de julio de 1976 inclusive, a la firma de las Partes Contratantes del Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado mediante Protocolo, y de los gobiernos invitados a los períodos de sesiones del Consejo Internacional del Café convocados para negociar el Convenio Internacional del Café de 1976.

Artículo 60. RATIFICACIÓN, ACEPTACIÓN Y APROBACIÓN

1) Este Convenio queda sujeto a la ratificación, aceptación o aprobación de los gobiernos signatarios, de conformidad con los respectivos procedimientos constitucionales.

2) Salvo lo dispuesto en el Artículo 61, los instrumentos de ratificación, aceptación o aprobación serán depositados en poder del Secretario General de las Naciones Unidas a más tardar el 30 de septiembre de 1976. El Consejo podrá, no obstante, otorgar ampliaciones de plazo a los gobiernos signatarios que no hayan podido depositar sus instrumentos a la citada fecha.

Artículo 61. ENTRADA EN VIGOR

1) Este Convenio entrará en vigor definitivamente el 1 de octubre de 1976, a condición que, en esa fecha, los gobiernos de por lo menos veinte Miembros exportadores que tengan por lo menos el 80 por ciento de los votos de los Miembros exportadores, y los gobiernos de por lo menos diez Miembros importadores que tengan por lo menos el 80 por ciento de los votos de los Miembros importadores, según lo indicado en el Anexo 2, hayan depositado sus respectivos instrumentos de ratificación, aceptación o aprobación. Podrá también entrar en vigor definitivamente en cualquier fecha posterior al 1 de octubre de 1976 si, encontrándose en vigor provisionalmente con arreglo a lo dispuesto en el ordinal 2 del presente Artículo, se depositan instrumentos de ratificación, aceptación o aprobación con los que se cumplan los referidos requisitos en cuanto a porcentajes.

2) Este Convenio puede entrar en vigor provisionalmente el 1 de octubre de 1976. A este propósito, la notificación de un gobierno signatario o de cualquier otra Parte Contratante del Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado

mediante Protocolo, que haya sido recibida por el Secretario General de las Naciones Unidas el 30 de septiembre de 1976 a más tardar y en la que se contraiga el compromiso de aplicar provisionalmente este Convenio y gestionar la ratificación, aceptación o aprobación con arreglo a sus procedimientos constitucionales lo más pronto posible, surtirá el mismo efecto que un instrumento de ratificación, aceptación o aprobación. Todo gobierno que se haya comprometido a aplicar este Convenio provisionalmente mientras no deposite un instrumento de ratificación, aceptación o aprobación, será considerado como Parte provisional del mismo hasta que deposite ese instrumento de ratificación, aceptación o aprobación, o hasta el 31 de diciembre de 1976 inclusive, si a esa fecha no hubiere efectuado tal depósito. El Consejo podrá prorrogar el plazo en que puede depositar su instrumento de ratificación, aceptación o aprobación un gobierno que esté aplicando provisionalmente este Convenio.

3) Si este Convenio no hubiere entrado en vigor definitiva o provisionalmente el 1 de octubre de 1976 con arreglo a las disposiciones de los ordinarios 1 ó 2 del presente Artículo, los gobiernos que hubieren depositado instrumentos de ratificación, aceptación, aprobación o adhesión, o hubieren notificado que se comprometen a aplicar provisionalmente este Convenio y a gestionar su ratificación, aceptación o aprobación, podrán, de mutuo acuerdo, decidir que entrará en vigor entre ellos. Del mismo modo, si este Convenio hubiere entrado en vigor provisionalmente, pero no definitivamente, el 31 de diciembre de 1976, los gobiernos que hubieren depositado instrumentos de ratificación, aceptación, aprobación o adhesión, o hubieren hecho las notificaciones mencionadas en el ordinal 2 del presente Artículo, podrán, de mutuo acuerdo, decidir que continuará en vigor provisionalmente, o que entrará en vigor definitivamente, entre ellos.

Artículo 62. ADHESIÓN

1) Podrá adherirse a este Convenio, antes o después de la entrada en vigor del mismo y en las condiciones que el Consejo establezca, el gobierno de cualquier Estado Miembro de las Naciones Unidas o de cualquiera de sus organismos especializados.

2) Los instrumentos de adhesión deberán ser depositados en poder del Secretario General de las Naciones Unidas. La adhesión será efectiva desde el momento en que se deposite el respectivo instrumento.

Artículo 63. RESERVAS

No podrán formularse reservas respecto de ninguna de las disposiciones de este Convenio.

Artículo 64. EXTENSIÓN A LOS TERRITORIOS DESIGNADOS

1) Cualquier gobierno podrá declarar, al firmar o depositar un instrumento de ratificación, aceptación, aprobación o adhesión, o en cualquier fecha posterior mediante notificación al Secretario General de las Naciones Unidas, que este Convenio se extiende a cualquiera de los territorios cuyas relaciones internacionales tenga a su cargo, en cuyo caso este Convenio se hará extensivo a dichos territorios a partir de la fecha de tal notificación.

2) Toda Parte Contratante que desee ejercer los derechos que le confieren las disposiciones del Artículo 5 respecto de cualquiera de los territorios cuyas relaciones internacionales tenga a su cargo, o que desee autorizar a cualquiera de

dichos territorios para que se integre en un grupo Miembro formado en virtud de las disposiciones de los Artículos 6 ó 7, podrá hacerlo mediante la correspondiente notificación al Secretario General de las Naciones Unidas, al efectuar el depósito de su instrumento de ratificación, aceptación, aprobación o adhesión, o en cualquier otra fecha posterior.

3) Toda Parte Contratante que haya hecho una declaración de conformidad con lo dispuesto en el ordinal 1 del presente Artículo podrá en cualquier fecha posterior, mediante notificación al Secretario General de las Naciones Unidas, declarar que este Convenio dejará de extenderse al territorio mencionado en la notificación, y en tal caso este Convenio dejará de hacerse extensivo a tal territorio a partir de la fecha de tal notificación.

4) Cuando un territorio al cual se hubiere extendido este Convenio en virtud de las disposiciones del ordinal 1 del presente Artículo se torne independiente, el gobierno del nuevo estado podrá, en un plazo de 90 días a partir de la obtención de la independencia, declarar por notificación al Secretario General de las Naciones Unidas que ha asumido los derechos y obligaciones como Parte Contratante de este Convenio. Desde la fecha de tal notificación, pasará a ser Parte Contratante de este Convenio. El Consejo puede otorgar una prórroga del plazo en que se ha de hacer tal notificación.

Artículo 65. RETIRO VOLUNTARIO

Toda Parte Contratante podrá retirarse de este Convenio en cualquier tiempo, mediante notificación por escrito de su retiro al Secretario General de las Naciones Unidas. El retiro surtirá efecto 90 días después de ser recibida la notificación.

Artículo 66. EXCLUSIÓN

Si el Consejo decidiere que un Miembro ha dejado de cumplir las obligaciones que le impone este Convenio y que tal incumplimiento entorpece seriamente el funcionamiento de este Convenio, podrá, por una mayoría distribuida de dos tercios, excluir a tal Miembro de la Organización. El Consejo comunicará inmediatamente tal decisión al Secretario General de las Naciones Unidas. A los noventa días de haber sido adoptada la decisión por el Consejo, tal Miembro dejará de ser Miembro de la Organización y, si fuere Parte Contratante, dejará de ser Parte de este Convenio.

Artículo 67. AJUSTE DE CUENTAS CON LOS MIEMBROS QUE SE RETIREN O HAYAN SIDO EXCLUIDOS

1) En el caso de que un Miembro se retire o sea excluido de la Organización, el Consejo determinará el ajuste de cuentas a que haya lugar. La Organización retendrá las cantidades abonadas por cualquier Miembro que se retire o sea excluido de la Organización, quedando obligado a pagar cualquier cantidad que le deba a la Organización en el momento en que surta efecto tal retiro o exclusión; sin embargo, si se trata de una Parte Contratante que no pueda aceptar una enmienda y, por consiguiente, cese de participar en este Convenio en virtud de las disposiciones del ordinal 2 del Artículo 69, el Consejo podrá determinar cualquier liquidación de cuentas que considere equitativa.

2) Ningún Miembro que haya cesado de participar en este Convenio tendrá derecho a recibir parte alguna del producto de la liquidación o de otros haberes de

la Organización, ni le cabrá responsabilidad en cuanto a enjugar parte alguna de un eventual déficit de la Organización al terminar este Convenio.

Artículo 68. DURACIÓN Y TERMINACIÓN

1) Este Convenio permanecerá vigente durante un período de seis años, es decir hasta el 30 de septiembre de 1982, a menos que sea prorrogado en virtud de las disposiciones del ordinal 3 del presente Artículo o se le declare terminado en virtud de las disposiciones del ordinal 4 del mismo.

2) En el curso del tercer año de la vigencia de este Convenio, o sea durante el año cafetero que finaliza el 30 de septiembre de 1979, las Partes Contratantes notificarán al Secretario General de las Naciones Unidas su intención de continuar participando en este Convenio durante los tres años restantes de la vigencia del mismo. Toda Parte Contratante que, llegado el 30 de septiembre de 1979, no haya notificado su intención de continuar participando en este Convenio durante los tres años restantes de la vigencia del mismo, y todo territorio que sea Miembro o integrante de un grupo Miembro en nombre del cual no se haya hecho tal notificación a la citada fecha, dejará de participar en este Convenio a partir del 1 de octubre de 1979.

3) En cualquier fecha posterior al 30 de septiembre de 1980 el Consejo podrá, mediante el voto del 58 por ciento de los Miembros, que representen por lo menos una mayoría distribuida del 70 por ciento del total de los votos, decidir que este Convenio sea renegociado o que sea prorrogado, con o sin modificaciones, por el período que determine el Consejo. Toda Parte Contratante que a la fecha en que tal Convenio renegociado o prorrogado entre en vigor no haya notificado al Secretario General de las Naciones Unidas su aceptación de dicho Convenio renegociado o prorrogado, y todo territorio que sea Miembro o integrante de un grupo Miembro en nombre del cual no se haya hecho tal notificación a la citada fecha dejará de participar en dicho Convenio a partir de esa misma fecha.

4) El Consejo podrá en cualquier momento, mediante el voto afirmativo de una mayoría de los Miembros que represente por lo menos una mayoría distribuida de dos tercios del total de los votos, declarar terminado este Convenio en la fecha que determine el Consejo.

5) Pese a la terminación de este Convenio, el Consejo seguirá existiendo todo el tiempo que se requiera para liquidar la Organización, cerrar sus cuentas y disponer de sus haberes, y tendrá durante dicho período todas las facultades y funciones que sean necesarias para tales propósitos.

Artículo 69. ENMIENDAS

1) El Consejo podrá, por una mayoría distribuida de dos tercios, recomendar a las Partes Contratantes enmiendas a este Convenio. Las enmiendas entrarán en vigor a los cien días de haber sido recibidas por el Secretario General de las Naciones Unidas notificaciones de aceptación de Partes Contratantes que representen por lo menos el 75 por ciento de los países exportadores que tengan por lo menos el 85 por ciento de los votos de los Miembros exportadores, y de Partes Contratantes que representen por lo menos el 75 por ciento de los países importadores que tengan por lo menos el 80 por ciento de los votos de los Miembros importadores. El Consejo fijará el plazo dentro del cual las Partes Contratantes deberán notificar al Secretario General de las Naciones Unidas que han aceptado la enmienda y, si a la expiración de ese plazo no se hubieren

cumplido los requisitos exigidos en cuanto a porcentajes para la entrada en vigor de la enmienda, se considerará retirada ésta.

2) Cualquier Parte Contratante que no haya notificado su aceptación de una enmienda en el plazo fijado por el Consejo, o cualquier territorio que sea Miembro o integrante de un grupo Miembro en nombre del cual no se haya hecho la citada notificación dentro de ese plazo, cesará de participar en este Convenio desde la fecha en que entre en vigencia la enmienda.

Artículo 70. DISPOSICIONES SUPLEMENTARIAS Y TRANSITORIAS

1) Considérase este Convenio como la continuación del Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado mediante Protocolo.

2) Con el objeto de facilitar la prolongación, sin solución de continuidad, del Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado mediante Protocolo, se establece:

- a) Todas las medidas adoptadas por la Organización, o en nombre de la misma, o por cualquiera de sus órganos en virtud del Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado mediante Protocolo, que estén en vigor el 30 de septiembre de 1976 y en cuyos términos no se haya estipulado su expiración en esa fecha, permanecerán en vigencia a menos que se modifiquen en virtud de las disposiciones de este Convenio.
- b) Todas las decisiones que deba adoptar el Consejo durante el año cafetero 1975/76 para su aplicación en el año cafetero 1976/77 se adoptarán durante el último período ordinario de sesiones que celebre el Consejo en el año cafetero 1975/76 y se aplicarán a título provisional como si este Convenio hubiere entrado ya en vigor.

Artículo 71. TEXTOS AUTÉNTICOS DEL CONVENIO

Los textos en español, francés, inglés y portugués de este Convenio son igualmente auténticos. Los originales quedarán depositados en poder del Secretario General de las Naciones Unidas.

EN FE DE LO CUAL, los infrascritos, debidamente autorizados a este efecto por sus respectivos gobiernos, han firmado este Convenio en las fechas que figuran junto a sus firmas.

A NEXO 1

MIEMBROS EXPORTADORES CUYAS EXPORTACIONES A MIEMBROS IMPORTADORES SON INFERIORES A 400.000 SACOS

<i>Miembro exportador</i>	<i>Cuota inicial de exportación anual (en miles de sacos)</i>	<i>Número de votos en adición a los votos básicos</i>	<i>Miembro exportador</i>	<i>Cuota inicial de exportación anual (en miles de sacos)</i>	<i>Número de votos en adición a los votos básicos</i>
	(1)	(2)		(1)	(2)
<i>Menos de 100.000 sacos</i>					
Gabón	25	0	Liberia	100	2
Jamaica	25	0	Guinea	127	2
Congo	25	0	Sierra Leona	180	3

Miembro exportador	Cuota inicial de exportación anual (en miles de sacos)	Número de votos en adición a los votos básicos	Miembro exportador	Cuota inicial de exportación anual (en miles de sacos)	Número de votos en adición a los votos básicos
	(1)	(2)		(1)	(2)
Menos de 100.000 sacos					
Panamá	41	0	República Centro- africana	205	3
Dahomey	33	0	Togo	225	4
Bolivia	73	0	Rwanda	300	5
Ghana	66	0	Venezuela	325	5
Trinidad y Taba- go	69	0	Burundi	360	6
Nigeria	70	0	Haití	360	6
Paraguay	70	0	SUB-TOTAL	2.182	
Timor	82	0	TOTAL	2.761	
SUB-TOTAL	579				

ANEXO 2

DISTRIBUCIÓN DE VOTOS

	Exportadores	Importadores		Exportadores	Importadores
TOTAL	1.000	1.000			
Australia	—	12	Kenia	17	—
Bélgica *	—	29	Liberia	4	—
Bolivia	4	—	Madagascar	18	—
Brasil	336	—	México	32	—
Burundi	8	—	Nicaragua	13	—
Camerún	20	—	Nigeria	4	—
Canadá	—	32	Noruega	—	16
Colombia	114	—	Nueva Zelanda	—	7
Congo	4	—	Países Bajos	—	47
Costa de Marfil	49	—	Panamá	4	—
Costa Rica	22	—	Papua-Nueva Gui- nea	4	—
Checoslovaquia	—	10	Paraguay	4	—
Chipre	—	5	Perú	16	—
Dahomey	4	—	Portugal	—	12
Dinamarca	—	23	Reino Unido	—	51
Ecuador	16	—	República Centroafri- cana	7	—
El Salvador	35	—	República Dominicana	12	—
España	—	29	República Federal de Alemania	—	104
Estados Unidos de América	—	392	Rwanda	6	—
Etiopía	28	—	Sierra Leona	6	—
Finlandia	—	22	Suecia	—	37
Francia	—	87	Suiza	—	24
Gabón	4	—	Tanzania	15	
Ghana	4	—	Timor	4	
Guatemala	33	—	Togo	7	
Guinea	6	—	Trinidad y Tabago . . .	4	
Haití	12	—	Uganda	42	
Honduras	11	—	Venezuela	9	
India	11	—	Yugoslavia	—	18
Indonesia	26	—	Zaire	21	
Irlanda	—	6			
Jamaica	4	—			
Japón	—	37			

* Incluye Luxemburgo.

Argentina:
Argentine :
Argentina:
Argentina:

Australia:
Australie :
Austrália:
Australia:

RALPH LINDSAY HARRY
30 July 1976

Austria:
Autriche :
Austria:
Austria:

HELLMUTH STRASSER
19 juillet 1976

Belgium:
Belgique :
Bélgica:
Bélgica:

G. ELLIOTT
30 juillet 1976

Benin:
Bénin :
Bénin:
Benin:

THOMAS BOYA
14 avril 1976

Bolivia:
Bolivie :
Bolívia:
Bolivia:

MARIO R. GUTIÉRREZ GUTIÉRREZ
15 de julio de 1976¹

¹ 15 July 1976—15 juillet 1976.

Brazil:
Brésil:
Brasil:
Brasil:

SÉRGIO CORREA AFFONSO DA COSTA
17 February 1976

Burundi:
Burundi :
Burundi:
Burundi:

LADISLAS NCAHINYERETSE
31 juillet 1976

Canada:
Canada :
Canadá:
Canadá:

LEONARD JOHN WILDER
30-7-76

Central African Republic:
République centrafricaine :
República Centro-Africana:
República Centroafricana:

JEAN-ARTHUR BANDIO
27-7-76

Colombia:
Colombie :
Colômbia:
Colombia:

GERMÁN ZEA HERNÁNDEZ
21 April 1976

Congo:
Congo :
Congo:
Congo:

Costa Rica:
Costa Rica:
Costa Rica:
Costa Rica:
Costa Rica:

FERNANDO SALAZAR-NAVARRETE
Febrero 5/1976¹

Cuba:
Cuba:
Cuba:
Cuba:

Cyprus:
Chypre :
Chipre:
Chipre:

Czechoslovakia:
Tchécoslovaquie :
Tcheco-Eslováquia:
Checoslovaquia:

Denmark:
Danemark :
Dinamarca:
Dinamarca:

KNUD-ARNE HJERK ELIASEN
trente juin 1976

Dominican Republic:
République Dominicaine :
República Dominicana:
República Dominicana:

ALFONSO MORENO MARTÍNEZ
June/30/76

¹ 5 February 1976—5 février 1976.

Ecuador:
Equateur:
Ecuador:
Ecuador:

MARIO ALEMÁN SALVADOR
28 Julio/76¹

El Salvador:
El Salvador:
El Salvador:
El Salvador:

REYNALDO GALINDO-POHL
June 4th 1976

Ethiopia:
Ethiopie:
Etiópia:
Etiopía:

ATO MOHAMMED HAMID IBRAHIM
7/27/76

Finland:
Finlande:
Finlândia:
Finlandia:

BENJAMIN BASSIN
30/7/76

France:
France:
França:
Francia:

LOUIS DE GUIRINGAUD
23 février 1976

Gabon:
Gabon:
Gabão:
Gabón:

JEAN-BAPTISTE ESSONGHÉ
30 juillet 1976

¹28 July 1976—28 juillet 1976.

German Democratic Republic:
République démocratique allemande :
República Democrática Alemana:
República Democrática Alemana:

Germany, Federal Republic of:
Allemagne, République fédérale d':
Alemanha, República Federal da:
Alemania, Repùblica Federal de:

RÜDIGER Freiherr VON WECHMAR
19-III-76

Ghana:
Ghana :
Gana:
Ghana:

FRANK EDMUND BOATEN
30th July 1976

Guatemala:
Guatemala :
Guatemala:
Guatemala:

RENÉ MONTES CÓBAR
19/MAR/76

Guinea:
Guinée :
Guiné:
Guinea:

MAMADOU MAXIME CAMARA
30/juillet/76

Haiti:
Haïti :
Haiti:
Haití:

RAOUL SICLAIR
3 juin 1976

Honduras:

Honduras :

Honduras:

Honduras:

ROBERTO MARTÍNEZ ORDÓÑEZ
April 22, 1976

Hungary:

Hongrie :

Hungria:

Hungría:

India:

Inde :

India:

India:

RIKHI JAIPAL
16 July 1976

Indonesia:

Indonésie :

Indonésia:

Indonesia:

AUGUST MARPAUNG
July 22, 1976

Ireland:

Irlande :

Irlanda:

Irlanda:

AIDAN MULLOY
July 26, 1976

Israel:

Israël :

Israel:

Israel:

PINCHAS ELIAV
28 July 1976

Italy:
Italie :
Itália:
Italia:

PIERO VINCI
27 juillet 1976

Ivory Coast:
Côte d'Ivoire :
Costa do Marfim:
Costa de Marfil:

KOFFI KOUAME
29/7/76

Jamaica:
Jamaïque :
Jamaica:
Jamaica:

GERALD HALL
26th July, 1976

Japan:
Japon :
Japão:
Japón:

ISAO ABE
27 July 1976

Kenya:
Kenya :
Quênia:
Kenia:

F. M. KASINA
22nd July 1976

Liberia:
Libéria :
Libéria:
Liberia:

ANGIE BROOKS-RANDOLPH
May 7, 1976

Luxembourg:
Luxembourg :
Luxemburgo:
Luxemburgo:

G. ELLIOTT
30 juillet 1976

Madagascar:
Madagascar :
Madagascar:
Madagascar:

Mexico:
Mexique :
México:
México:

ALVARO CARRANCO AVILA
2 February 1976

Netherlands:
Pays-Bas :
Países Baixos:
Países Bajos:

M. P. A. VAN BUUREN
27 July 76

New Zealand:
Nouvelle-Zélande :
Nova Zelândia:
Nueva Zelanda:

MALCOLM JAMES CAMPBELL TEMPLETON
28 July 1976

Nicaragua:
Nicaragua :
Nicaragua:
Nicaragua:

GUILLERMO LANG
2 March 1976

Nigeria:
Nigéria :
Nigéria:
Nigeria:

J. K. UMAR
30th July 1976

Norway:
Norvège :
Noruega:
Noruega:

OLE ÅLGÅRD
26th April 1976

Panama:
Panama :
Panamá:
Panamá:

JORGE E. ILLUECA
27 July 1976

Papua New Guinea:
Papouasie-Nouvelle-Guinée :
Papua-Nova Guiné:
Papua Nueva Guinea:

A. OAISA
10 June 1976

Paraguay:
Paraguay :
Paraguai:
Paraguay:

FRANCISCO BARREIRO MAFFIODO
Marzo 30 de 1976¹

Peru:
Pérou :
Peru:
Perú:

HUGO PALMA VALDERRAMA
July 23rd 1976

¹ 30 March 1976—30 mars 1976.

Poland:
Pologne :
Polônia:
Polonia:

Portugal:
Portugal :
Portugal:
Portugal:

JOSÉ MANUEL GALVÃO TELLES
15.7.76

Romania:
Roumanie :
Romênia:
Romania:

Rwanda:
Rwanda :
Ruanda:
Rwanda:

CALLIXTE HABAMENSHI
31-3-1976

Sierra Leone:
Sierra Leone :
Serra Leoa:
Sierra Leoná:

EDWARD WILMOT BLYDEN
13 July 1976

Singapore:
Singapour :
Cingapura:
Singapur:

South Africa:
 Afrique du Sud:
 África do Sul:
 Sudáfrica:

Spain:
 Espagne:
 Espanha:
 España:

JAIME DE PINIÉS Y RUBIO
 13 de julio de 1976¹

Sweden:
 Suède:
 Suécia:
 Suecia:

OLOF RYDBECK
 22/6 1976

Switzerland:
 Suisse:
 Suíça:
 Suiza:

JEAN-FRANÇOIS SIGISMOND MARCUARD
 5.4.76²

Togo:
 Togo:
 Togo:
 Togo:

AKANYI AWUNYO KODJOVI
 25/3/76

Trinidad and Tobago:
 Trinité-et-Tobago:
 Trindade e Tobago:
 Trinidad y Tabago:

FRANK OWEN ABDULAH
 June 9, 1976

¹ 13 July 1976—13 juillet 1976.

² 5 April 1976—5 avril 1976.

Uganda:
Ouganda :
Uganda:
Uganda:

LOUIS KAYANDA MWANGAGUHUNGA
29th July, 1976

Union of Soviet Socialist Republics:
Union des Républiques socialistes soviétiques :
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas:
Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas:

United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland:
Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord :
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte:
Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte:

IVOR SEWARD RICHARD
31-3-1976

United Republic of Cameroon:
République-Unie du Cameroun :
República Unida dos Camarões:
República Unida del Camerún:

LÉOPOLD FERDINAND OYONO
3 juin 1976

United Republic of Tanzania:
République-Unie de Tanzanie :
República Unida da Tanzânia:
República Unida de Tanzanía:

SALIM AHMED SALIM
June 9, 1976

United States of America:
Etats-Unis d'Amérique :
Estados Unidos da América:
Estados Unidos de América:

[W. TAPLEY BENNET Jr.]
28 February 1976

Venezuela:

Venezuela :

Venezuela:

Venezuela:

SIMÓN ALBERTO CONSALVI

July 30. 76

Yugoslavia:

Yougoslavie :

Iugoslávia:

Yugoslavia:

DŽEVAD MUJEZINOVIC

July 31. 1976

Zaire:

Zaïre :

Zaire:

Zaire:

UMBA DI LUTETE

Le 30 juillet 1976

European Economic Community:

Communauté économique européenne :

Comissão Económica Européia:

Comunidad Económica Europea:

[*Illegible—Illisible*]

**DECLARATION MADE
UPON NOTIFICATION****JAPAN**

“...During the period of provisional application, the Agreement will be implemented by the Government of Japan within the limitation of its internal legislations and budgets.”

**DÉCLARATION FAITE
LORS DE LA NOTIFICATION****JAPON****[TRADUCTION — TRANSLATION]**

...Pendant la période de son application provisoire, l'Accord serait mis en œuvre par le Gouvernement japonais dans la mesure autorisée par ses dispositions législatives et budgétaires internes.

[OFFICIAL RUSSIAN TRANSLATION—TRADUCTION OFFICIELLE RUSSE]
МЕЖДУНАРОДНОЕ СОГЛАШЕНИЕ ПО КОФЕ 1976 ГОДА

ПРЕАМБУЛА

Участвующие в настоящем Соглашении правительства,
признавая исключительное значение кофе для экономики многих стран, доходы которых от экспорта и, следовательно, продолжение выполнения программ развития которых в социальной и экономической областях зависят в значительной мере от этого товара;

полагая, что тесное международное сотрудничество в торговле кофе будет стимулировать диверсификацию и развитие экономики стран, производящих кофе, улучшать политические и экономические отношения между производителями и потребителями и обеспечивать рост потребления кофе;

признавая желательность избегать несоответствия между производством и потреблением, которое может вызвать резкие колебания цен, причиняющие ущерб как производителям, так и потребителям;

считая, что международные меры могут помочь в устраниении последствий такого несоответствия, а также помочь обеспечить достаточный уровень доходов производителей посредством выгодных цен;

отмечая преимущества, даваемые международным сотрудничеством, которое стало результатом действия международных соглашений по кофе 1962 и 1968 годов;

согласились о нижеследующем:

ГЛАВА I. ЦЕЛИ

Статья 1. Цели

Настоящее Соглашение имеет следующие цели:

- 1) установить разумное соотношение между мировым спросом и предложением на такой основе, которая обеспечивала бы потребителям достаточное предложение кофе по умеренным ценам, а производителям — рынки для сбыта кофе по выгодным ценам, и создавала бы продолжительное равновесие между производством и потреблением;
- 2) избегать чрезмерных колебаний уровней мировых поставок, запасов и цен, которые наносят ущерб как производителям, так и потребителям;
- 3) способствовать развитию производительных ресурсов, а также созданию и сохранению занятости и дохода в странах-участницах, помогая, таким образом, установлению справедливой заработной платы, более высокого жизненного уровня и лучших условий труда;
- 4) увеличить покупательную способность экспортующих кофе стран путем поддержания цен в соответствии с положениями пункта 1 настоящей статьи и увеличения потребления;

- 5) поощрять и увеличивать всеми возможными средствами потребление кофе; и
- 6) в общем, ввиду существования связи между торговлей кофе и экономической стабильностью рынков промышленной продукции, углублять международное сотрудничество в связи с мировыми проблемами кофе.

Статья 2. Общие обязательства участников

1) Участники обязуются осуществлять свою торговую политику таким образом, чтобы могли быть достигнуты цели, установленные в статье 1. Они далее обязуются достигать эти цели путем строгого соблюдения обязательств и положений настоящего Соглашения.

2) Участники признают необходимость принятия политики, которая будет поддерживать цены на уровнях, которые обеспечивали бы достаточные доходы производителям, и будет направлена на обеспечение того, чтобы цены на кофе для потребителей не препятствовали желательному росту потребления.

3) Участники, экспортирующие кофе, обязуются не принимать или не оставлять в силе какие-либо правительственные меры, которые позволяли бы продавать кофе неучастникам на коммерчески более благоприятных условиях чем те, которые они готовы предложить в то же время участникам, импортирующим кофе, с учетом обычной торговой практики.

4) Совет периодически рассматривает выполнение положений пункта 3 настоящей статьи и может просить участников представить необходимую информацию в соответствии с положениями статьи 53.

5) Участники признают, что свидетельства о происхождении являются крайне важным источником информации о торговле кофе. В те периоды, когда действие квот приостанавливается, ответственность за обеспечение надлежащего использования свидетельств о происхождении ложится на участников, экспортирующих кофе. Однако участники, импортирующие кофе, хотя они и не обязаны требовать, чтобы свидетельства сопровождали партии кофе, когда квоты не действуют, в полной мере сотрудничают с Организацией в сборе и проверке свидетельств в отношении партий кофе, полученных из экспортирующих стран-участниц, с тем чтобы обеспечить получение всеми участниками максимальной информации.

ГЛАВА II. ОПРЕДЕЛЕНИЯ

Статья 3. Определения

Для целей данного Соглашения:

1) под «кофе» понимаются бобы и костянки кофейного дерева, в оболочке, зеленые или обжаренные, включая молотый, декофеинизированный, жидкий и растворимый кофе. Эти термины имеют следующие значения:

- a) под «зеленым кофе» понимается всякий кофе в виде очищенного боба до обжарки;
- b) под «высушенными костянками кофе» понимаются высушенные плоды кофейного дерева; для установления эквивалента костянок кофе

зеленому кофе следует помножить чистый вес высушенных костянок кофе на 0,50;

- c) под «кофе в оболочке» понимается зеленый кофейный боб в кожуре; для установления эквивалента кофе в оболочке зеленому кофе следует помножить чистый вес кофе в оболочке на 0,80;
 - d) под «обжаренным кофе» понимается зеленый кофе, обжаренный в какой-либо степени, включая молотый кофе; для установления эквивалента обжаренного кофе зеленому кофе следует помножить чистый вес обжаренного кофе на 1,19;
 - e) под «декофеинизированным кофе» понимается зеленый, обжаренный или растворимый кофе, из которого был удален кофеин; для установления эквивалента декофеинизированного кофе зеленому кофе следует помножить чистый вес декофеинизированного кофе в зеленом, обжаренном или растворимом виде на 1,00; 1,19 или 3,00¹ соответственно;
 - f) под «жидким кофе» понимаются растворимые в воде твердые частицы, извлеченные из обжаренного кофе и обращенные в жидкую форму; для установления эквивалента жидкого кофе зеленому следует помножить чистый вес высушенных твердых частиц кофе, содержащихся в жидкок кофе, на 3,00¹;
 - g) под «растворимым кофе» понимаются высушенные растворимые в воде твердые частицы, извлеченные из обжаренного кофе; для установления эквивалента растворимого кофе зеленому кофе следует помножить чистый вес растворимого кофе на 3,00¹;
- 2) под «мешком» понимается 60 килограммов или 132,276 фунта зеленого кофе; под «тонной» понимается метрическая тонна в 1000 килограммов или 2204,6 фунта; под «фунтом» понимается 453,597 грамма;
- 3) под «кофейным годом» понимается годичный период с 1 октября по 30 сентября включительно;
- 4) под «Организацией», «Советом» и «Комитетом» понимаются Международная организация по кофе, Международный совет по кофе и Исполнительный комитет соответственно;
- 5) под «участником» понимается Договаривающаяся Сторона, включая межправительственную организацию, упомянутую в пункте 3 статьи 4; поименованная территория или поименованные территории, об отдельном участии которых было заявлено согласно статье 5; или две или несколько Договаривающихся Сторон или поименованных территорий или и тех и других, участвующих в Организации как групповой участник согласно статье 6 или 7;
- 6) под «экспортирующим участником» или «экспортирующей страной» понимаются, соответственно, участник или страна, являющиеся нетто-экспортером кофе, т. е. такой участник или страна, экспорт которых превышает импорт;
- 7) под «импортирующим участником» или «импортирующей страной» понимаются, соответственно, участник или страна, являющиеся нетто-

¹ Коеффициент перевода, равный 3,00, должен быть вновь рассмотрен и, возможно, изменен Советом в свете решений, принятых авторитетными международными органами.

импортером кофе, т. е. такой участник или страна, импорт которых превышает экспорт;

8) под «производящим участником» или «производящей страной» понимаются, соответственно, участник или страна, выращивающие кофе в значительных, с коммерческой точки зрения, количествах;

9) под «простым раздельным большинством голосов» понимается большинство голосов, поданных присутствовавшими и участвовавшими в голосовании экспортирующими участниками, и большинство голосов, поданных присутствовавшими и участвовавшими в голосовании импортирующими участниками, подсчитанных раздельно;

10) под «раздельным большинством в две трети голосов» понимается большинство в две трети голосов, поданных присутствовавшими и участвовавшими в голосовании экспортирующими участниками и большинство в две трети голосов, поданных присутствовавшими и участвовавшими в голосовании импортирующими участниками, подсчитанных раздельно;

11) под «вступлением в силу» понимается, если не предусмотрено иное, тот день, когда настояще Соглашение вступает в силу, временно или окончательно;

12) под «экспортной продукцией» понимается вся продукция кофе экспортирующей страны в данный кофейный год или год сбора урожая, за вычетом количества, предназначенного для внутреннего потребления в том же году;

13) под «наличием для экспорта» понимается экспортная продукция экспортирующей страны в данный кофейный год вместе с запасами, образовавшимися за предыдущие годы;

14) под «экспортным правом» понимается все количество кофе, которое участнику разрешено экспортировать на основании различных положений настоящего Соглашения, за исключением экспортных поставок, которые в соответствии с положениями статьи 44 не включаются в квоты;

15) под «шортфолом» понимается разница между годовым экспортным правом экспортирующего участника в данном кофейном году и количеством кофе, которое этот участник экспортировал на квотные рынки в том же кофейном году.

ГЛАВА III. УЧАСТИЕ

Статья 4. УЧАСТИЕ В ОРГАНИЗАЦИИ

1) Каждая Договаривающаяся Сторона, наряду с теми территориями, на которые это Соглашение распространяется согласно пункту 1 статьи 64, является отдельным участником Организации, кроме случаев, когда не предусматривается иное положениями статей 5, 6 или 7.

2) Участник может изменить свою категорию членства на одобренных Советом условиях.

3) Любая ссылка в настоящем Соглашении на правительство толкуется как включающая указание на Европейское экономическое сообщество или любую межправительственную организацию, имеющую аналогичные обязанности в отношении проведения переговоров по международным соглашениям, их заключения и применения, в частности, по товарным соглашениям.

4) Такая межправительственная организация сама не будет располагать какими-либо голосами, но в случае голосования по вопросам, входящим в ее компетенцию, она имеет право коллективно отдавать голоса своих государств-членов. В этих случаях государства-члены такой межправительственной организации не имеют права использовать свое индивидуальное право голоса.

5) Положения пункта 1 статьи 16 к такой межправительственной организации не применяются, однако она может участвовать в обсуждении Исполнительным комитетом вопросов, входящих в ее компетенцию. В случае голосования по вопросам, входящим в ее компетенцию, и несмотря на положения пункта 1 статьи 19, голоса, которые принадлежат ее государствам-членам в Исполнительном комитете, могут быть поданы коллективно любым из этих государств-членов.

Статья 5. Отдельное участие в отношении поименованных территорий

Любая Договаривающаяся Сторона, являющаяся нетто-импортером кофе, может в любое время, путем надлежащего уведомления согласно пункту 2 статьи 64, заявить, что она участвует в Организации отдельно в отношении каких-либо территорий, за международные отношения которых она несет ответственность, являющихся нетто-экспортерами кофе и ею поименованных. В таком случае метропольная территория и ее непоименованные территории будут иметь общее участие, а ее поименованные территории, индивидуально или коллективно — как указано в уведомлении, будут иметь отдельное участие.

Статья 6. Групповое участие по вступлении в Организацию

1) Две или несколько Договаривающихся Сторон, являющихся нетто-экспортерами кофе, могут, путем надлежащего уведомления Совета и Генерального секретаря Организации Объединенных Наций при депонировании своих соответствующих документов об одобрении, ратификации, принятии или присоединении, заявить, что они вступают в Организацию в качестве группового участника. Территория, на которую это Соглашение было распространено согласно положениям пункта 1 статьи 64, может войти в состав такого группового участника, если правительство государства, ответственного за ее международные отношения, сделает об этом надлежащее уведомление согласно пункту 2 статьи 64. Такие Договаривающиеся Стороны и поименованные территории должны отвечать следующим условиям:

- a) они должны заявить о своем желании принять ответственность, как индивидуально, так и как группа, по обязательствам группы;
- b) они должны впоследствии представить Совету достаточные доказательства того, что:
 - i) эта группа имеет организацию, необходимую для проведения общей политики по кофе, и что у них имеются средства для выполнения, вместе с другими членами этой группы, своих обязательств по этому Соглашению; и что они
 - ii) либо были признаны как группа в каком-либо предшествующем международном соглашении по кофе;

*

iii) либо имеют общую или скоординированную коммерческую и экономическую политику в отношении кофе, и скоординированную денежную и финансовую политику, равно как и органы, необходимые для проведения такой политики, с тем чтобы Совет убедился в том, что соответствующий групповой участник может выполнять соответствующие обязательства группы.

2) Групповой участник является отдельным участником Организации, за исключением тех случаев, когда каждый член группы рассматривается как отдельный участник в отношении всех вопросов, возникающих на основании следующих положений:

- a) статей 11, 12 и 20 главы IV;
- b) статей 50 и 51 главы VIII; и
- c) статьи 67 главы X.

3) Договаривающиеся Стороны и поименованные территории, выступающие в качестве группового участника, должны указать правительство или организацию, которое или которая будет представлять их в Совете по вопросам, возникающим по этому Соглашению, кроме вопросов, указанных в пункте 2 настоящей статьи.

4) Групповому участнику принадлежат следующие права, касающиеся голосования:

- a) групповой участник имеет столько же основных голосов, сколько имеет отдельная страна-участница, вступающая в Организацию индивидуально. Эти голоса присваиваются представляющему соответствующую группу правительству или организации и подаются таким правительством или организацией;
- b) в случае голосования по любому вопросу, возникающему из положений пункта 2 настоящей статьи, члены группового участника могут раздельно пользоваться голосами, распределенными между ними согласно положениям пунктов 3 и 4 статьи 13, таким образом, как если бы каждый являлся индивидуальным участником Организации, за исключением основных голосов, которые остаются присвоенными только представляющему соответствующую группу правительству или организации.

5) Любая Договаривающаяся Сторона или поименованная территория, являющаяся членом группового участника, может, посредством уведомления Совета, выйти из соответствующей группы и стать отдельным участником. Такой выход вступает в силу по получении этого уведомления Советом. Если какой-либо член группового участника выходит из группы или перестает участвовать в Организации, остающиеся члены этой группы могут ходатайствовать перед Советом о сохранении этой группы; эта группа продолжает существовать, если Совет не отклонит это ходатайство. В случае ликвидации какого-либо группового участника каждый бывший член этой группы становится отдельным участником. Участник, переставший быть членом группы, не может, пока это Соглашение остается в силе, снова стать членом какой-либо группы.

Статья 7. ПОСЛЕДУЮЩЕЕ ГРУППОВОЕ УЧАСТИЕ

Двое или несколько экспортирующих участников могут в любое время после вступления этого Соглашения в силу, ходатайствовать перед Советом

об образовании группового участника. Совет удовлетворяет это ходатайство, если установит, что эти участники сделали заявление и представили удовлетворительные доказательства, в соответствии с требованиями пункта 1 статьи 6. После удовлетворения этого ходатайства на данного группового участника распространяются положения пунктов 2, 3, 4 и 5 указанной статьи.

ГЛАВА IV. ОРГАНИЗАЦИЯ И УПРАВЛЕНИЕ

Статья 8. МЕСТОПРЕБЫВАНИЕ И СТРУКТУРА МЕЖДУНАРОДНОЙ ОРГАНИЗАЦИИ ПО КОФЕ

- 1) Международная организация по кофе, учрежденная на основании Соглашения 1962 года, продолжает свое существование в целях проведения в жизнь положений настоящего Соглашения и наблюдения за его действием.
- 2) Местопребыванием Организации является Лондон, если Совет раздельным большинством в две трети голосов не примет иного решения.
- 3) Организация осуществляет свои функции через Международный совет по кофе, Исполнительный комитет, Исполнительного директора и его персонал.

Статья 9. СОСТАВ МЕЖДУНАРОДНОГО СОВЕТА ПО КОФЕ

- 1) Высшим органом Организации является Международный совет по кофе, состоящий из всех участников Организации.
- 2) Каждый участник назначает одного представителя в Совете и, по желанию, одного или нескольких заместителей представителя. Кроме того, любой участник может назначать одного или нескольких советников представителя или заместителей представителя.

Статья 10. ПОЛНОМОЧИЯ И ФУНКЦИИ СОВЕТА

- 1) Носителем всех прав, прямо предусматриваемых в этом Соглашении, является Совет, который имеет права и выполняет функции, необходимые для проведения в жизнь положений этого Соглашения.
- 2) Совет, раздельным большинством в две трети голосов, устанавливает необходимые для проведения в жизнь положений Соглашения и отвечающие Соглашению правила и нормы, включая свои собственные правила процедуры и финансовые положения Организации, а также положения о персонале. В своих правилах процедуры Совет может предусмотреть порядок разрешения определенных вопросов без созыва заседаний.
- 3) Совет, далее, ведет необходимую для выполнения его функций по этому Соглашению документацию и такие другие записи, какие признает желательными, а также опубликовывает годовой отчет.

Статья 11. ВЫБОРЫ ПРЕДСЕДАТЕЛЯ И ЗАМЕСТИТЕЛЕЙ ПРЕДСЕДАТЕЛЯ СОВЕТА

- 1) Совет избирает, на каждый кофейный год, председателя и первого, второго и третьего заместителей председателя.

2) Как правило, председатель и первый заместитель председателя избираются или из числа представителей экспортирующих участников или из числа представителей импортирующих участников, а второй и третий заместители председателя избираются из числа представителей другой категории участников. Каждый кофейный год эти должности переходят от одной из этих двух категорий участников к другой.

3) Председатель или исполняющий обязанности председателя заместитель председателя не имеет права участвовать в голосовании. В этом случае его заместитель осуществляет право голоса, принадлежащее соответствующему участнику.

Статья 12. СЕССИИ СОВЕТА

Как правило, Совет проводит очередные сессии два раза в год. Он может собираться на специальные сессии, если принимает такое решение. Специальные сессии могут также созываться по просьбе Исполнительного комитета, или по просьбе любых пяти участников, или участника или участников, которые располагают не менее, чем 200 голосами. Кроме случаев крайней срочности, уведомление о предстоящей сессии направляется не менее, чем за тридцать дней. Сессии проходят в месте пребывания Организации, если Совет не примет иного решения.

Статья 13. ГОЛОСА

1) Экспортирующие участники имеют вместе 1 000 голосов, и импортирующие участники имеют вместе 1 000 голосов, и эти голоса распределяются среди участников каждой категории, т.е. соответственно среди экспортирующих и импортирующих участников, согласно положениям следующих пунктов настоящей статьи.

2) Каждому участнику принадлежит пять основных голосов, при условии, что общее число основных голосов участников каждой категории не превышает 150. Если окажется, что число экспортирующих участников или число импортирующих участников будет больше тридцати, то число основных голосов каждого участника соответствующей категории изменяется таким образом, чтобы число основных голосов участников каждой категории не превышало максимума в 150.

3) Экспортирующие участники, указанные в приложении 1, как имеющие первоначальную ежегодную экспортную квоту в 100 000 мешков кофе и более, но менее 400 000 мешков, помимо основных голосов располагают числом голосов, переданным им в соответствии со второй колонкой приложения 1. Если какой-либо экспортирующий участник, указанный в этом пункте, предпочитает иметь основную квоту в соответствии с положениями пункта 5 статьи 31, то положения данного пункта к нему более не применяются.

4) При условии соблюдения положений статьи 32, остальные голоса экспортирующих участников делятся между участниками, имеющими основную квоту, пропорционально среднему количеству кофе, экспортированного ими в импортирующие страны-участницы в 1968/69—1971/72 кофейных годах включительно. Это составляет основу распределения голосов соответствующих экспортирующих участников до 31 декабря 1977 года. Начиная с 1 января 1978 года остальные голоса экспортирующих

участников, имеющих основную квоту, подсчитываются пропорционально среднему количеству кофе, соответственно экспортированному ими в импортирующие страны-участницы следующим образом:

<i>С 1 января</i>	<i>Кофейные годы</i>
1978	1969/70, 1970/71, 1971/72, 1976/77
1979	1970/71, 1971/72, 1976/77, 1977/78
1980	1971/72, 1976/77, 1977/78, 1978/79
1981	1976/77, 1977/78, 1978/79, 1979/80
1982	1977/78, 1978/79, 1979/80, 1980/81

5) Остающиеся голоса импортирующих участников распределяются между этими участниками пропорционально среднему количеству кофе, экспортированного каждым из них за предшествующие три календарных года.

6) Распределение голосов производится Советом в соответствии с положениями настоящей статьи в начале каждого кофейного года и остается в силе в течение этого года, за исключением случаев, предусматриваемых в пунктах 4 и 7 настоящей статьи.

7) Во всех случаях, когда происходят изменения в составе Организации или приостанавливается или восстанавливается право голоса какого-либо участника, согласно постановлениям статей 26, 42, 45 или 58, Совет производит перераспределение голосов в соответствии с настоящей статьей.

8) Ни один из участников не может иметь больше 400 голосов.

9) Дробление голосов не допускается.

Статья 14. ПРОЦЕДУРА ГОЛОСОВАНИЯ В СОВЕТЕ

1) Каждый участник вправе подать столько голосов, сколько ему принадлежит, но не имеет права делить свои голоса. Он может, однако, голосовать иначе, когда осуществляет право голоса, согласно пункту 2 настоящей статьи.

2) Каждый экспортирующий участник может уполномочить любого другого экспортирующего участника, и каждый импортирующий участник может уполномочить любого другого импортирующего участника представлять его интересы и осуществлять его право голоса на любом заседании или заседаниях Совета. Ограничение, предусматриваемое в пункте 8 статьи 13, в этом случае не применяется.

Статья 15. РЕШЕНИЕ СОВЕТА

1) Все решения Совета принимаются и все рекомендации утверждаются простым раздельным большинством голосов, если Соглашением не предусматривается иное.

2) В отношении любого решения Совета, для которого требуется в соответствии с Соглашением раздельное большинство в две трети голосов, применяется следующая процедура:

a) если раздельного большинства в две трети голосов не получается вследствие подачи голосов «против» тремя или меньшим числом экспортирующих участников или тремя или меньшим числом импортиру-

ющих участников, то предложение, если Совет решит большинством присутствующих участников и простым раздельным большинством голосов, снова ставится на голосование в течение 48 часов;

- b) если раздельного большинства в две трети голосов снова не получается вследствие подачи голосов «против» двумя или одним импортирующим участником или двумя или одним экспортирующим участником, то предложение, если Совет решит большинством присутствующих участников и простым раздельным большинством голосов, снова ставится на голосование в течение 24 часов;
- c) если раздельного большинства в две трети голосов не получается при третьем голосовании вследствие подачи голоса «против» одним экспортирующим участником или одним импортирующим участником, то предложение считается принятым; и
- d) если Совет не ставит предложение на новое голосование, оно считается отклоненным.

3) Участники обязуются признавать обязательным все решения, внесенные Советом в соответствии с положениями Соглашения.

Статья 16. СОСТАВ КОМИТЕТА

1) Исполнительный комитет состоит из восьми экспортирующих участников и восьми импортирующих участников, которые избираются на каждый кофейный год в соответствии со статьей 17. Члены Комитета могут быть переизбраны.

2) Каждый член Комитета назначает одного представителя и, по желанию, одного или нескольких заместителей представителя. Кроме того, любой член может назначить одного или несколько советников представителей или заместителей представителя.

3) Исполнительный комитет имеет председателя и заместителя председателя, которые избираются Советом на каждый кофейный год и могут быть переизбраны. Ни председатель, ни заместитель председателя, исполняющий обязанности председателя, не имеют права голоса. Если какой-либо представитель избирается председателем или если заместитель председателя исполняет обязанности председателя, право участвовать в голосовании вместо него принадлежит его заместителю. Как правило, председатель и заместитель председателя на каждый кофейный год избираются из числа представителей одной и той же категории участников.

4) Обычно Комитет заседает в месте пребывания Организации, но может проводить заседания и в других местах.

Статья 17. ВЫБОРЫ КОМИТЕТА

1) Выборы экспортирующих участников и импортирующих участников в Комитет производятся в Совете экспортирующими участниками Организации и ее импортирующими участниками соответственно. В каждой категории выборы производятся согласно положениям следующих пунктов настоящей статьи.

2) Каждый участник подает все голоса, на которые он имеет право согласно статье 13, за какого-либо одного кандидата. Любой участник

может подать за другого кандидата любые голоса, которыми он располагает, согласно пункту 2 статьи 14.

3) Восемь кандидатов, получивших наибольшее число голосов, считаются избранными, но кандидат не считается избранным при первом голосовании, если он не получит по крайней мере 75 голосов.

4) Если, согласно положениям пункта 3 настоящей статьи, при первом голосовании избирается меньше восьми кандидатов, то проводятся новые голосования, при которых право участвовать в голосовании имеют только те участники, которые не голосовали ни за одного из избранных уже кандидатов. При каждом новом голосовании минимум голосов, необходимых для избрания, последовательно сокращается на пять, пока не будет избрано восемь кандидатов.

5) Любой участник, который не голосовал ни за одного из избранных кандидатов, отдает свои голоса в пользу одного из них с соблюдением пунктов 6 и 7 настоящей статьи.

6) Участник считается получившим то число голосов, которое было первоначально подано за него, когда он был избран, и, кроме того, то число голосов, которое было отдано в его пользу, при условии, что общее число голосов за какого-либо избранного участника не будет больше 499.

7) Если голоса, которые считаются полученными каким-либо избранным участником, превышают число 499, то участники, которые голосовали за этого избранного участника или отдали в его пользу свои голоса, договариваются между собой о том, что один или несколько из них возьмут свои голоса от этого участника и отдадут их в пользу другого избранного участника с тем, чтобы голоса, полученные каждым избранным участником, не превышали предела в 499.

Статья 18. КОМПЕТЕНЦИЯ КОМИТЕТА

1) Комитет ответствен перед Советом и работает под общим руководством последнего.

2) Совет может раздельным большинством в две трети голосов передать Комитету осуществление каких-либо или всех своих полномочий, кроме нижеследующих:

- a) утверждение административного бюджета и определение взносов, согласно статье 25;
- b) приостановление права голоса участника, согласно статьям 45 и 58;
- c) отмена обязательств участников в соответствии со статьей 56;
- d) разрешение споров на основании статьи 58;
- e) определение условий присоединения, согласно статье 62;
- f) принятие решения, требующего выхода участника в соответствии со статьей 66;
- g) принятие решения, касающегося проведения новых переговоров по Соглашению, продления или прекращения Соглашения в соответствии со статьей 68; и
- h) представление участникам рекомендаций в соответствии со статьей 69.

3) Совет простым раздельным большинством голосов может в любое время отменить любые полномочия, которые были делегированы Комитету.

Статья 19. ПРОЦЕДУРА ГОЛОСОВАНИЯ В КОМИТЕТЕ

1) Каждый член Комитета вправе подать столько голосов, сколько им было получено согласно постановлениям пунктов 6 и 7 статьи 17. Голосование на основании полномочия не допускается. Член Комитета не может дробить свои голоса.

2) Для принятия Комитетом какого-либо решения необходимо такое большинство голосов, какое было бы необходимо, если бы это решение принималось Советом.

Статья 20. КВОРУМ НА ЗАСЕДАНИЯХ СОВЕТА И КОМИТЕТА

1) Кворум на любом заседании Совета составляет присутствие большинства участников, располагающих раздельным большинством в две трети всех голосов. Если не будет кворума во время, назначенное для открытия какого-либо заседания Совета, председатель Совета может принять решение отложить время открытия заседания по меньшей мере на три часа. Если не будет кворума и к этому моменту, председатель может вновь отложить время заседания Совета по меньшей мере еще на три часа. Эта процедура может повторяться до тех пор, пока в назначенное время не будет кворума. Представительство, согласно пункту 2 статьи 14, считается присутствием.

2) Кворум на любом заседании Комитета составляет присутствие большинства членов, располагающих раздельным большинством в две трети всех голосов.

Статья 21. ИСПОЛНИТЕЛЬНЫЙ ДИРЕКТОР И ПЕРСОНАЛ

1) Совет по рекомендации Комитета назначает Исполнительного директора. Условия назначения Исполнительного директора определяются Советом, но должны быть сравнимы с теми, которые существуют для соответствующих должностных лиц в аналогичных межправительственных организациях.

2) Исполнительный директор является главным административным должностным лицом Организации и несет ответственность за исполнение любых возложенных на него обязанностей по претворению в жизнь Соглашения.

3) Исполнительный директор назначает персонал согласно положениям, установленным Советом.

4) Ни Исполнительный директор, ни какой-либо сотрудник Секретариата не должны иметь никакой материальной заинтересованности в кофейной промышленности, торговле кофе или перевозке кофе.

5) При исполнении своих обязанностей Исполнительный директор и персонал не должны ни испрашивать, ни принимать указаний ни от какого участника и ни из какого иного источника вне Организации. Они должны воздерживаться от каких-либо действий, которые могут отразиться на их положении международных сотрудников, ответственных лишь перед Организацией. Каждый участник обязуется уважать исключительно международный характер обязанностей Исполнительного директора и персонала и

не пытаться оказывать на них влияние при исполнении ими этих обязанностей.

Статья 22. СОТРУДНИЧЕСТВО С ДРУГИМИ ОРГАНИЗАЦИЯМИ

Совет может заключать любые желательные соглашения о консультациях и сотрудничестве с Организацией Объединенных Наций и ее специализированными учреждениями, равно как и с соответствующими другими межправительственными организациями. Совет может приглашать эти организации и другие организации, занимающиеся кофе, направлять своих наблюдателей на его заседания.

ГЛАВА V. ПРИВИЛЕГИИ И ИММУНИТЕТЫ

Статья 23. ПРИВИЛЕГИИ И ИММУНИТЕТЫ

1) Организация является юридическим лицом. В частности, она правоспособна заключать договоры, приобретать и отчуждать движимое и недвижимое имущество и возбуждать судебные дела.

2) Статус, привилегии и иммунитеты Организации, ее Исполнительного директора, персонала и экспертов, а также представителей участников во время их нахождения на территории Соединенного Королевства Великобритании и Северной Ирландии в целях осуществления своих функций по-прежнему регулируются Соглашением о штаб-квартире, заключенным между правительством Соединенного Королевства Великобритании и Северной Ирландии (в дальнейшем именуемым «принимающее правительство») и Организацией 28 мая 1969 года.

3) Соглашение о штаб-квартире, упомянутое в пункте 2 настоящей статьи, является независимым от настоящего Соглашения. Однако его действие прекращается:

- a) по соглашению между принимающим правительством и Организацией;
- b) в случае перевода штаб-квартиры Организации с территории принимающего правительства; или
- c) в случае роспуска Организации.

4) Организация может заключать с одним или несколькими другими участниками соглашения, подлежащие одобрению Советом и касающиеся таких привилегий и иммунитетов, которые могут быть необходимы для надлежащего функционирования настоящего Соглашения.

5) Другие правительства стран-участниц, кроме принимающего правительства, предоставляют Организации те же возможности в отношении валютных или обменных ограничений, ведения банковских счетов и денежных переводов, которые предоставляются специализированным учреждениям Организации Объединенных Наций.

ГЛАВА VI. ФИНАНСЫ

Статья 24. Финансы

1) Расходы делегаций в Совете, представителей в Комитете и представителей в любых комиссиях Совета или Комитета несут соответствующие правительства.

2) Прочие необходимые для осуществления этого Соглашения расходы покрываются из определяемых согласно статье 25 ежегодных взносов участников. Однако Совет может устанавливать сборы за специальные услуги.

3) Финансовый год Организации совпадает с кофейным годом.

Статья 25. УТВЕРЖДЕНИЕ БЮДЖЕТА И ОПРЕДЕЛЕНИЕ ВЗНОСОВ

1) Во второй половине каждого финансового года Совет утверждает административный бюджет Организации на следующий финансовый год и определяет взнос каждого участника в этот бюджет.

2) Взнос каждого участника в бюджет на каждый финансовый год определяется пропорционально отношению числа голосов, принадлежащих этому участнику в момент утверждения бюджета на этот финансовый год, к общему числу голосов всех участников. Однако, если в начале того финансового года, на который определены взносы, происходит какое-либо изменение в распределении голосов между участниками, согласно пункту 6 статьи 13, указанные взносы на этот год соответственно изменяются. При определении взносов голоса каждого участника подсчитываются без учета приостановления осуществления какими-либо участниками права голоса и без учета произошедшего в результате перераспределения голосов.

Статья 26. УПЛАТА ВЗНОСОВ

1) Взносы в административный бюджет на каждый финансовый год уплачиваются в свободно конвертируемой валюте, и срок уплаты их наступает в первый день этого финансового года.

2) Если какой-либо участник не уплатит полностью своего взноса в административный бюджет в течение шести месяцев со дня срока, установленного для уплаты взноса, то он временно, до уплаты им этого взноса, лишается как права голоса в Совете, так и права голосовать в Комитете. Однако, если Совет не примет раздельным большинством в две трети голосов иное решение, такой участник не лишается никаких из своих других прав и не освобождается ни от каких своих обязательств по Соглашению.

3) Любой участник, временно лишенный права голоса в соответствии с пунктом 2 настоящей статьи или в соответствии со статьями 42, 45 или 58, обязан, тем не менее, уплатить свой взнос.

Статья 27. ПРОВЕРКА И ОПУБЛИКОВАННЫЕ ОТЧЕТНОСТИ

В кратчайший по возможности срок по окончании каждого финансового года Совету представляется на утверждение и для опубликования ведомость прихода и расхода Организации за этот финансовый год, проверенная независимыми ревизорами.

ГЛАВА VII. РЕГУЛИРОВАНИЕ ЭКСПОРТА И ИМПОРТА

Статья 28. ОБЩИЕ ПОЛОЖЕНИЯ

1) Все решения Совета на основе положений данной главы принимаются раздельным большинством в две трети голосов.

2) Под словом «годовой» в данной главе понимается любой период в 12 месяцев, установленный Советом. Однако Совет может принять процедуры применения положений настоящей главы на период, превышающий 12 месяцев.

Статья 29. КВОТНЫЕ РЫНКИ

Для целей настоящего Соглашения мировой рынок кофе делится на квотные рынки участников и неквотные рынки неучастников.

Статья 30. ОСНОВНЫЕ КВОТЫ

1) Любой экспортирующий участник при условии соблюдения положений статей 31 и 32 имеет право на основную квоту, подсчитанную в соответствии с положениями настоящей статьи.

2) Если в соответствии с положениями статьи 33 квоты вступают в силу в течение 1976/77 кофейного года, основная квота, используемая для распределения фиксированной части квот, подсчитывается на основе среднего объема годового экспорта каждого экспортирующего участника в импортирующие страны-участницы в течение 1968/69—1971/72 кофейных годов. Это распределение фиксированной части действует до первого приостановления квот в соответствии с положениями статьи 33.

3) Если квоты не будут введены в 1976/77 кофейном году, но вступят в силу в течение 1977/78 кофейного года, то основная квота, используемая для распределения фиксированной части квот, подсчитывается путем выбора для каждого экспортирующего участника наибольшего из нижеследующего:

- a) объема его экспорта в импортирующие страны-участницы в течение 1976/77 кофейного года, подсчитанного на основе информации, полученной из свидетельств о происхождении; или
- b) количества, получаемого в результате применения процедуры, указанной в пункте 2 настоящей статьи.

Это распределение фиксированной части действует до первого приостановления квот в соответствии с положениями статьи 33.

4) Если квоты вступают в силу впервые или вновь вводятся в 1978/79 кофейном году или в любое время после этого, основная квота, используемая для распределения фиксированной части квот, подсчитывается путем выбора для каждого экспортирующего участника наибольшего из нижеследующего:

- a) среднего объема его экспорта в импортирующие страны-участницы за 1976/77 и 1977/78 кофейные годы, подсчитанного на основе информации, полученной из свидетельств о происхождении; или
- b) количества, определяемого в результате применения процедуры, указанной в пункте 2 настоящей статьи.

5) Если квоты вводятся в соответствии с положениями пункта 2 настоящей статьи и впоследствии отменяются, их восстановление в течение 1977/78 кофейного года регулируется положениями пункта 3 настоящей статьи и пункта 1 статьи 35. Восстановление квот в течение 1978/79

кофейного года или в любое время после этого регулируется положениями пункта 4 настоящей статьи и пункта 1 статьи 35.

Статья 31. Экспортирующие участники, освобожденные от основной квоты

1) При условии соблюдения положений пунктов 4 и 5 настоящей статьи для экспортирующих участников, перечисленных в приложении 1, основная квота не устанавливается. При условии соблюдения положений статьи 33 в 1976/77 кофейном году эти участники будут иметь первоначальные годовые экспортные квоты, указанные в первой колонке этого приложения. С учетом положений пункта 2 настоящей статьи и статьи 33, квота этих участников в каждый из последующих кофейных годов увеличивается на:

- a) 10 процентов от первоначальной годовой экспортной квоты для тех участников, первоначальная годовая экспортная квота которых составляет менее 100 000 мешков; и
- b) 5 процентов от первоначальной годовой экспортной квоты для тех участников, первоначальная годовая экспортная квота которых составляет 100 000 и более мешков, но менее 400 000 мешков.

Для целей установления годовых квот соответствующих участников в тех случаях, когда квоты вводятся или восстанавливаются в соответствии с положениями статьи 33, эти ежегодные приrostы считаются действительными с момента вступления в силу настоящего Соглашения.

2) Не позднее 31 июля каждого года каждый участник, указанный в пункте 1 настоящей статьи, уведомляет Совет о количестве кофе, которое, вероятно, он будет иметь в наличии для экспорта в течение следующего кофейного года. Квотой на следующий кофейный год является количество, указанное таким образом экспортирующим участником, при условии, что такое количество находится в допустимых пределах, определенных в пункте 1 настоящей статьи.

3) После того, как годовая квота экспортирующего участника, имеющего первоначальную годовую экспортную квоту менее 100 000 мешков, достигает или превышает максимум в 100 000 мешков, указанный в пункте 1 настоящей статьи, на этого участника распространяются положения, применимые к экспортирующим участникам, первоначальная годовая экспортная квота которых составляет 100 000 и более мешков, но менее 400 000 мешков.

4) После того, как годовая квота экспортирующего участника, имеющего первоначальную годовую экспортную квоту менее 400 000 мешков, достигает максимума в 400 000 мешков, указанного в пункте 1 настоящей статьи, на этого участника распространяются положения статьи 35, и Совет устанавливает основную квоту для такого участника.

5) Любой экспортирующий кофе участник, перечисленный в приложении 1 и экспортирующий 100 000 и более мешков, может в любое время просить Совет установить для него основную квоту.

6) На участников, годовые квоты которых составляют менее 100 000 мешков, не распространяются положения статей 36 и 37.

Статья 32. ПОЛОЖЕНИЯ ОБ ИЗМЕНЕНИИ ОСНОВНЫХ КВОТ

1) Если импортирующая страна, которая не была участником Международного соглашения по кофе 1968 года или продленного Международного соглашения по кофе 1968 года, становится участником настоящего Соглашения, Совет изменяет основные квоты, установленные в соответствии с положениями статьи 30.

2) При изменении квот, указанном в пункте 1 настоящей статьи, принимается во внимание либо средний объем экспорта отдельных экспортирующих участников в соответствующую импортирующую страну в течение периода 1968—1972 годов, либо пропорциональные доли отдельных экспортирующих участников в среднем импорте этой страны в течение того же периода.

3) Совет утверждает данные, которые используются в качестве основы для подсчетов, необходимых при изменении основных квот, а также критерии, которыми следует руководствоваться в целях применения положений настоящей статьи.

Статья 33. ПОЛОЖЕНИЯ О ВВЕДЕНИИ, ОТМЕНЕ И ВОССТАНОВЛЕНИИ КВОТ

1) Если Совет не примет иного решения, квоты вступают в силу в любое время в течение действия настоящего Соглашения, если:

- a) комплексная индикаторная цена сохраняется в среднем в течение 20 последовательных рыночных дней на уровне или ниже верхнего уровня колебаний действующих в данное время цен, установленных Советом в соответствии с положениями статьи 38;
- b) при отсутствии решения Совета об установлении пределов колебания цен:
 - i) средняя величина индикаторных цен на кофе «робуста» и прочие мягкие сорта кофе остается в среднем за 20 последовательных рыночных дней на уровне или ниже средней величины этих цен за 1975 календарный год, поддерживавшейся Организацией в течение действия продленного Международного соглашения 1968 года по кофе; или
 - ii) с учетом положений пункта 2 настоящей статьи комплексная индикаторная цена, подсчитанная в соответствии с положениями статьи 38, сохраняется в среднем за 20 последовательных рыночных дней на 15 и более процентов ниже средней комплексной индикаторной цены за предыдущий кофейный год, в течение которого действовало это Соглашение.

Несмотря на предыдущие положения настоящего пункта, квоты не вводятся в действие в момент вступления в силу настоящего Соглашения, если средние индикаторные цены на кофе «робуста» и прочие мягкие сорта кофе не сохраняются в среднем в течение 20 последовательных рыночных дней сразу же после этой даты на уровне или ниже средней величины этих цен за 1975 календарный год.

2) Несмотря на положения подпункта b (ii) пункта 1 настоящей статьи, если Совет не примет иного решения, квоты не вступают в силу, если средние индикаторные цены на кофе «робуста» и прочие мягкие сорта кофе остаются в среднем в течение 20 последовательных рыночных дней на 22,5 процента и более выше средней величины этих цен за 1975 календарный год.

3) Цены, указанные в подпункте *b* (*i*) пункта 1 и в пункте 2 настоящей статьи, рассматриваются и могут быть изменены Советом до 30 сентября 1978 года и 30 сентября 1980 года.

4) Если Совет не примет иного решения, квоты отменяются:

- a) если комплексная индикаторная цена сохраняется в среднем в течение 20 последовательных рыночных дней на 15 процентов выше верхнего предела колебаний цен, установленного Советом и действующих в этот момент; или
- b) при отсутствии решения Совета об установлении пределов колебания цен, если комплексная индикаторная цена остается в среднем в течение 20 последовательных рыночных дней на 15 процентов и более выше средней комплексной индикаторной цены, зарегистрированной в течение предыдущего календарного года.

5) Если Совет не примет иного решения, квоты восстанавливаются после отмены на основании пункта 4 настоящей статьи в соответствии с положениями пунктов 1, 2 и 6.

6) Если создаются соответствующие условия в области цен, указанные в пункте 1 настоящей статьи, и с учетом положений пункта 2 настоящей статьи, квоты вступают в силу как можно быстрее и в любом случае не позднее квартала после того, как сложились соответствующие условия в области цен. Если настоящим Соглашением не предусматривается иное, квоты остаются неизменными в течение четырех кварталов. Если Советом не были установлены ранее общие годовые и квартальные квоты, Исполнительный директор устанавливает квоту на основе действительного использования кофе на ограниченных квотных рынках, оцененного в соответствии с критериями, установленными в статье 34; такая квота распределяется между экспортирующими участниками в соответствии с положениями статей 31 и 35.

7) Совет созывается в течение первого квартала после вступления в силу квот в целях установления пределов колебания цен и рассмотрения и, в случае необходимости, изменения квот на такой период, который Совет сочтет необходимым при условии, что такой период не превышает 12 месяцев с даты вступления квот в силу.

Статья 34. УСТАНОВЛЕНИЕ ОБЩЕЙ ГОДОВОЙ КВОТЫ

С учетом положений статьи 33, Совет на своей последней очередной сессии в данном кофейном году устанавливает общую годовую квоту, принимая во внимание, в частности, следующее:

- a) предполагаемое годовое потребление кофе импортирующими участниками;
- b) предполагаемый импорт кофе участниками из других импортирующих стран-участниц и из стран, не являющихся участниками;
- c) предполагаемые изменения уровней запасов в импортирующих странах-участницах и в свободных портах;
- d) соблюдение положений статьи 40, касающихся шортфолов и их перераспределения; и

е) для введения или восстановления квот в соответствии с положениями пунктов 1 и 5 статьи 33, экспорт экспортирующих участников в импортирующие страны-участницы и в страны, не являющиеся участниками, в течение 12-месячного периода, предшествующего введению квот.

Статья 35. РАСПРЕДЕЛЕНИЕ ГОДОВЫХ КВОТ

1) В свете решения, принятого в соответствии с положениями статьи 34, и после вычета количества кофе, необходимого для соблюдения положений статьи 31, годовые квоты распределяются, в фиксированных и изменяющихся частях, между экспортирующими участниками, имеющими право на основную квоту. Фиксированная часть соответствует 70 процентам общей годовой квоты, скорректированной с учетом положений статьи 31, и распределяется между экспортирующими участниками в соответствии с положениями статьи 30. Изменяющаяся часть соответствует 30 процентам общей годовой квоты, скорректированной с учетом положений статьи 31. Эти пропорции могут быть изменены Советом, но фиксированная часть ни при каких условиях не должна быть меньше 70 процентов. При условии соблюдения положений пункта 2 настоящей статьи изменяющаяся часть распределяется среди экспортирующих участников в пропорции, в которой проверенные запасы каждого экспортирующего участника относятся к общим проверенным запасам всех экспортирующих участников, имеющих основную квоту, при условии, что, если Совет не установит иной предел, ни один участник не получает доли изменяющейся части квоты, превышающей 40 процентов общего объема такой изменяющейся части.

2) Запасами, принимаемыми во внимание для целей настоящей статьи, являются те запасы, которые были проверены в соответствии с надлежащими правилами проверки запасов на конец сельскохозяйственного года каждого экспортирующего участника, непосредственно предшествующего установлению квот.

Статья 36. КВАРТАЛЬНЫЕ КВОТЫ

1) Немедленно после распределения годовых квот в соответствии с положениями пункта 1 статьи 35 и с учетом положений статьи 31 Совет устанавливает для каждого экспортирующего участника квартальные квоты с целью обеспечения упорядоченного поступления кофе на мировые рынки в течение всего периода, на который устанавливаются квоты.

2) Эти квоты должны, по возможности, приближаться к 25 процентам годовой квоты каждого участника. Ни одному участнику не разрешается экспортirовать более 30 процентов в первом квартале, 60 процентов—в первых двух кварталах и 80 процентов—в первых трех кварталах. Если экспорт какого-либо участника за один квартал окажется меньше его квоты на этот квартал, то разница добавляется к его квоте на следующий квартал.

3) Положения настоящей статьи применяются также к выполнению положений пункта 6 статьи 33.

4) Если в связи с исключительными обстоятельствами экспортирующий участник считает, что ограничения, установленные в пункте 2 настоящей статьи, вероятно, причинят серьезный ущерб его экономике, Совет, по просьбе этого участника, может принять надлежащие меры в соответствии с положениями статьи 56. Соответствующий участник должен предоставить

доказательство ущерба и дать достаточные гарантии относительно поддержания стабильности цен. Однако в любом случае Совет не должен разрешать участнику экспортировать более 35 процентов его годовой квоты в 1 квартале, 65 процентов — в первых двух кварталах и 85 процентов — в первых трех кварталах.

Статья 37. КОРРЕКТИРОВКА ГОДОВЫХ КВАРТАЛЬНЫХ КВОТ

1) Если того требуют условия рынка, Совет может изменять годовые и квартальные квоты, распределенные в соответствии с положениями статей 33, 35 и 36. С учетом положений пункта 1 статьи 35 и с исключениями, предусмотренными в статье 31 и пункте 3 статьи 39, квоты каждого экспортирующего участника изменяются на одинаковый процент.

2) Несмотря на положения пункта 1 настоящей статьи, Совет может, если находит, что положение на рынке этого требует, вносить поправки в текущие и остающиеся квартальные квоты экспортирующих участников без изменения, однако, годовых квот.

Статья 38. МЕРЫ В ОБЛАСТИ ЦЕН

1) Совет устанавливает систему индикаторных цен, которая будет предусматривать ежедневную комплексную индикаторную цену.

2) На основе такой системы Совет может устанавливать пределы колебания цен и разницу в ценах на основные сорта и/или группы кофе и пределы комплексных цен.

3) Устанавливая и корректируя любые пределы цен для целей настоящей статьи, Совет принимает во внимание преобладающий уровень и тенденции движения цен на кофе, включая влияние на них:

- уровней и тенденций потребления и производства, а также запасов в импортирующих и экспортирующих странах;
- изменений в мировой валютной системе;
- тенденций мировой инфляции или дефляции; и
- любых других факторов, которые могут повлиять на достижение целей, указанных в настоящем Соглашении.

Исполнительный директор представляет данные, необходимые для надлежащего рассмотрения Советом вышеуказанных элементов.

4) Совет устанавливает правила, касающиеся последствий введения квот или их корректировки для договоров, заключенных до такого введения или корректировки.

Статья 39. ДОПОЛНИТЕЛЬНЫЕ МЕРЫ ПО КОРРЕКТИРОВКЕ КВОТ

1) Если квоты вступили в силу, созывается Совет для установления системы пропорциональной корректировки квот в соответствии с изменением комплексной индикаторной цены, как предусмотрено в статье 38.

2) Такая система включает положения относительно пределов колебания цен, количества рыночных дней, на основе которых ведется подсчет, и числа и размеров коррективов.

3) Совет может создать также систему увеличения квот в соответствии с движением цен на основные сорта и/или группы кофе.

Статья 40. ШОРТФОЛЫ

1) Каждый экспортирующий участник объявляет любой предполагаемый шортфол по сравнению с его экспортным правом, с тем чтобы позволить провести перераспределение в том же кофейном году среди экспортирующих участников, имеющих возможность и готовых экспортировать недостающее количество. Семьдесят процентов количества, объявленного в соответствии с положениями настоящего пункта, предлагаются для перераспределения в первую очередь среди других участников, экспортирующих тот же сорт кофе, в пропорции к их основной квоте и 30 процентов — в первую очередь среди участников, экспортирующих другой сорт кофе, также в пропорции к их основной квоте.

2) Если участник объявляет о шортфоле в течение первых шести месяцев кофейного года, годовая квота этого участника в следующем кофейном году увеличивается на 30 процентов от объявленного и неэкспортированного количества. Это количество засчитывается в годовое экспортное право тех экспортирующих участников, которые использовали перераспределенную часть квоты в соответствии с положениями пункта 1 настоящей статьи, пропорционально их участию в таком перераспределении.

Статья 41. ЭКСПОРТНОЕ ПРАВО ГРУППОВОГО УЧАСТНИКА

Если два и более участников образуют группового участника в соответствии с положениями статей 6 и 7, то в зависимости от того, что применимо, основные квоты или экспортные права таких участников складываются, и составная величина рассматривается как отдельная основная квота или отдельное экспортное право для целей настоящей главы.

Статья 42. СОБЛЮДЕНИЕ КВОТ

1) Экспортирующие участники принимают меры, необходимые для обеспечения полного соблюдения всех положений настоящего Соглашения, касающихся квот. В дополнение к любым мерам, которые участник может принять сам, Совет может просить такого участника принять дополнительные меры для эффективного выполнения системы квот, предусмотренной в настоящем Соглашении.

2) Экспортирующие участники не должны превышать установленных для них годовых или квартальных квот.

3) Если экспортирующий участник превышает свою квоту на какой-либо квартал, Совет вычитает из одной или нескольких его последующих квот количество, равное 110 процентам этого превышения.

4) Если экспортирующий участник второй раз превышает свою квартальную квоту, Совет делает тот же вычет, который предусмотрен в пункте 3 настоящей статьи.

5) Если экспортирующий участник в третий или большее число раз превышает свою квартальную квоту, Совет делает такие вычеты, какие предусмотрены в пункте 3 настоящей статьи, а право голоса такого участника приостанавливается до тех пор, пока Совет не примет решения о

том, следует ли исключить такого участника из Организации в соответствии с положениями статьи 66.

6) Вычеты, предусмотренные в пунктах 3, 4 и 5 настоящей статьи, считаются шортфолом для целей пункта 1 статьи 40.

7) Совет применяет положения пунктов 1—5 настоящей статьи немедленно по получении им необходимой информации.

Статья 43. Свидетельство о происхождении товара и его реэкспорте

1) Каждый экспорт кофе любым участником сопровождается действительным свидетельством о происхождении. Свидетельства о происхождении выдаются в соответствии с установленными Советом правилами компетентным органом, избранным этим участником и одобренным Организацией.

2) Если действуют квоты, каждый реэкспорт кофе любым участником сопровождается действительным свидетельством о реэкспорте. Свидетельства о реэкспорте выдаются в соответствии с установленными Советом правилами компетентным органом, избранным этим участником и одобренным Организацией, и подтверждают, что указанный кофе был импортирован в соответствии с положениями настоящего Соглашения.

3) Правила, указанные в настоящей статье, должны содержать положения, которые будут допускать их применение к группам импортирующих участников, образующим таможенный союз.

4) Совет может устанавливать правила, регулирующие печатание, легализацию, выдачу и использование свидетельств, и может принять меры по выпуску штемпельных марок, подтверждающих экспорт кофе, против уплаты пошлины, которая будет установлена Советом. Наклеивание таких марок на свидетельства о происхождении может быть одним из установленных средств легализации таких свидетельств. Совет может принять аналогичные меры в области легализации других типов свидетельств и выдачи других типов кофейных марок на определенных им условиях.

5) Каждый участник уведомляет Организацию о правительском или неправительственном органе, который будет осуществлять функции, указанные в пунктах 1 и 2 настоящей статьи. Организация специально одобряет такой неправительственный орган по представлению участником удовлетворительного доказательства способности и готовности такого органа выполнять обязанности участника в соответствии с правилами и нормами, устанавливаемыми настоящим Соглашением. Совет может в любое время, если на то есть основания, объявить тот или иной конкретный неправительственный орган неприемлемым для него. Совет непосредственно или через признанную международную организацию принимает все необходимые меры к тому, чтобы он в любое время мог убедиться, что все виды свидетельств выдаются и используются правильно, и определить количество кофе, экспортированного каждым участником.

6) Неправительственный орган, одобренный в качестве удостоверяющего органа в соответствии с положениями пункта 5 настоящей статьи, хранит записи о выданных удостоверениях и об основаниях их выдачи за период не менее четырех лет. Чтобы получить одобрение в качестве удостоверяющего органа в соответствии с положениями пункта 5 настоящей

статьи, неправительственный орган должен сначала согласиться предоставить вышеуказанную документацию для изучения Организацией.

7) Если действуют квоты, участники, с учетом положений статьи 44 и пунктов 1 и 2 статьи 45, запрещают импорт любой партии кофе, которая не сопровождается действительным свидетельством в надлежащей форме, выданным в соответствии с правилами, установленными Советом.

8) На небольшие количества кофе в таких видах, какие могут быть определены Советом, или на кофе, предназначенный для непосредственного потребления на кораблях, самолетах и других международных транспортных средствах, положения пунктов 1 и 2 настоящей статьи не распространяются.

Статья 44. ЭКСПОРТ, НЕ ВКЛЮЧАЕМЫЙ В КВОТЫ

1) Как предусматривается в статье 29, экспорт в страны, не являющиеся участниками настоящего Соглашения, не включается в квоты. Совет может установить правила, регулирующие, в частности, осуществление такой торговли и наблюдение за ней, режим переадресования и реэкспорта из стран-неучастниц в страны-участницы и санкции за это, а также документы, которые должны сопровождать экспорт как в страны-участницы, так и в страны-неучастницы.

2) Экспорт кофейных бобов в качестве сырья для промышленной обработки в любых целях, за исключением потребления в качестве напитка или продукта питания, не включается в квоты при условии, что Совет будет удовлетворен предоставленной экспортирующим участником информацией о том, что кофейные бобы действительно используются в таких целях.

3) Совет может по просьбе экспортирующего участника принять решение о том, что экспорт кофе, совершенный таким участником в гуманных или других некоммерческих целях, не включается в его квоту.

Статья 45. РЕГУЛИРОВАНИЕ ИМПОРТА

1) Чтобы удержать страны-неучастницы от увеличения их экспорта за счет экспортирующих участников, каждый участник в тех случаях, когда действуют квоты, ограничивает свой годовой импорт кофе из стран-неучастниц, которые не были участниками Международного соглашения 1968 года, количеством, равным его среднему годовому импорту кофе из стран-неучастниц либо за 1971—1974 календарные годы включительно, либо за 1972—1974 календарные годы включительно.

2) Если действуют квоты, участники ограничивают также свой ежегодный импорт кофе из каждой страны-неучастницы, которая была участницей Международного соглашения по кофе 1968 года или продленного Международного соглашения по кофе 1968 года, количеством, не превышающим определенного процента среднего годового импорта из такой страны в течение 1968/69—1971/72 кофейных годов. Такой процент соответствует доле, которую составляет фиксированная часть от общей годовой квоты в соответствии с положениями пункта 1 статьи 35 в момент, когда квоты вступают в силу.

3) Совет может приостановить или изменить эти количественные ограничения, если он находит, что такая мера необходима для целей настоящего Соглашения.

4) Обязательства, установленные в предыдущих пунктах настоящей статьи, не ущемляют каких-либо иных двусторонних или многосторонних обязательств, которые импортирующие участники взяли на себя по отношению к странам-участницам до вступления в силу настоящего Соглашения, при условии, что любой импортирующий участник, который имеет такие обязательства, выполняет их таким образом, чтобы свести к минимуму любые коллизии с обязательствами, установленными в предыдущих пунктах. Такой участник как можно скорее принимает меры, с тем чтобы привести свои обязательства в соответствие с положениями пунктов 1 и 2 настоящей статьи, и информирует Совет о деталях коллизионных обязательств, а также о мерах, предпринятых с целью сведения к минимуму или устранения противоречия.

5) Если импортирующий участник не соблюдает положений настоящей статьи, Совет может приостановить как его право голоса в Совете, так и его право голосовать в Комитете.

ГЛАВА VIII. ДРУГИЕ ЭКОНОМИЧЕСКИЕ ПОЛОЖЕНИЯ

Статья 46. МЕРЫ, СВЯЗАННЫЕ С ОБРАБОТАННЫМ КОФЕ

1) Участники признают необходимость для развивающихся стран расширять свою экономическую базу посредством, в частности, индустриализации и экспорта промышленной продукции, включая обработку кофе и экспорт обработанного кофе.

2) В этой связи участники избегают принятия правительственные мер, которые могли бы вызвать подрыв сектора кофе других участников.

3) Если участник считает, что положения пункта 2 настоящей статьи не соблюдаются, он консультируется с другими соответствующими участниками, должным образом учитывая при этом положения статьи 57. Соответствующие участники предпринимают все необходимые усилия по достижению урегулирования дружеским путем на двусторонней основе. Если эти консультации не приводят к взаимно удовлетворительному решению, любая из сторон может передать этот вопрос в Совет для рассмотрения в соответствии с положениями статьи 58.

4) Ничто в настоящем Соглашении не ущемляет права любого участника принять меры по предотвращению или возмещению подрыва его сектора кофе в результате импорта обработанного кофе.

Статья 47. СОДЕЙСТВИЕ

1) Участники обязуются всеми возможными средствами поощрять потребление кофе. Для достижения этой цели создается фонд содействия, задачами которого является поощрение всеми надлежащими средствами потребления в импортирующих странах, независимо от происхождения, вида или сорта кофе, и достижения и поддержания наивысшего качества и чистоты напитка.

2) Фондом содействия управляет комитет. Членство в Фонде ограничивается участниками, вносящими в Фонд денежные взносы.

3) В течение 1976/77 и 1977/78 кофейных годов Фонд финансируется путем наложения обязательных пошлин на марки, подтверждающие экспорт

кофе, или на эквивалентные разрешения на экспорт, которые будут выплачиваться экспортирующими участниками, начиная с 1 октября 1976 года. Такая пошлина будет равна 5 центам США за мешок для участников, перечисленных в приложении I, первоначальная годовая экспортная квота которых составляет менее 100 000 мешков; 10 центов США за мешок для участников, перечисленных в приложении I, первоначальная годовая квота которых составляет 100 000 и более мешков, но не менее 400 000 мешков, и 25 центов США за мешок для всех остальных экспортирующих участников. Фонд может также финансироваться путем добровольных взносов других участников на условиях, одобренных комитетом.

4) В любое время комитет может решить продолжить сбор обязательной пошлины в третьем и последующих кофейных годах, если потребуются дополнительные ресурсы для выполнения обязательств, взятых в соответствии с пунктом 7 настоящей статьи. Он может далее решить принимать взносы других участников на одобренных им условиях.

5) Средства Фонда используются в основном для финансирования кампаний по поощрению потребления кофе в импортирующих странах-участницах.

6) Фонд может финансировать исследования и разработки, связанные с потреблением кофе.

7) Импортирующие участники или торговые ассоциации импортирующих участников, приемлемые для комитета, могут представлять предложения о проведении кампаний по поощрению потребления кофе. Фонд может предоставлять средства на финансирование до 50 процентов стоимости таких кампаний. Если соглашение о проведении кампании достигнуто, процент взноса комитета на проведение кампании остается неизменным. Кампания может быть рассчитана на период, превышающий один год, но не более чем на 5 лет.

8) Уплата, указанная в пункте 3 настоящей статьи, производится против представления марок, подтверждающих экспорт, или эквивалентных экспортных разрешений. Правила применения системы свидетельств о происхождении согласно положениям статьи 43 включают положения об уплате пошлины, указанной в пункте 3 настоящей статьи.

9) Пошлина, указанная в пунктах 3 и 4 настоящей статьи, уплачивается в долл. США Исполнительному директору, который вносит полученные таким образом средства на специальный счет, называемый счетом Фонда содействия.

10) Комитет контролирует все средства Фонда содействия. В кратчайший по возможности срок по окончании каждого финансового года на утверждение комитета представляется ведомость прихода и расхода Фонда содействия за этот финансовый год, проверенная независимыми ревизорами. Проверенные счета, утвержденные комитетом, представляются Совету лишь для его сведения.

11) Исполнительный директор является председателем комитета и представляет Совету периодические доклады о деятельности комитета.

12) Административные расходы, необходимые для осуществления положений настоящей статьи и связанные с деятельностью по содействию, покрываются за счет Фонда содействия.

13) Комитет устанавливает свои собственные правила.

Статья 48. УСТРАНЕНИЕ ПРЕПЯТСТВИЙ К ПОТРЕБЛЕНИЮ

1) Участники признают первостепенное значение достижения как можно большего увеличения потребления кофе в максимально короткие сроки, в частности, посредством постепенного устранения всех препятствий, которые могут стоять на пути к такому увеличению.

2) Участники признают, что в настоящее время применяются меры, которые в большей или меньшей степени могут помешать расширению потребления кофе, в частности:

- a) применимые к кофе импортные соглашения, включая преференциальные и иные тарифы, квоты, деятельность правительственных монополий и официальных закупочных органов, а также другие административные правила и коммерческую практику;
- b) экспортные соглашения в отношении прямых или косвенных субсидий и другие административные правила и коммерческая практика; и
- c) внутренние торговые условия и внутренние правовые и административные положения, которые могут оказывать воздействие на потребление.

3) Учитывая вышеизложенные цели и положения пункта 4 настоящей статьи, участники стремятся к осуществлению тарифных сокращений на кофе или к принятию других мер для устранения препятствий к расширению потребления.

4) С учетом их взаимной заинтересованности участники обязуются искать пути и средства, с помощью которых можно было бы постепенно уменьшать и в конечном счете, когда это окажется возможным, устраниить препятствия к расширению торговли и потреблению, о которых говорится в пункте 2 настоящей статьи, или с помощью которых можно было бы значительно уменьшить их влияние.

5) С учетом любых обязательств, принятых в соответствии с положениями пункта 4 настоящей статьи, участники ежегодно информируют Совет о всех мерах, принимаемых для осуществления положений настоящей статьи.

6) Исполнительный директор периодически подготавливает обзор препятствий к потреблению, который рассматривается Советом.

7) Для содействия осуществлению целей настоящей статьи Совет может давать рекомендации участникам, которые как можно скорее сообщают Совету о мерах, принятых с целью выполнения таких рекомендаций.

Статья 49. СМЕСИ И ЗАМЕНители

1) Участники не применяют никаких правил, требующих смешивания, обработки или использования других продуктов с кофе для коммерческой перепродажи в качестве кофе. Участники должны принимать меры к запрещению продажи и рекламирования под наименованием кофе таких

продуктов, которые содержат в качестве основного сырьевого материала меньше эквивалента 90 процентам зеленого кофе.

2) Совет может просить любого участника принять необходимые меры для обеспечения соблюдения положений настоящей статьи.

3) Исполнительный директор представляет Совету периодический доклад о выполнении положений настоящей статьи.

Статья 50. ПОЛИТИКА ПРОИЗВОДСТВА

1) Для содействия достижению целей, изложенных в пункте 1 статьи 1, экспортирующие участники обязуются прилагать все усилия для принятия и осуществления политики производства.

2) Совет может установить процедуры координации политики производства, указанной в пункте 1 настоящей статьи. Эти процедуры могут включать надлежащие меры по диверсификации или поощрению последней, а также средства, с помощью которых участники могут получать как техническую, так и финансовую помощь.

3) Совет может установить взнос, подлежащий выплате экспортирующими участниками, который будет использоваться для того, чтобы позволить Организации осуществлять соответствующие технические исследования в целях оказания экспортирующим участникам помощи в принятии мер, необходимых для осуществления адекватной политики производства. Такой взнос не превышает двух центов США за мешок кофе, экспортированного в импортирующие страны-участницы, и выплачивается в конвертируемой валюте.

Статья 51. ПОЛИТИКА В ОТНОШЕНИИ ЗАПАСОВ КОФЕ

1) В дополнение к положениям главы VII и статьи 50 Совет раздельным большинством в две трети голосов устанавливает политику в отношении запасов кофе в производящих странах-участницах.

2) Совет принимает меры по ежегодному определению запасов кофе, находящихся в распоряжении отдельных экспортирующих участников в соответствии с положениями статьи 35. Соответствующие участники содействуют такому ежегодному исследованию.

3) Производящие участники обеспечивают, чтобы в их соответствующих странах были необходимые условия для надлежащего хранения запасов кофе.

4) Совет предпримет исследование целесообразности поддержания целей настоящего Соглашения путем создания международных запасов.

Статья 52. КОНСУЛЬТАЦИИ И СОТРУДНИЧЕСТВО С ТОРГОВЫМИ ОРГАНИЗАЦИЯМИ

1) Организация поддерживает тесную связь с соответствующими неправительственными организациями, занимающимися международной торговлей кофе, и со специалистами по вопросам кофе.

2) Участники осуществляют свою деятельность в рамках настоящего Соглашения в порядке, соответствующем установленвшимся торговым

каналам, и воздерживаются от дискриминационной торговой практики. Осуществляя такую деятельность, они стремятсяенным образом учитывать законные интересы кругов, занимающихся торговлей кофе.

Статья 53. ИНФОРМАЦИЯ

- 1) Организация выполняет функцию центра для сбора, обмена и публикации:
 - a) статистической информации о мировом производстве, ценах, экспорте и импорте, распределении и потреблении кофе; и
 - b) в той мере, в какой это признается необходимым, технической информации о культивировании, обработке и использовании кофе.
- 2) Совет может требовать от участников представления такой информации, какую он считает необходимой для своей работы, включая регулярные статистические отчеты о производстве кофе, тенденциях производства, экспорте и импорте, распределении, потреблении, запасах, ценах и налогообложении, но не должна опубликовываться никакая информация, которая может способствовать выявлению операций лиц или компаний, производящих, обрабатывающих или сбывающих кофе. Участники представляют затребованную информацию по возможности подробно и точно.
- 3) Если какой-либо участник не представляет или находит затруднительным представить в течение разумного срока статистическую или иную информацию, требуемую Советом для надлежащего функционирования Организации, Совет может потребовать от этого участника объяснения причин непредставления. Если он находит, что в данном случае требуется техническая помощь, Совет может принять необходимые меры.
- 4) В дополнение к мерам, предусмотренным в пункте 3 настоящей статьи, Исполнительный директор может, после надлежащего уведомления и, если Совет не примет иного решения, прекратить выдачу марок, подтверждающих экспорт кофе, или других эквивалентных разрешений на экспорт, предусмотренных в статье 43.

Статья 54. ИССЛЕДОВАНИЯ

- 1) Совет может поощрять исследования, касающиеся экономики производства и распределения кофе, влияния правительственные мероприятий в странах, производящих и потребляющих кофе, на производство и потребление кофе, возможностей расширения потребления кофе для традиционного и вероятного нового использования и последствий применения настоящего Соглашения для производителей и потребителей кофе, включая их условия торговли.
- 2) Организация может изучить практическую целесообразность установления минимальных стандартов для экспорта кофе из производящих стран-участниц.

Статья 55. СПЕЦИАЛЬНЫЙ ФОНД

- 1) Для того, чтобы позволить Организации принимать и финансировать дополнительные меры, необходимые для обеспечения того, чтобы соответствующие положения настоящего Соглашения могли осуществляться с

момента вступления его в силу или как можно скорее после этой даты, учреждается специальный Фонд.

2) Платежи в Фонд состоят из пошлины в 2 цента США за каждый мешок кофе, экспортированного в импортирующие страны-участницы, выплачиваемой экспортирующими участниками с момента вступления в силу настоящего Соглашения, если Совет не примет решение снизить или приостановить выплату такой пошлины.

3) Пошлина, указанная в пункте 2 настоящей статьи, выплачивается в долларах США Исполнительному директору против выдачи марок, подтверждающих экспорт кофе, или эквивалентных экспортных разрешений. Правила о применении системы свидетельств о происхождении, согласно положениям статьи 43, включают положения о выплате такой пошлины.

4) При условии одобрения Советом, Исполнительный директор уполномочивается использовать средства Фонда на покрытие расходов по введению системы свидетельств о происхождении, указанной в статье 43, расходов, связанных с проверкой запасов в соответствии с положениями пункта 2 статьи 51 и расходов на улучшение системы сбора и передачи статистической информации, указанной в статье 53.

5) В возможной степени, хотя и отдельно от административного бюджета, руководство и управление деятельностью Фонда осуществляются таким же образом, как и в отношении административного бюджета, и подлежит ежегодной ревизии независимыми контролерами, как это требуется для счетов Организации в соответствии с положениями статьи 27.

Статья 56. ОСВОБОЖДЕНИЕ ОТ ОБЯЗАТЕЛЬСТВ

1) Совет может раздельным большинством в две трети голосов освободить участника от обязательства ввиду исключительных или чрезвычайных обстоятельств, непреодолимой силы, конституционных обязанностей или международных обязательств по Уставу Организации Объединенных Наций в отношении территорий, управляемых по системе опеки.

2) Освобождая таким образом какого-либо участника от его обязательств, Совет должен прямо указывать, на каких условиях и на какой срок этот участник освобождается от таких обязательств.

3) Совет не рассматривает ходатайств об освобождении от обязательств в отношении квот на основе наличия в стране-участнице в течение одного или нескольких лет экспортной продукции, которая превышает его допустимый экспорт или является следствием невыполнения этим участником положений статей 50 и 51.

ГЛАВА IX. КОНСУЛЬТАЦИИ, СПОРЫ И ЖАЛОБЫ

Статья 57. Консультации

Каждый участник благожелательно относится и обеспечивает надлежащую возможность для консультаций о таких представлениях, какие могут делаться другим участником по любому вопросу, связанному с настоящим Соглашением. В ходе таких консультаций по просьбе одной из сторон и с согласия другой Исполнительный директор создает независимую комиссию, которая использует свои добрые услуги для примирения сторон. Расходы,

связанные с комиссией, не возлагаются на Организацию. Если та или иная сторона не согласна на создание комиссии Исполнительным директором или если консультации не приводят к решению вопроса, то он может быть передан на рассмотрение Совета в соответствии со статьей 58. Если консультации не ведут к разрешению, то об этом сообщается Исполнительному директору, который рассыпает такое сообщение всем участникам.

Статья 58. Споры и жалобы

1) Любой спор о толковании или применении настоящего Соглашения, который не может быть разрешен путем переговоров, по просьбе любого участника-стороны в споре передается в Совет для принятия решения.

2) Во всех случаях, когда спор передается на рассмотрение Совета согласно пункту 1 настоящей статьи, большинство участников или участники, имеющие не менее одной трети всех голосов, могут после обсуждения предложить Совету запросить мнение консультативной комиссии, упомянутой в пункте 3 настоящей статьи, по спорным вопросам до принятия решения.

3) а) Если Совет единогласно не оговорит иное, Комиссия состоит из:

- i) двух лиц: одно с большим опытом по вопросам споров такого рода и второе с признанным правовым авторитетом и опытом, назначенное экспортирующими участниками;
- ii) двух таких лиц, назначенных импортирующими участниками; и
- iii) председателя, избираемого единогласно четырьмя лицами, назначаемыми в соответствии с подпунктами i и ii, или, в случае разногласия между ними,— Председателем Совета.

б) Лица от стран, правительства которых являются Договаривающимися Сторонами настоящего Соглашения, имеют право быть членами этой консультативной комиссии.

с) Лица, назначенные в консультативную комиссию, действуют в их личном качестве и не получают указаний от какого бы то ни было правительства.

д) Расходы консультативной комиссии оплачиваются Организацией.

4) Заключение консультативной комиссии и его обоснование представляются Совету, который после рассмотрения всей необходимой информации выносит решение по спору.

5) Совет выносит решение по любому представленному ему спору в течение шести месяцев после представления такого спора на его рассмотрение.

6) Любая жалоба на то, что какой-либо участник не выполняет своих обязательств по настоящему Соглашению, по просьбе участника, подающего жалобу, передается в Совет, который принимает решение по этому вопросу.

7) Нарушение обязательств по настоящему Соглашению любым участником может быть установлено не иначе, как простым раздельным большинством голосов. При установлении факта нарушения участником

обязательств по настоящему Соглашению должен быть указан характер нарушения.

8) Если Совет устанавливает, что какой-либо участник нарушил настоящее Соглашение, он может без ущерба для других мер принудительного характера, предусмотренных в других статьях настоящего Соглашения, комплексным большинством в две трети голосов приостановить осуществление права голоса этого участника в Совете и его права подавать свои голоса в Комитете, пока он не будет выполнять своих обязательств, или Совет может принять решение об исключении такого участника из Организации в соответствии со статьей 66.

9) Всякий участник может запрашивать предварительное мнение Исполнительного комитета по спорному вопросу или жалобе до обсуждения вопроса в Совете.

ГЛАВА X. ЗАКЛЮЧИТЕЛЬНЫЕ ПОЛОЖЕНИЯ

Статья 59. Подписание

Настоящее Соглашение открыто для подписания в Центральных учреждениях Организации Объединенных Наций с 31 января 1976 года по 31 июля 1976 года включительно Договаривающимися Сторонами Международного соглашения по кофе 1968 года, продленного Протоколом, и правительствами, приглашенными на сессии Международного совета по кофе, созданные для проведения переговоров по Международному соглашению по кофе 1976 года.

Статья 60. Ратификация, принятие, одобрение

1) Настоящее соглашение подлежит ратификации, принятию или одобрению подписавшими его правительствами согласно их соответствующим конституционным процедурам.

2) За исключением случаев, предусмотренных в статье 61, ратификационные грамоты, документы об одобрении или принятии сдаются на хранение Генеральному секретарю Организации Объединенных Наций не позднее 30 сентября 1976 года. Однако Совет может предоставить отсрочку тем подписавшим правительствам, которые не имеют возможности сдать свои документы к этой дате.

Статья 61. Вступление в силу

1) Настоящее Соглашение окончательно вступает в силу 1 октября 1976 года, если к этой дате правительства, представляющие не менее двадцати экспортirующих участников, имеющих не менее 80 процентов голосов экспортirующих участников, и не менее 10 импортirующих участников, имеющих не менее 80 процентов голосов импортirующих участников, как указывается в приложении 2, сдали свои документы о ратификации, принятии или одобрении. В качестве альтернативы, оно окончательно вступает в силу в любое время после 1 октября 1976 года, если оно временно действует в соответствии с положениями пункта 2 настоящей статьи и эти требования о процентном соотношении удовлетворены путем сдачи документов о ратификации, принятии или одобрении.

2) Настоящее Соглашение может временно вступить в силу 1 октября 1976 года. С этой целью уведомление подписавшего правительства или любой другой Договаривающейся Стороны Международного соглашения по кофе 1968 года, продленного Протоколом, содержащее обязательство применять Соглашение временно и стремиться к возможно скорейшей ратификации, одобрению или принятию в соответствии со своей конституционной процедурой, должно быть получено Генеральным секретарем Организации Объединенных Наций не позднее 30 сентября 1976 года и считается равнозначным по своей силе ратификационной грамоте, документу об одобрении или принятии. Правительство, которое обязуется применять Соглашение временно, до сдачи на хранение ратификационной грамоты, документов об одобрении или принятии временно считается участником Соглашения либо до сдачи на хранение ратификационной грамоты, документа об одобрении или принятии, либо до 31 декабря 1976 года включительно, в зависимости от того, что наступит скорее.

3) Если настоящее Соглашение не вступит в силу окончательно или временно до 1 октября 1976 года в соответствии с положениями пункта 1 или 2 настоящей статьи, то правительства, сдавшие на хранение ратификационные грамоты, документы об одобрении, принятии или присоединении или уведомления, содержащие обязательство применять настоящее Соглашение временно и стремиться к ратификации, одобрению или принятию могут по взаимному согласию принять решение о том, что оно вошло в силу между ними. Подобным же образом, если Соглашение вступило в силу временно, но не вступило в силу окончательно к 31 декабря 1976 года, то правительства, сдавшие на хранение ратификационные грамоты, документы об одобрении, принятии или присоединении или представили уведомления, указанные в пункте 2 настоящей статьи, могут по взаимному согласию принять решение о продолжении действия Соглашения временно или о том, что оно вошло в силу окончательно между ними.

Статья 62. ПРИСОЕДИНЕНИЕ

1) Правительство любого государства, состоящего членом Организации Объединенных Наций или какого-либо из ее специализированных учреждений, может до или после вступления в силу настоящего Соглашения присоединиться к нему на условиях, которые должны быть определены Советом.

2) Документы о присоединении сдаются на хранение Генеральному секретарю Организации Объединенных Наций. Присоединение становится действительным после сдачи документа.

Статья 63. ОГОВОРКИ

Ни к каким положениям этого Соглашения оговорок не допускается.

Статья 64. РАСПРОСТРАНЕНИЕ НА ПОИМЕНОВАННЫЕ ТЕРРИТОРИИ

1) Каждое правительство может, при подписании этого Соглашения или при депонировании документа о ратификации, принятии, одобрении или присоединении или в любое время после этого, заявить в уведомлении на имя Генерального секретаря Организации Объединенных Наций, что это Соглашение распространяется на какие-либо из территорий, за международ-

Cumma 66. McKinnell

Jhogaar Jllorobapnrahouaca Ctopoha moker bpiitn ni Corjauamehna b
jhogebe bpema nocke hanparabjehnna mcpmehoro yjejamjehna
Jhehepajphomy cekperatapo Ophahnauanin O6ejhnhppix Haunin. Bpxoae
bcrymheret b cnyjy tepsa 90 jheh nocke nojyjehna takoro yjejamjehna.

Cumba 65. Jopobjiphiñ Bpixoñ

2) Jihoda a dorobapnaboulaaca Ctopoda, kotoapa kjezaret ocyuectribus upnhanjjezkaamee een ha occhobanin cattan s' tlapo a orhounenin krekxa-jnigo upnhanjjezkaamee een ha occhobanin cattan s' tlapo a orhounenin krekxa-jnigo kotoapa kjezaret paapejntu mhoon takon teppotopon cattar jiehem rom rpyuimo- ro yacthika, opdaobahno cattach 6 nju 7, moker jjezelab ato, yjezombe 66 arof Thepejnahoro cekpetapd Oprahnsazunin QBejnehhix Haunin upn jehonhpabahnin coero. Jokymetha o parinfinkajun, upnharrin, upncoejuhennin Gorjauamehnn nju o upncoejuhennin k hcmj, nju b jhodoe bpema nocje atoro.

hrice o'monehenn rotoprix zlo nparintesibro obreclibeho, 310 Goliadamehne pacmopctphabretca ha monmehobahpie b yBemomjehnn reppttropnn, cintraa or jatbi takoro yBemomjehnn.

Статья 67. РАСЧЕТЫ С ВЫБЫВАЮЩИМИ ИЛИ ИСКЛЮЧЕННЫМИ УЧАСТНИКАМИ

1) Все расчеты с выбывающим или исключенным участником определяются Советом. Организация удерживает все суммы, уже уплаченные выбывающим или исключенным участником, а этот участник остается обязанным уплатить все суммы, которые он был должен Организации в момент, когда выход или исключение становится действительным, с тем, однако, исключением, что, когда речь идет о Договаривающейся Стороне, которая не могла принять какую-либо поправку и поэтому перестала участвовать в этом Соглашении согласно положениям пункта 2 статьи 69, Совет может установить любой порядок расчетов, который найдет справедливым.

2) Переставший участвовать в этом Соглашении участник не имеет права ни на какую долю выручки от ликвидации или других активов Организации; он не обязан также оплачивать какую-либо часть дефицита Организации, если таковой имеется, после прекращения действия настоящего Соглашения.

Статья 68. ПРОДОЛЖИТЕЛЬНОСТЬ И ПРЕКРАЩЕНИЕ

1) Настоящее Соглашение остается в силе в течение шести лет до 30 сентября 1982 года, если оно не будет продлено на основании пункта 3 настоящей статьи или прекращено ранее согласно пункту 4.

2) В течение третьего года действия настоящего Соглашения, а именно кофейного года, заканчивающегося 30 сентября 1979 года, Договаривающиеся Стороны уведомляют Генерального секретаря Организации Объединенных Наций о своем намерении продолжать участие в настоящем Соглашении в течение оставшихся трех лет его действия. Любая Договаривающаяся Сторона, которая к 30 сентября 1979 года не уведомит о своем намерении продолжать участие в настоящем Соглашении в течение оставшихся трех лет его действия, или любая территория, являющаяся участником или стороной группового участника, от имени которой такое уведомление не представлено к указанной дате, перестает участвовать в настоящем Соглашении с 1 октября 1979 года.

3) В любое время после 30 сентября 1980 года Совет 58 процентами голосов участников, имеющих не менее раздельного большинства в 70 процентов всех голосов, может принять решение либо о проведении переговоров по обновлению Соглашения, либо о продлении его с изменениями или без таковых на период, определяемый Советом. Любая Договаривающаяся Сторона, которая к дате вступления в силу такого пересмотренного или продленного соглашения не представила Генеральному секретарю Организации Объединенных Наций уведомления о принятии такого пересмотренного или продленного соглашения, или любая территория, являющаяся участником или стороной группового участника, от имени которой такое уведомление не было представлено к указанной дате, с этой даты перестает участвовать в настоящем Соглашении.

4) Совет может в любое время вынести большинством голосов участников, которым принадлежит не менее раздельного большинства в две трети всех голосов, постановление о прекращении этого Соглашения. В этом случае Соглашение прекращается в срок, указанный Советом.

5) Несмотря на прекращение Соглашения, Совет продолжает существовать в течение времени, необходимого для ликвидации Организации, производства всех расчетов и распоряжения всеми активами, и имеет в течение этого времени права и функции, необходимые для указанных целей.

Статья 69. ПОПРАВКИ

1) Совет может раздельным большинством в две трети голосов рекомендовать Договаривающимся Сторонам поправку к этому Соглашению. Поправка вступает в силу через 100 дней после получения Генеральным секретарем Организации Объединенных Наций уведомлений о принятии от Договаривающихся Сторон, представляющих не менее 75 процентов экспортирующих стран и располагающих не менее 85 процентами голосов экспортирующих участников и от Договаривающихся Сторон, представляющих не менее 75 процентов импортирующих стран и располагающих не менее 80 процентами голосов импортирующих участников. Совет может назначить срок, в течение которого Договаривающиеся Стороны должны уведомить Генерального секретаря Организации Объединенных Наций о принятии ими поправки. Если по истечении этого срока требования о процентном соотношении, необходимом для вступления поправки в силу, не будут удовлетворены, поправка считается снятой.

2) Любая Договаривающаяся Сторона, которая не представила уведомления о принятии поправки в течение установленного Советом срока, или любая территория, являющаяся участником или стороной группового участника, от имени которой такого уведомления не было представлено к указанной дате, перестает участвовать в настоящем Соглашении с даты вступления в силу такой поправки.

Статья 70. ДОПОЛНИТЕЛЬНЫЕ И ПЕРЕХОДНЫЕ ПОЛОЖЕНИЯ

1) Настоящее Соглашение считается продолжением Международного соглашения по кофе 1968 года, продленного Протоколом.

2) В целях содействия непрерывному действию Международного соглашения по кофе 1968 года продленного Протоколом:

- a) Все акты Организации или любого ее органа или от имени их, принятые на основании Международного соглашения по кофе 1968 года и действующие на 30 сентября 1976 года, и условия, которых не предусматривают истечения срока к этой дате, остаются в силе, если они не будут изменены в соответствии с положениями настоящего Соглашения;
- b) Все необходимые решения, подлежащие принятию Советом в 1975/76 кофейном году для применения в 1976/77 кофейном году, должны быть приняты на последней очередной сессии Совета в 1975/76 кофейном году и применяться на временной основе, как если бы настоящее Соглашение находилось в силе.

Статья 71. АУТЕНТИЧНЫЕ ТЕКСТЫ СОГЛАШЕНИЯ

Тексты этого Соглашения на английском, испанском, португальском и французском языках являются равно аутентичными. Подлинники сдаются на хранение Генеральному секретарю Организации Объединенных Наций.

В удостоверение чого нижеподписавшиеся, будучи надлежащим образом уполномочены на это своими соответствующими правительствами, подписали настояще Соглашение в указанные рядом с их подписями даты.

ПРИЛОЖЕНИЕ 1

ЭКСПОРТИРУЮЩИЕ УЧАСТНИКИ, ЭКСПОРТ КОТОРЫХ В ИМПОРТИРУЮЩИЕ СТРАНЫ-УЧАСТНИЦЫ СОСТАВЛЯЕТ МЕНЕЕ 400 000 МЕШКОВ

Экспортирующие участники	Первоначаль- ная годовая экспортная квота (в тыс. мешков)	Количество голосов, помимо основных голосов	Экспортирующие участники	Первоначаль- ная годовая экспортная квота (в тыс. мешков)	Количество голосов, помимо основных голосов
	(1)	(2)		(1)	(2)
Менее 100 000 мешков					
Габон	25	0	Либерия	100	2
Ямайка	25	0	Гвинея	127	2
Конго	25	0	Сьерра-Леоне . . .	180	3
Панама	41	0	Центральноафри- канская Рес- публика	205	3
Дагомея	33	0	Того	225	4
Боливия	73	0	Руанда	300	5
Гана	66	0	Венесуэла	325	5
Тринидад и Тоба- го	69	0	Бурунди	360	6
Нигерия	70	0	Гаити	360	6
Парaguay	70	0	Всего		2182
Тимор	82	0	Итого		
Всего	579				

ПРИЛОЖЕНИЕ 2

РАСПРЕДЕЛЕНИЕ ГОЛОСОВ

	Экспор- тирующие	Импор- тирующие	Экспор- тирующие	Импор- тирующие
Итого	1000	1000		
Австралия	—	12	Эквадор	16
Бельгия*	—	29	Сальвадор	35
Боливия	4	—	Эфиопия	28
Бразилия	336	—	Федеративная Республика	
Бурунди	8	—	Германии	—
Камерун	20	—	Финляндия	—
Канада	—	32	Франция	—
Центральноафри- канская Рес- публика	7	—	Габон	4
Колумбия	114	—	Гана	4
Конго	4	—	Гватемала	33
Коста-Рика	22	—	Гвинея	6
Кипр	—	5	Гаити	12
Чехословакия . . .	—	10	Гондурас	11
Дагомея	4	—	Индия	11
Дания	—	23	Индонезия	26
Доминиканская Республика	12	—	Ирландия	—
			Берег Слоновой Кости	49
				—

	Экспор-тирующие	Импор-тирующие		Экспор-тирующие	Импор-тирующие
Ямайка	4	—		Сьерра-Леоне	6
Япония	—	37		Испания	—
Кения	17	—		Швеция	—
Либерия	4	—		Швейцария	—
Мадагаскар	18	—		Танзания	15
Мексика	32	—		Тимор	4
Нидерланды	—	47		Того	7
Новая Зеландия	—	7		Тринидад и Тобаго	4
Никарагуа	13	—		Уганда	42
Нигерия	4	—		Соединенное Королевство	—
Норвегия	—	16		Соединенные Штаты Америки	—
Панама	4	—		Венесуэла	9
Папуа-Новая Гвинея	4	—		Югославия	—
Парагвай	4	—		Заир	21
Перу	16	—			
Португалия	—	18			
Руанда	6	—			

* Включая Люксембург.